

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**

**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# Relatório de Gestão Exercício de 2015

**Teresina/PI, 2015**

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ –**

**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da TCU nº 63/2010 (com alterações da Instrução Normativa TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 (com alterações da Decisão Normativa TCU nº 139/2014), e da Portaria TCU nº 90/2014, da Decisão Normativa TCU 146/2015, Decisão Normativa TCU 147/2015 e das diretrizes que constam do Modelo enviado pelo SEBRAE Nacional.

Unidade de Gestão Estratégica – UGE  
Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC  
Unidade de Controle Interno - UCI

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....</b>	<b>14</b>
2.1. Finalidade e Competências.....	14
2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade .....	14
2.3. Ambiente de Atuação.....	15
2.4. Organograma.....	18
<b>3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....</b>	<b>28</b>
3.1. Planejamento Organizacional.....	28
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	30
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico .....	70
3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	71
3.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	75
3.3. Desempenho Orçamentário .....	76
3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	76
3.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário .....	76
3.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	77
3.3.4. Informação sobre a Realização das Receitas .....	78
3.3.5. Informação sobre a Execução das Despesas .....	81
3.4. Desempenho Operacional.....	83
3.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	84
<b>4. GOVERNANÇA.....</b>	<b>90</b>
4.1. Descrição das Estruturas de Governança.....	90
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	90
4.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	93
4.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos .....	95
4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	96
4.6. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	97
4.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	98
<b>5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>100</b>
5.1. Canais de Acesso do Cidadão.....	100
5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão.....	100
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	101
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	101

<b>6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>103</b>
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício.....	103
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	105
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	106
6.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	107
<b>7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>109</b>
7.1. Gestão de Pessoas.....	109
7.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	117
7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	117
7.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	117
7.3. Gestão da Tecnologia da Informação.....	118
7.3.1. Principais Sistemas de Informações.....	122
7.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	123
7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	124
7.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	125
<b>8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>127</b>
8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	127
8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno .....	127
8.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidades por Dano ao Erário.....	132
8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	132
<b>9. ANEXOS E APÊNDICES.....</b>	<b>134</b>

## Lista de Figuras, Quadros, Gráficos e Tabelas

<b>Figura</b>	<b>Nome</b>	<b>Página</b>
1	Organograma do SEBRAE/PI	19
2	Mapa Estratégico do SEBRAE/PI	30

<b>Quadro</b>	<b>Nome</b>	<b>Página</b>
1	Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada	14
2	Macroprocessos Finalísticos	23
3	Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes	24
4	Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	25
5	Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	25
6	Macroprocesso Desenvolvimento Produtos e Soluções	26
7	Estratégias de Atuação: Vinculação	29
8	Repasse Metodológicos das Soluções Locais	67
9	Repasse Metodológicos das Soluções Nacionais	68
10	Adequação e Desenvolvimento de Produtos	68
11	Vinculação dos Planos	71
12	Composição do Conselho Deliberativo Estadual	91
13	Composição do Conselho Fiscal em 2015	91
14	Composição Diretoria Executiva em 2015	92
15	Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente	95
16	Principais Sistemas de Informação Existentes	119
17	Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas	120
18	Força de Trabalho	120
19	Última Deliberação do TCU Atendida	127
20	Tratamento de Recomendações	128
20.1	Tratamento de Recomendações	128
20.2	Tratamento de Recomendações	128
20.3	Tratamento de Recomendações	129
20.4	Tratamento de Recomendações	129
20.5	Tratamento de Recomendações	129
20.6	Tratamento de Recomendações	130
20.7	Tratamento de Recomendações	130
20.8	Tratamento de Recomendações	130
20.9	Tratamento de Recomendações	131
20.10	Tratamento de Recomendações	131
20.11	Tratamento de Recomendações	131

<b>Gráfico</b>	<b>Nome</b>	<b>Página</b>
1	Projeção Crescimento Pequenos Negócios – 2013-2018	17
2	Participação dos Setores na Economia do Estado	18
3	Participação das Carteiras de Projetos - %	35
4	Número Empresas Atendidas no MCPN	62
5	Total de Empresas Atendidas no MCPN – Previsto x Realizado	63
6	Situação das Manifestações Registradas através da Ouvidoria	96
7	Índice de DOR - ID	115

8	Índice de Massa Corporal Normal – IMCN	116
9	Índice de Atividade Física Regular – IAFR	116
10	Índice do Nível de Estresse - INE	116

<b>Tabela</b>	<b>Nome</b>	<b>Página</b>
1	Crescimento do PIB Brasileiro	15
2	Micro e Pequenas Empresas – Piauí, Nordeste e Brasil	17
3	Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos	31
4	Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI	32
5	Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas Nacionais	33
6	Aplicações de Recursos por Carteira de Projetos	36
7	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio	37
8	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio	38
9	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços	46
10	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira Comércio e Serviços	46
11	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria	50
12	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria	51
13	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial	56
14	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial	56
15	Resultados da Feira de Empreendedorismo de Parnaíba	58
16	Nº de Eventos Realizados Movimento Compre do Pequeno Negócio	62
17	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício 2015	77
18	Balanço Patrimonial	79
19	Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI	80
20	Composição Aplicação de Recursos – SEBRAE/PI	82
21	Evolução Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2013-2015	83
22	Indicadores de Desempenho	84
23	Indicadores Institucionais	85
24	Metas Mobilizadoras	85
25	Grupos de Clientes	86
26	Instrumentos de Atendimento	86
27	Índice de liquidez	87
28	Limites Orçamentários	88
29	Execução das Ações do Plano de Auditoria	94
30	Natureza das Ocorrências da Ouvidoria	95
31	Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2015	98
32	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	103
33	Balanço Patrimonial	104
34	Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI	111
35	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	113
36	Imobiliário Próprio	117
37	Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros	118

<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>
ACIP	Associação Comercial e Industrial de Piripiri
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AIP	Associação Industrial do Piauí
ALI	Agentes Locais de Inovação
AOE	Agentes de Orientação Empresarial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BNTM	Brazil National Tourism Mart
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Empresarial
Casa APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
CGM	Comitê Gestor Municipal
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMAPI	Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes
COOPARN	Cooperativa Apícola da Macrorregião de São Raimundo Nonato
CSN	Contribuição Social Nacional
CSO	Contribuição Social Ordinária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DN	Decisão Normativa
DIREX	Diretoria Executiva
DITALPI	Distrito de Irrigação de Tabuleiros Litorâneos do Piauí
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EINEE	Encontro Internacional de Negócios do Nordeste
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAEPI	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FCDL	<i>Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas</i>
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí
FISPAL	Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para as Indústrias de Alimentos e Bebidas
FENEART	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IEL	Instituto Euvaldo Lodi

IFPI	Instituto Federal do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUCEPI	Junta Comercial do Estado do Piauí
JEPP	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Microempresa
MCPN	Movimento Compre do Pequeno Negócio
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
MEG	Melhoria da Excelência em Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPPE	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PAS	Programa de Alimento Seguro
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PPP	Parceria Público Privada
PSEG	Programa SEBRAE de Excelência em Gestão
PIB	Produto Interno Bruto
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEI	SEBRAE Empreendedor Individual
SEBRAE/PI	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Piauí
SELIC	Taxa Referencial de Juros
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP/PI	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SESI	Serviço Social da Indústria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIACWEB	Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAF	Unidade de Administração e Finanças
UAGRO	Unidade de Agronegócio
UCI	Unidade de Controle Interno
UCT	Unidade de Conhecimento e Tecnologia
UDT	Unidade de Desenvolvimento Territorial
UAIM	Unidade de Atendimento Individual e Mercado



UFPI	Universidade Federal do Piauí
UGE	Unidade de Gestão Estratégica
UGOC	Unidade de Gestão Orçamentária e Contabilidade
UGP	Unidade de Gestão de Pessoas
UMC	Unidade de Marketing e Comunicação
UPP	Unidade de Políticas Públicas
UTIC	Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# 1. Apresentação

## **1 APRESENTAÇÃO**

A elaboração do Relatório de Gestão do ano de 2015 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI – atendeu às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e TCU nº 72/2013, da Parte “C” do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 (com alterações da DN TCU 139/2014), que trata do Relatório de Gestão das entidades “Serviços Social Autônomo”, da Portaria TCU nº 90/2014, da Decisão Normativa TCU 146/2015, Decisão Normativa TCU 147/2015 e das diretrizes que constam do Modelo enviado pelo SEBRAE Nacional.

O Relatório de Gestão apresenta os elementos identificadores da unidade prestadora de contas e também algumas informações para melhor caracterizar a unidade, tais como sua estruturação, a identificação da entidade, incluindo as normas de sua criação e finalidades bem como os principais macroprocessos, incluídos no item 2. A seguir no item 3 trata do planejamento organizacional do SEBRAE/PI, demonstrando como planeja sua atuação, os programas e projetos propostos para dar conta da sua missão, a partir dos objetivos e metas programados para o exercício do relatório de gestão. Além disso, dá uma visão da lógica de alocação de recursos adotada para a consecução dos objetivos, demonstrando a relação entre o orçamento programado e o executado e as variações significativas ocorridas.

O documento descreve ainda as estruturas de governança e de controles internos (item 4), o relacionamento com a Sociedade, focando nas medidas relativas à acessibilidade dos usuários e os mecanismos de transparência (item 5), as informações relativas ao desempenho financeiro e contábil (item 6). A seguir contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental (item 7), discorrendo no item 8 sobre o atendimento de demandas de órgãos de controle.

Em 2015, as atividades e projetos realizados pelo SEBRAE/PI, também em conjunto com parceiros, alcançaram resultados significativos para a própria instituição e, principalmente, para os pequenos negócios e a sociedade. Consolidados, os resultados alcançados pelo SEBRAE/PI se apresentam nas Tabelas 23, 24, 25 e 28, por meio dos Indicadores Institucionais, das Metas Mobilizadoras, Metas de atendimento e dos limites orçamentários. Destaca-se que todas as Metas Mobilizadoras alcançaram índices de desempenho superiores em relação ao planejado para o período, mesmo considerando os enormes desafios impostos pelo crescente universo de clientes a serem atendidos, pelas distâncias percorridas e pela diversidade e quantidade de municípios do estado.

Foram atendidos mais de 26 mil pequenos negócios, focando na melhoria da gestão, ampliação de mercados e em processos de inovação. Outros 28,7 mil potenciais empresários receberam atendimentos direcionados aos temas citados e a outros como, por exemplo, empreendedorismo e formalização. Os clientes foram capacitados por meio de instrumentos de atendimento reconhecidos pela qualidade, totalizando mais de 128 mil horas de consultorias, 59,9 mil orientações, 2.277 palestras, oficinas e seminários realizados, 16 Rodadas de Negócios e 1.617 cursos.

No que tange ao ambiente legal para os pequenos negócios, o foco das ações foi a implementação estratégica da Lei Geral atingindo 30 novos municípios piauienses em 2015 com a Lei Geral implementada. Assim o Piauí atinge 209 municípios com a Lei Geral regulamentada, sendo que em 114 municípios já se encontra implementada. Os resultados decorrentes são a melhoria do ambiente de negócios a partir do fortalecimento do uso do poder de compras, ação mais efetiva da rede de Agentes de Desenvolvimento, aumento do número de Salas do Empreendedor instaladas e maior participação da população local através do Comitê Gestor Municipal – CGM.

A articulação junto a órgãos governamentais e entidades representativas para a melhoria do ambiente de negócios resultou na assinatura pelo Governador do Estado do Piauí do decreto estadual 16.212, regulamentando o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedores Individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública estadual, cujos valores estimados por item sejam de até R\$ 80 mil.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **2. Visão Geral da Unidade**

## 2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 Finalidade e Competências

O SEBRAE/PI faz parte de um sistema criado em 1972 – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade desligou-se do setor público, transformando-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Na realidade, este foi o primeiro organismo afinado com o antigo Programa Nacional de Desestatização, embrião de uma nova prática de gestão de determinados serviços controlados pelo Estado, ou seja, a privatização.

Formalmente, trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

A atuação do SEBRAE/PI está compreendida num conjunto de iniciativas públicas e privadas voltadas à ampliação de oportunidades econômicas. Em razão da importância dos micro e pequenos negócios, a instituição colabora com ações e projetos para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial e estadual baseado na facilitação do acesso aos insumos produtivos (conhecimento, crédito, tecnologia e capacitação) em favor das micro e pequenas empresas e de empreendimentos emergentes. Busca, com isso, contribuir para a geração de condições favoráveis à valorização e ao melhor aproveitamento do esforço humano, com aumento da competitividade dos pequenos negócios e estímulo ao empreendedorismo.

### 2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

#### Quadro 1 – Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
<b>Denominação completa:</b> Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí	
<b>Denominação abreviada:</b> SEBRAE/PI	
<b>Vinculação Ministerial:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	
<b>CNPJ:</b> 06.665.129/0001-03	
<b>Situação:</b> ativa	
<b>Natureza Jurídica:</b> Serviço Social Autônomo	
<b>Principal Atividade:</b> Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.	<b>Código CNAE:</b> 7020-4/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (86) 3216-1300 / (86) 3223-0200 - 3216-3753 - 3216-1349	
<b>Endereço Eletrônico:</b> ouvidoria@sebrae.com.br	
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.sebrae.com.br/uf/pi">www.sebrae.com.br/uf/pi</a>	
<b>Endereço Postal:</b>	
NORMAS RELACIONADAS A UNIDADE JURISDICIONADA	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estatuto Social</li><li>• Plano Plurianual</li><li>• Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE</li><li>• Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99</li><li>• Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90</li><li>• Estrutura: Conselho Deliberativo Estadual, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal</li><li>• Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas</li><li>• Regulamento do Sistema de Gestão de Credenciados (Aprovado 11/09/2014 – Resolução 1.471/2014)</li></ul>	

## 2.3 Ambiente de Atuação

A contextualização do Plano de Trabalho para 2015 contemplou um estudo de cenários possíveis para as MPE piauienses. A cada ano é verificado o nível de aderência entre o cenário de atuação escolhido pelo SEBRAE/PI em sua estratégia e a trajetória real das MPE. Dessa forma, apresentou-se o seguinte cenário:

### 2.3.1. Panorama Nacional

O Cenário da economia brasileira foi considerado a partir do cenário apresentado para a economia mundial que apontava para uma recuperação das economias dos países de alta renda e para um crescimento mais suave dos países em desenvolvimento, conforme tabela 1.

**Tabela 1: Crescimento do PIB Brasileiro**

Indicador	Histórico		Projeção	
	2003-2007	2008-2012	2014-2018	2019-2023
PIB Mundial (% a.a.)	4,7%	2,9%	3,8%	3,8%
Comércio Mundial (% a.a.)	8,2%	2,8%	5,4%	5,3%
PIB Nacional (% a.a.)	4,0%	3,1%	4,1%	4,5%

Fontes: IBGE e FMI (dados históricos)

O estudo realizado para o período 2003 a 2023, apresentava uma tendência de crescimento da economia brasileira traduzido pelo crescimento do PIB no valor médio de 4,3% ao ano e do PIB per capita no valor médio de 3,6% ao ano.

Já um estudo realizado pela LCA e SEBRAE, para o período de 2015 a 2018, apontava para um crescimento moderado, inibido pela inflação e pela necessidade de combatê-la a nível nacional.

Resumindo, para o período de 2015 a 2018, as previsões eram de uma reacomodação das bases de crescimento da economia nacional, traduzida pelas tendências listadas a seguir:

- Os ajustes fiscais esperados para 2015 deverão contribuir para uma desaceleração dos níveis de investimento, mas espera-se que, a partir de 2016 a redução da incerteza deverá permitir uma reaceleração da economia;
- No que tange à política cambial e ao comportamento da inflação, espera-se uma estabilização no longo prazo. A tendência da SELIC é de uma estabilização inicial em 11% com perspectiva de queda até o nível de 8% em 2018;
- Crescimento mais modesto da renda e do endividamento das famílias: menor espaço para alavancar o consumo;
- Exportações e Importações: devem passar a contribuir (um pouco) para o crescimento do PIB (4,5% aa), refletindo a expansão mais forte do comércio global e câmbio mais depreciado;
- Investimento sustentado pelas concessões federais somadas aos PPPs regionais;
- Ajuste fiscal iniciado em 2014 trará em 2015 realinhamento dos preços (combustíveis, energia elétrica e transportes);
- Inflação: Segundo a agência REUTERS a inflação seria um pouco menor que o esperado em 2014 mas não cederia em 2015, em meio ao cenário de um novo ciclo de aperto monetário. Neste cenário, apresentado pela pesquisa FOCUS do BACEN, o IPCA foi projetado para estar, em 2015, por volta de 6,25% e talvez fechando o ano no patamar de 6,48%. Os juros, caso o

BACEN não alterasse o valor da Selic, se estabeleceria em 12% em 2015. Quando a alteração da Selic se impusesse, para conter a inflação, seria possível haver alguma variação na previsão da taxa de juros. A previsão de expansão do PIB considerada foi de 0,81% a.a. e a estimativa para a expansão econômica de 1,20%, valores menores do que aqueles que vinham sendo sustentados até julho/2014.

### **2.3.2. Panorama Regional - Nordeste**

A região Nordeste, que até 2010 vinha crescendo mais que a média nacional, sobretudo em decorrência das políticas públicas compensatórias e dos investimentos em infraestrutura e produtivos, de acordo com o Estudo Cenário Econômico para o Nordeste 2010-2025 – “Determinantes Macroeconômicos, Dependência Externa e Fraquezas Internas de Magalhães, Aline et”, apresentaria o menor crescimento no período (4,01% a.a) com perda de participação de 0,2 pontos percentuais no PIB nacional ao final de 2025.

A análise realizada pelos autores do estudo aponta as seguintes perspectivas:

- No período 2010-2015, o crescimento da região Nordeste de 3,63% é determinado principalmente pelo efeito da demanda interna (37%), investimento (19%), efeito produtividade (18%) e, em menor grau, consumo do governo (14%). Após 2015, no entanto, o efeito da demanda interna (consumo das famílias) passa a preponderar com mais intensidade na explicação do crescimento do PIB regional, em detrimento do efeito do investimento, condizente com o cenário macro no qual se verifica um arrefecimento deste componente ao longo do período.
- O consumo do governo, e notadamente as exportações, se mostram mais significativas para o crescimento do Nordeste nos dois últimos períodos, passando de 7% de contribuição em 2010-2015 para 13% e 27%, em 2016-2020 e 2021-2025, respectivamente.

Outro resultado a se ressaltar seria a contribuição negativa do efeito de deslocamento do investimento regional e setorial (-10%) para a determinação do crescimento em 2021-2025, podendo ser justificado pelos efeitos competitivos de investimentos em outras regiões do país, que foram considerados nas simulações (como por exemplo, do Pré-Sal no Sudeste, Mínero-Metalúrgico no Pará e em Minas Gerais, e de hidroelétricas na Região Norte).

### **2.3.3. Panorama Piauí**

Apresenta-se a seguir, as informações mais importantes que compuseram o panorama sócio-econômico do Estado do Piauí, por ocasião do processo de construção do PPA 2015-2018.

- Potencial de Consumo/PI

Segundo o estudo realizado pela empresa IPC Marketing, referente ao ano de 2014 o potencial de consumo dos Piauienses era de R\$ 28,37 bilhões de reais, em 2012 era de R\$ 24,7 bilhões de reais (aumento de 14,9%). Teresina, a capital do Estado, em relação ao ano anterior subiu cinco posições no ranking das 40 cidades brasileiras com maior potencial de consumo, ocupando a 32ª posição e potencial de R\$ 11,255 bilhões de reais de consumo, representando 39,7% do potencial do estado. As cidades de Parnaíba e Picos aparecem na lista das 500 maiores cidades, com potencial de consumo de R\$ 1,622 bilhões e R\$ 815 milhões, ocupando a 266ª e 481ª respectivamente;



- Registro Mercantil

Segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC sobre a movimentação de constituição, alteração e extinção de empresa no Estado do Piauí, em 2014, foram constituídas 4.473 empresas, o que representa uma queda de 17,5% em relação a 2013, e o menor resultado desde 2010. Nessa perspectiva, o Piauí participa, em 2014, com 0,84% do movimento a nível nacional, com participação, ao nível regional, superior aos estados de Sergipe e Alagoas.

- PIB

Segundo o Estudo Cenário Econômico para o Nordeste 2010-2025, podemos inferir que o Estado do Piauí, tende a crescer mais (3 a 5%) que a média da região Nordeste entre 2006 e 2025.

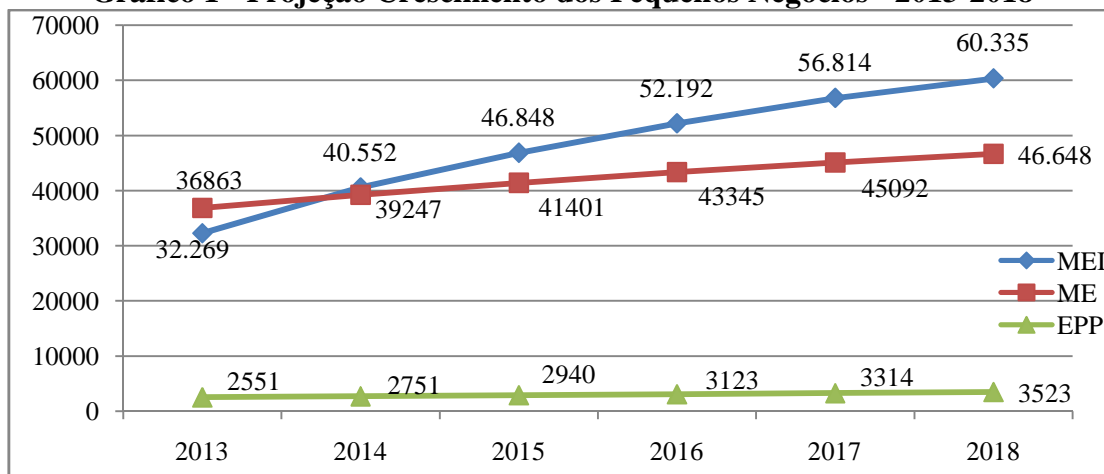
- Outros Indicativos Cenário Local

**Tabela 2 - Micro e Pequenas Empresas - Piauí, Nordeste e Brasil**

Indicadores	Período	Unidade	Piauí	Nordeste	Brasil	%PI/NE	%PI/BR
Nº de Empreendedores Individuais	01/08/2014	Quantidade	37.724	855.070	4.254.433	4,4%	0,9%
Nº de MPE's Optantes do Simples	01/08/2014	Quantidade	79.260	1.694.063	9.027.757	4,7%	0,9%
<b>Registro de Empresas</b>							
-Constituição	2013	Quantidade	3.990	77.290	471.915	5,2%	0,9%
-Alteração			5.961	154.482	1.666.248	3,9%	0,4%
-Extinção			834	50.460	2.346.212	1,6%	0,5%
<b>Compras Governamentais da MPE junto ao Governo Federal</b>	2013 2012 2011	R\$ Bilhões		4,21 2,74 3,22	20,46 15,41 15,29	- - 5,7%	- - 1,2%
Nº de MPE	2011	Quantidade	49.554	964.380	6.332.681	5,1%	0,8%
-Comércio			33.819	583.487	3.187.641	5,8%	1,1%
-Serviços			9.123	243.602	2.148.274	3,7%	0,4%
-Indústria			4.169	90.154	678.873	4,6%	0,6%
-Construção Civil			2.443	47.137	307.893	5,1%	0,8%

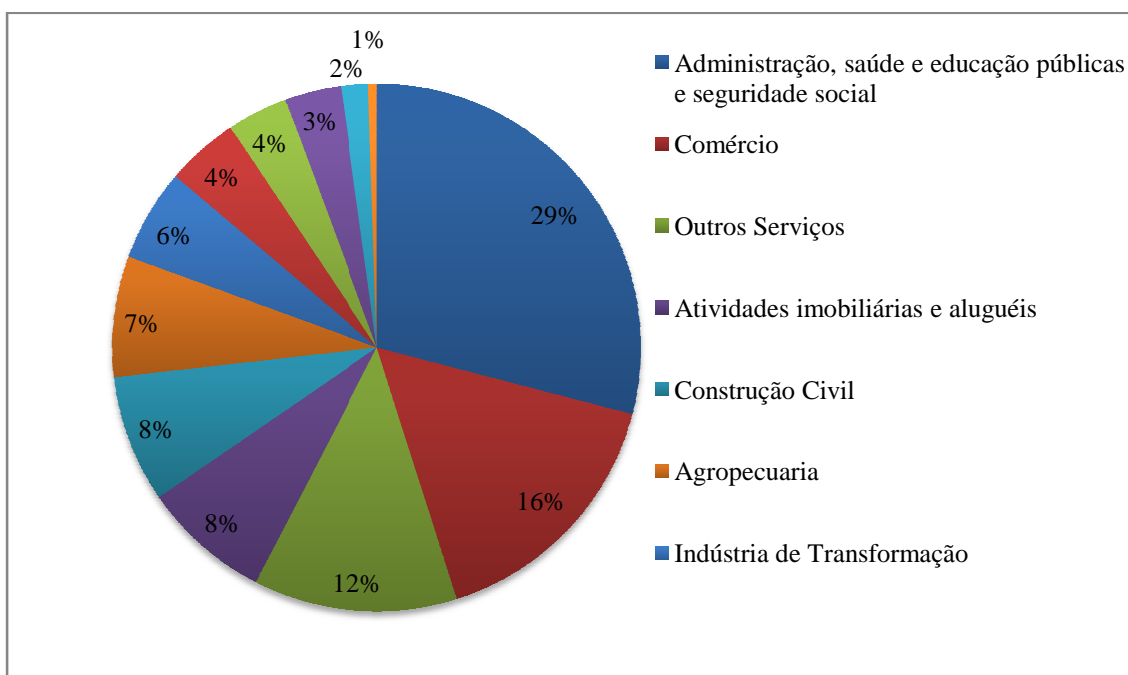
Fonte: Portal do Empreendedor / Ministério da Fazenda / SMPE / Ministério do Planejamento / Ministério do Trabalho / SEBRAE

**Gráfico 1 - Projeção Crescimento dos Pequenos Negócios - 2013-2018**



Fonte: Cenário de Atuação do Sistema Sebrae, estudos específicos

**Gráfico 2 - Participação dos Setores na Economia do Estado**



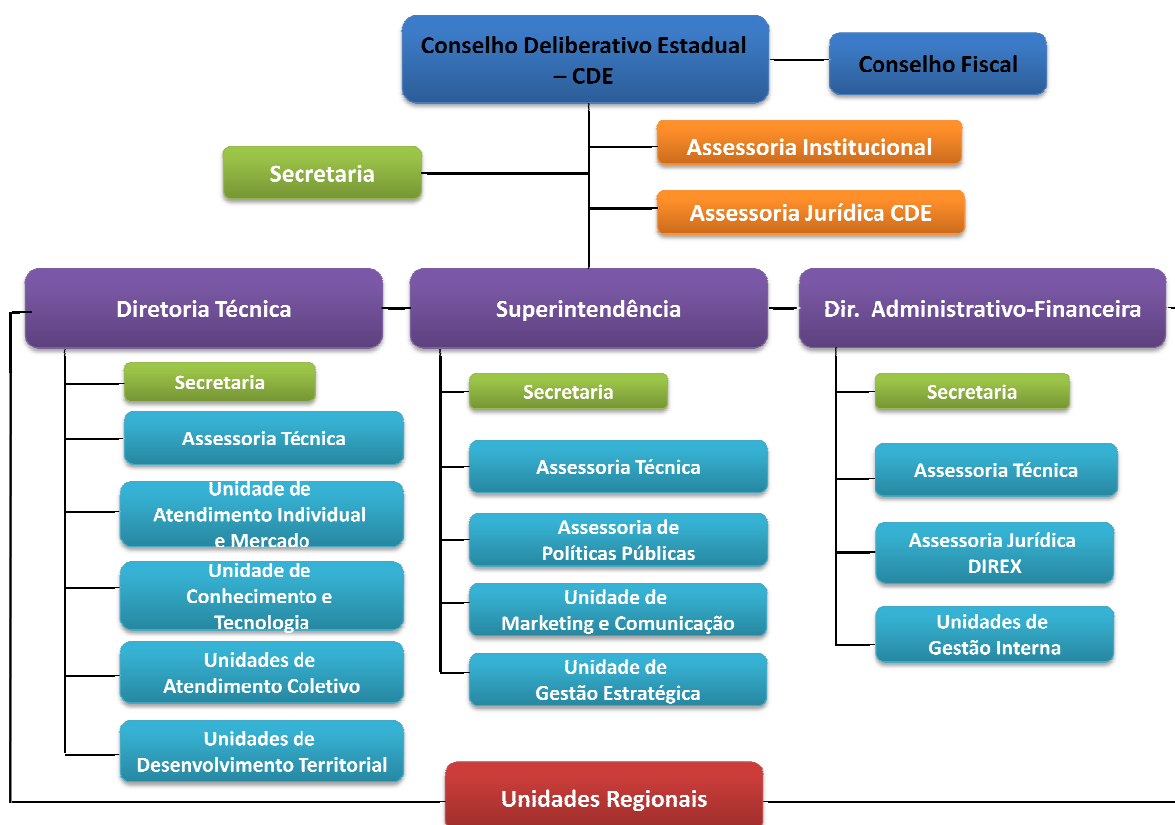
## 2.4 Organograma

A estrutura básica de gestão da entidade é formada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo, órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade, compõe-se de 15 (quinze) representantes de entidades vinculadas a pesquisa, desenvolvimento, associações comerciais, agricultura, comércio, indústria, instituições financeiras e o governo. O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual, para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, composto de três membros efetivos e três suplentes. Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, responsável pela gestão administrativa e técnica, composta por três Diretores: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A estrutura operacional atual é composta por Assessorias, Unidades de Atendimento Coletivo, Individual e Territorial, Unidade de Conhecimento e Tecnologia, Unidade de Marketing e Comunicação, Unidades de Gestão Interna e Unidades Regionais.

**Figura 1 – Organograma do Sebrae Piauí**



- **Unidades de Atendimento Coletivo:** Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócio, Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria, Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio e Serviços
- **Unidades de Gestão Interna:** Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade de Gestão Administrativa, Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, Unidade de Orçamento e Contabilidade e Unidade de Controle Interno.
- **Unidades Regionais:** Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus

As áreas estratégicas do SEBRAE/PI estão agrupadas em Unidades de Negócio e de Gestão, conforme destacadas a seguir:

#### **Unidade de Negócio Finalísticas:**

##### **Unidade de Atendimento Individual e Mercado:**

Competências: Apoiar, capacitar, aconselhar e orientar empreendedores e potenciais empreendedores, por meio da oferta intensiva e consistente de soluções empresariais de ponta, e inseri-los no mercado nacional e internacional.

Titular: Francisco das Chagas da Costa Holanda

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

**Unidade de Conhecimento e Tecnologia:**

Competências: Identificar, formular, adequar, desenvolver e/ou disponibilizar produtos e soluções com respectivas metodologias e estratégias educacionais e tecnológicas, para atender as necessidades identificadas pelas demais unidades.

Titular: Érika Freitas Rocha Lopes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

**Unidades de Atendimento Coletivo da Indústria:**

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas do segmento Indústria, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Mirna Vaz da Rocha

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

**Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio e Serviços:**

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas dos segmentos Comércio e Serviços, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Raimundo Gilson Vasconcelos

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

**Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócios:**

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas do segmento Agronegócios, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Geórgia Alcântara Costa de Pádua

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2013

**Unidade de Desenvolvimento Territorial:**

Competências: Potencializar a assistência técnica do Sebrae/PI, a partir da difusão da abordagem territorial, contribuindo para o dinamismo econômico e do ambiente de negócios, no Estado do Piauí.

Titular: Ana Lúcia Pereira Oliveira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2004

**Unidade Regional de Picos:**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Mary Leal Dias Bezerra

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

**Unidade Regional de Floriano:**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Mary Correia Moreira Kalume

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

**Unidade Regional de Piripiri**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Helder de Freitas Costa

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde dezembro/2012

**Unidade Regional de Parnaíba:**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Élcio de Lima Nunes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde fevereiro/2006

**Unidade Regional de São Raimundo Nonato:**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Felipe de Sousa Vieira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2013

**Unidade Regional de Bom Jesus:**

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Kássio Castelo Branco Silva

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2015

**Unidade de Gestão:****Assessoria de Políticas Públicas**

Competências: Criar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas em larga escala e com forte impacto nos resultados institucionais.

Titular: Solange Lopes Azevêdo

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

**Unidade de Gestão Estratégica**

Competências: Articular, promover e catalisar a atuação estratégica do SEBRAE/PI, com foco em resultados, para assegurar o cumprimento da missão e do Plano Plurianual da instituição.

Titular: Carlos Jorge Silva Gomes

Cargo: Analista Técnico – Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

**Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil:**

Competências: Promover a integração dos dados contábeis e financeiros, visando a elaboração de fluxo de informações de caixa do SEBRAE/PI e subsidiar a Direx e as demais unidades, de informações estratégicas sobre o desempenho orçamentário do SEBRAE/PI.

Titular: Marilda Maria Portela Santos Moita

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

**Unidade de Marketing e Comunicação:**

Competências: Fortalecer a imagem institucional e o nível de relacionamento e comunicação com as micro e pequenas empresas, entidades associadas, governamentais e privadas, parceiros e profissionais internos e externos, promovendo os produtos e serviços do SEBRAE/PI.

Titular: Maria das Graças de Sousa Batista

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

**Unidade de Gestão de Pessoas:**

Competências: Assegurar a captação, manutenção e desenvolvimento de talentos profissionais de acordo com o perfil e competências que forem exigidas no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, necessários ao cumprimento da missão do SEBRAE/PI.

Titular: Valéria Moraes de Sousa Ribeiro

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

**Unidade de Gestão Administrativa:**

Competências: Prover o SEBRAE/PI de infra-estruturas física e administrativa e realizar o controle e a gestão patrimonial da entidade.

Titular: Antonio de Pádua Evelin Rodrigues

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2013

**Unidade de Gestão Financeira:**

Competências: Gerir com alta estratégia tática e operacional as finanças e recursos materiais buscando a otimização dos seus rendimentos, assim como a aplicação adequada dos investimentos e custeios do SEBRAE/PI.

Titular: Joaquim Antonio da Cruz Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

**Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação:**

Competências: Disponibilizar soluções informatizadas adequadas às necessidades do SEBRAE/PI, planejando, orientando, coordenando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento das ações voltadas para a informática e para a comunicação de dados.

Titular: Juliana Lira da Fonsêca

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

**Unidade de Controle Interno:**

Competências: Assistir ao Conselho Deliberativo Estadual, Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às Unidades Operacionais e de Gestão, em matéria relacionada à orientação, acompanhamento e controle dos atos de gestão do SEBRAE/PI.

Titular: José Fernandes Almeida Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2011

## 2.5 Macroprocessos finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, o SEBRAE/PI mantém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais: Atendimento a Mercado e Clientes, Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios, Promoção da Educação e Cultura Empreendedora e Desenvolvimento de Produtos e Soluções.

O quadro abaixo apresenta sucintamente os macroprocessos ligados às áreas fins da instituição:

**Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atendimento a Mercado e Clientes	O Atendimento Individual representa o principal <i>locus</i> de escuta das necessidades do cliente e, portanto, o elemento de tração do processo contínuo de definição de estratégias de gestão do conhecimento em prol da gestão do relacionamento com o cliente.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Informação</li><li>• Orientação Técnica</li><li>• Consultoria</li><li>• Curso</li><li>• Palestra</li><li>• Oficina</li><li>• Seminário</li><li>• Eventos de Mercado</li><li>• Publicação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Empreendedor Individual</li><li>• Microempresa</li><li>• Pequena empresa</li><li>• Produtor Rural</li><li>• Potencial Empresário</li><li>• Potencial Empreendedor</li></ul>	Unidade de Atendimento Individual e Mercado Unidade de Comunicação e Marketing Unidades de Atendimento Coletivo Unidade de Conhecimento e Tecnologia
Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	Macroprocesso voltado para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial, ampliando as políticas de apoio aos pequenos negócios.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Curso</li><li>• Consultoria</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Empreendedor Individual</li><li>• Microempresa</li><li>• Pequena empresa</li><li>• Produtor Rural</li><li>• Gestores Públicos</li></ul>	Assessoria de Políticas Públicas Unidade de Desenvolvimento Territorial

**Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos – Cont...**

Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	Macroprocesso voltado para disseminar a cultura empreendedora em diferentes espaços sociais e de produção da sociedade piauiense e capacitar proprietários de pequenos negócios visando a elevação do nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso</li> <li>• Palestra</li> <li>• Oficina</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendedor Individual</li> <li>• Microempresa</li> <li>• Pequena empresa</li> <li>• Produtor Rural</li> <li>• Potencial Empresário</li> <li>• Potencial Empreendedor</li> </ul>	Unidade de Atendimento Individual e Mercado  Unidades de Atendimento Coletivo  Unidade de Conhecimento e Tecnologia
Desenvolvimento de Produtos e Soluções	Desenvolvimento e adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação Técnica</li> <li>• Consultoria</li> <li>• Curso</li> <li>• Palestra</li> <li>• Oficina</li> <li>• Seminário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendedor Individual</li> <li>• Microempresa</li> <li>• Pequena empresa</li> <li>• Produtor Rural</li> <li>• Potencial Empresário</li> <li>• Potencial Empreendedor</li> </ul>	Unidade de Atendimento Individual e Mercado  Unidades de Atendimento Coletivo  Unidade de Conhecimento e Tecnologia

Apresenta-se abaixo, breve descrição da condução de cada macroprocesso ao longo de 2015:

a) Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes:

O SEBRAE/PI, por meio da Unidade de Atendimento Individual e Mercado - UAIM, atuou fortemente no intuito de fortalecer e ampliar as ações de atendimento as demandas dos clientes, propiciando o aumento do número de pequenos negócios atendidos bem como a melhoria contínua da qualidade.

**Quadro 3 – Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes**

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Ampliação do índice de cobertura do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação da Unidade Regional de Bom Jesus</li> <li>• Reformulação do atendimento itinerante através do “Sebrae Mais Perto de Você”</li> </ul>
Ampliação dos instrumentos de avaliação da satisfação e qualidade do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de tótems para auto-avaliação do cliente em Teresina;</li> <li>• Implantação do processo de acompanhamento e avaliação das consultorias realizadas nas empresas (durante e após sua finalização).</li> </ul>

b) Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Através da Assessoria de Políticas Públicas e da Unidade de Desenvolvimento Territorial o SEBRAE/PI desenvolveu um conjunto de ações voltadas para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial dos pequenos negócios, principalmente nos municípios do interior do estado.



#### Quadro 4 - Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Institucionalização da Lei Geral nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultoria de suporte aos gestores públicos;</li> <li>• Implantação das Salas do Empreendedor;</li> <li>• Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Municipal</li> <li>• Capacitação dos gestores públicos, compradores e fornecedores no processo de compras governamentais;</li> <li>• Ações conjuntas com o Tribunal de Contas do Estado;</li> <li>• Reativação do Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Piauí.</li> </ul>
Fomento ao Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do Prêmio Prefeito Empreendedor</li> </ul>

#### c) Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Incorpora atividades voltadas para prover o SEBRAE/PI de conhecimento e soluções de informação, consultoria e educação nas áreas de gestão empresarial e educação empreendedora, para o alcance dos resultados pelos pequenos negócios.

#### Quadro 5 – Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Fortalecimento da parceria entre as áreas de Educação, Unidade de Conhecimento e Tecnologia, Unidades de Atendimento e Unidades Regionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de facilitadores estaduais para todas as soluções, ampliando o banco de profissionais nas principais cidades do interior com o objetivo de diminuir a necessidade de deslocamento e, conseqüentemente, o custo da aplicação das soluções.</li> <li>• Capacitação periódica da equipe técnica, credenciados e demais colaboradores sobre os Referenciais Educacionais do Sebrae, de modo a garantir a correta aplicação dos produtos e soluções.</li> </ul>

#### d) Macroprocesso: Desenvolvimento de Produtos e Soluções

As atividades incorporadas consistem na adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos, de forma a prover o SEBRAE/PI de soluções, conhecimento e mecanismos de promoção da inovação, sustentabilidade e acesso à tecnologia, para promover a competitividade dos pequenos negócios.

**Quadro 6 – Macroprocesso Desenvolvimento de Produtos e Soluções**

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Desenvolvimento, Adequação e Revisão de Soluções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceria permanente com as Unidades Finalísticas, identificando as principais necessidades de soluções para atender aos Projetos.</li> <li>• Disseminação dos títulos existentes no Portfólio Local e Nacional disponibilizando semestralmente a Matriz atualizada (nome, telefone e email de cada credenciado habilitado nas soluções disponíveis).</li> </ul>
Repasse Metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização de cronograma semestral de Repasses e disseminação para Gestores e Credenciados, a fim de garantir a realização dos mesmos.</li> <li>• Parceria com a Unidade de Gestão de Pessoas para capacitar os credenciados do SEBRAE/PI nos Referenciais Educacionais do SEBRAE, garantindo assim que os mesmos possam ter conhecimento do conteúdo que é a base da Educação no Sistema.</li> <li>• Realização de Repasses Metodológicos, a fim de disponibilizar o maior número de credenciados possíveis para aplicação das soluções junto ao público-alvo de cada Projeto.</li> </ul>

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ  
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### **3. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional**

### 3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

#### 3.1 Planejamento Organizacional

O processo de planejamento para a elaboração/revisão do PPA 2015-2018 seguiu, como ocorre anualmente, o processo estabelecido para esse fim, ou seja, realização de reuniões técnicas através da participação efetiva de Analistas, Gestores, Gerentes e Diretoria Executiva, além de entrevistas e consultas junto aos Conselheiros e demais partes interessadas realizadas no mês de agosto/2014.

A análise, discussão e definições das propostas (projetos e atividades) contidas no Plano Plurianual consideraram como premissas, a coerência e a continuidade da atuação orientada para resultados, a alocação de recursos a partir de estratégias de atuação explícitas, oportunidades existentes no cenário de atuação local e sintonia com as necessidades dos pequenos negócios atendidos pelo SEBRAE/PI.

Dessa forma, o plano estratégico do SEBRAE/PI para 2015, teve como referenciais os seguintes documentos:

- O Direcionamento Estratégico do Sistema SEBRAE 2013/2022;
- As Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual desde 2005, e do Orçamento 2015;
- Indicadores e Metas do PPA 2015/2018;
- Manual de Programas, Projetos e Atividades.

A missão do SEBRAE/PI é a de **“Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia do Estado do Piauí”** estando em consonância com o que rege seu estatuto e demonstrando a vinculação do plano estratégico da entidade com suas competências institucionais, legais ou normativas.

Através da visualização do mapa estratégico (**Figura 2**) pode-se constatar, de forma clara e transparente, o foco da estratégia elaborada e a maneira como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e recursos estabelecidos no PPA. O mapa estratégico tem por objetivo apresentar de forma lógica e estruturada os objetivos estratégicos balanceados sobre várias perspectivas (Cumprimento da Missão, Partes Interessadas, Processos e Pessoas, Organização e Tecnologia), mantendo uma relação de causa e efeito entre si, representando o foco e os pontos relevantes da estratégia no contexto do negócio. Dessa forma, estabelece-se uma sintonia no cumprimento da missão institucional.

A partir da definição dos desafios do SEBRAE/PI, desenvolveu-se um trabalho de priorização dos objetivos estratégicos para alinhar as proposições ao contexto do Planejamento Estratégico do SEBRAE Nacional. Esses objetivos demonstram as escolhas adotadas pela organização para promover maiores conquistas e resultados em prol das MPE no horizonte do Direcionamento Estratégico 2013/2022.

Na análise relativa às limitações internas (pessoal, recursos, infraestrutura) foram consideradas as oportunidades e pontos fortes descritos abaixo como fatores importantes no processo de definição das estratégias.

- Capacitação permanente de pessoal (interno e credenciados) através de cursos abertos e Universidade Corporativa;
- Construção do Centro de Treinamento a ser finalizada em 2016;
- Abertura da Regional de Bom Jesus viabilizando uma maior cobertura do atendimento na região dos cerrados;
- Atualização permanente do parque de TI;
- Implantação do Programa Sebrae de Excelência em Gestão;
- O resultado da Pesquisa de Clima demonstra que 87,8% das pessoas estão motivadas profissionalmente com as tarefas que executam e 86,5% estão satisfeitas com o ambiente e condições de trabalho.

A avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas, foi realizada através do monitoramento sistemático e acompanhamento das metas através de reuniões gerenciais e com a direção, bem como através dos sistemas corporativos SGE e SME.

Para o período de 2015 a 2018, as prioridades estratégicas do SEBRAE/PI estabeleceram a continuidade da estratégia de atuação integrada da instituição, com ênfase no fortalecimento da gestão dos projetos voltada para melhoria da qualidade dos resultados estabelecidos para o período, conforme demonstrado no Quadro 7.

**Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação**

Objetivo Estratégico Nacional	Objetivo Estratégico Local	Prioridade Local
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Ampliar as oportunidades de acesso a mercados dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, a partir da inclusão produtiva, inovação tecnologia e competitividade.
		Ampliar e aprimorar a rede de atendimento no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento da competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios.
		Aumentar a competitividade dos pequenos negócios da indústria de alimentos e bebidas e da cadeia da construção civil no Território de Teresina com foco na sustentabilidade, produtividade e inovação.
		Promover a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos de saúde, artesanato e da cadeia do turismo dos Territórios de Teresina e Litoral Piauiense, a partir da agregação de valor com foco em mercado
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Possui projeto Sem Prioridade Local
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Disseminar a cultura da educação empreendedora no meio empresarial e junto às Instituições de Ensino (fundamental, médio e superior), promovendo o acesso dos pequenos negócios, potenciais empresários e potenciais empreendedores, através de soluções e

**Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação – Cont...**

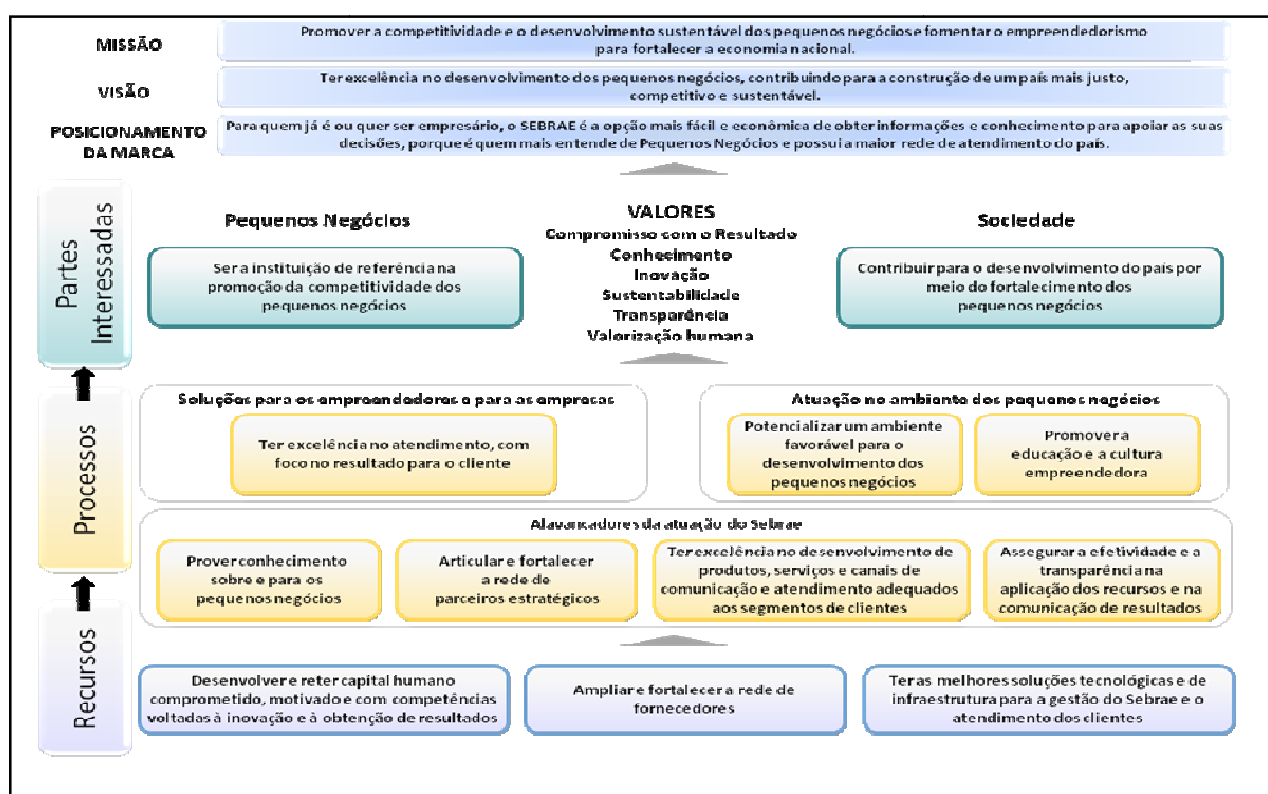
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	Possui Projeto sem Prioridade Local
P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.	P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos, com ênfase na excelência da gestão, por meios de práticas empresariais sustentáveis e da gestão do conhecimento.

### 3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

#### 3.1.1.1. Objetivos Estratégicos

A leitura do Mapa Estratégico segue uma lógica vertical de vinculação entre os objetivos e temas estratégicos, demonstrando uma relação de causa e efeito entre eles, conforme o impacto e a forma de contribuição entre os desafios retratados na forma de objetivos. Ressalte-se que em 2015, o SEBRAE/PI adotou o Mapa vigente de 2014, onde foi delimitado um conjunto de dez objetivos a partir do Mapa Estratégico do Sistema SEBRAE, conforme demonstrado na figura 2.

**Figura 02 – Mapa Estratégico do Sebrae Piauí**



A Tabela nº 3 apresenta a execução orçamentária prevista e realizada por objetivos estratégicos, que traduzem às escolhas adotadas pelo SEBRAE/PI para promover maiores conquistas e resultados para as MPE no horizonte do PPA 2015/2018.

**Tabela 3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos em Mil**

<b>Objetivos Estratégicos Orçamento 2015</b>	<b>Previsto Original Ano</b>	<b>Valor Previsto Ajustado (2015)</b>	<b>Total Executado (2015)</b>	<b>% Executada (2015)</b>	<b>% Participação</b>
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	29.776	31.394	27.691	88,21%	73,45%
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	1.628	4.709	2.196	46,63%	5,82%
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	725	919	800	86,99%	2,12%
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	541	849	364	42,83%	0,96%
P5-Promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade	100	0	0,0	0,0%	0,0%
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	400	440	386	87,89%	1,02%
P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	730	430	383	89,13%	1,02%
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	1.026	1.047	768	73,35%	2,04%
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	45	55	44	79,69%	0,12%
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes	3.841	5.861	5.071	87%	13,00%
<b>Total vinculado a Objetivos Estratégicos</b>	<b>38.811</b>	<b>45.704</b>	<b>37.703</b>	<b>82,49%</b>	<b>100,00%</b>
Gestão Administrativa	5.006	5.486	5.212	95,01%	18,45%
Gestão da Estratégia	210	210	143	68,10%	0,51%
Gestão de Pessoas	20.109	20.609	20.572	99,82%	72,80%
Gestão Financeira	773	721	663	91,97%	2,35%
Governança	500	620	611	98,50%	2,16%
Marketing e Comunicação	827	1.012	1.007	99,52%	3,57%
Orçamento e Controle	200	200	49	24,37%	0,17%
<b>Total não vinculado a Objetivos Estratégicos</b>	<b>27.625</b>	<b>28.859</b>	<b>28.258</b>	<b>97,92%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>66.436</b>	<b>74.563</b>	<b>65.961</b>	<b>88,46%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SME

### 3.1.1.2. Prioridades Estratégicas

As prioridades locais servem de referência para a identificação das iniciativas estratégicas que podem incluir programas, projetos e planos de ação. Explicitam segmentos de clientes a serem trabalhados e possibilitam o alinhamento dos projetos e seus resultados.

**Tabela 4 – Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI em R\$ Mil**

<b>Estratégia Atuação</b>	<b>Previsto Original Ano</b>	<b>Valor Previsto Ajustado (2015)</b>	<b>Valor Realizado (2015)</b>	<b>% de Execução (2015)</b>	<b>% Participação</b>
Ampliar e aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.	12.176	13.609	11.844	87,03%	43,71%
Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e c	2.223	2.993	2.656	88,74%	9,80%
Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos com ênfase na modernização e na excelência da gestão	730	430	383	89,13%	1,41%
Aumentar a eficiência produtiva dos pequenos negócios dos segmentos da indústria da Construção Civil e Panificação no Território de Teresina com foco na inovação, certificação, mercado e sustentabilidade.	2.093	2.964	2.521	85,04%	9,30%
Promover a competitividade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos do Turismo, Saúde, Artesanato e Tecnologia da Informação dos Territórios de Teresina, Litoral Piauiense com foco em inovação, certificação e mercado.	4.668	4.886	4.362	89,26%	16,10%
Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí	725	919	800	86,99%	2,95%
<b>TOTAL</b>	<b>6.525</b>	<b>4.999</b>	<b>4.533</b>	<b>90,67%</b>	<b>16,73%</b>

Fonte: SME

#### **3.1.1.4. Programas Nacionais**

Os Programas Nacionais de Atendimento foram concebidos para potencializar a execução da estratégia do Sistema SEBRAE, direcionando ações e recursos no provimento de conhecimento para os pequenos negócios, articulando e fortalecendo a rede de parceiros, promovendo a cultura empreendedora, potencializando um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios todos com o objetivo de alcançar a excelência no atendimento com foco nos resultados para o cliente.

Esses programas estão direcionados ao atendimento do público-alvo por meio de uma lógica de segmentação de clientes, permitindo um amplo provimento de soluções a todos os perfis atendidos pelo SEBRAE.

Os Programas Nacionais impactam significativamente no alcance dos objetivos estratégicos, trabalhando com um público segmentado e estratégias definidas, de modo a impulsionar o atingimento dos indicadores e metas estipulados no Direcionamento Estratégico, através da segmentação dos clientes (microempresas, empresa de pequeno porte e empreendedor individual).

Os recursos aplicados para atender aos Programas Nacionais foram transferidos pelo SEBRAE Nacional através da Contribuição Social Nacional - CSN. O total de recursos liberados



para o SEBRAE/PI para a execução dos programas totalizou R\$ 6,7 milhões deste total foram executados 95,6% equivalente a R\$ 6,6 milhões.

**Tabela 5 – Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas Nacionais em R\$ Mil**

Programa	Sebrae NA (CSN)			SEBRAE/PI				
				CSN		Nº de Empresas Atendidas		
	Prevista	Transferida	%	Realizada R\$	% Realização	Previsto	Executado	%
ALI - Agentes Locais de Inovação	428	428	100,0%	397	92,8%	800	757	94,6%
Educação Empreendedora	1.015	1.015	100,0%	867	85,4%	15.000	16.098	107,3%
Encadeamento Produtivo	30	30	100,0%	6.555	22,2%	0	15	0,0%
Negócio a Negócio	2.081	2.016	96,9%	2.016	96,9%	7.950	10.711	134,7%
Sebrae Mais	728	728	100,0%	723	99,3%	613	531	86,6%
Sebraetec	2.525	2.496	98,8%	2.565	98,8%	1.050	1.001	95,3%
<b>Total</b>	<b>6.807</b>	<b>6.713</b>	<b>98,6%</b>	<b>6.575</b>	<b>95,6%</b>	<b>25.413</b>	<b>29.113</b>	<b>114,6%</b>

Fonte: SME

Devem ser destacadas as seguintes considerações sobre a execução dos programas em relação as metas de atendimentos realizadas:

#### **a) Agentes Locais de Inovação - ALI**

Em 2015, o Programa ALI atendeu a 758 empresas que tiveram acesso às soluções do SEBRAE como consultorias e/ou cursos na área tecnológica, a partir da atuação intensiva dos agentes junto aos gestores dos projetos de atendimento individual e coletivo na capital e interior.

Segundo pesquisa realizada junto as empresas beneficiadas, dentre os principais resultados de 2015 apresentam-se:

- Das empresas atendidas 52,6% tiveram aumento de faturamento;
- 46,4% informaram que tiveram aumento entre 1 a mais de 40% no lucro mensal da empresa;
- 43% dos entrevistados informaram que tiveram redução de custos variando de 1 a mais 50%;
- Foram identificadas 852 ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento de controles internos com registro de melhorias na gestão de 613 empresas;
- Das 2.081 ações de inovação concluídas, 40,26% ocorreram nas áreas de Inovação de produtos e serviços, Tecnologia da Informação, Design, Qualidade, Produtividade, Propriedade Intelectual e Sustentabilidade;
- Considerando os índices do Radar 0 e 1, a evolução do grau médio de inovação das empresas acompanhadas pelos ALI's em 2015 foi de 2,1 para 2,3.

#### **b) Educação Empreendedora**

O objetivo do Programa é ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas escolas de ensino por meio de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação. O público-alvo assistido consistiu de alunos - potenciais empreendedores do ensino fundamental e médio de escolas da rede pública e privada.

Em 2015, o Programa de Educação Empreendedora atendeu 15.992 alunos, totalizando 106,6% da meta prevista de 15.000 de alunos. Assim, foram realizadas 675 turmas, nos níveis fundamental e médio em 26 municípios do interior do Estado do Piauí.

#### **c) Encadeamento Produtivo**

Não ocorreram ações, haja vista uma reformulação no projeto e do ajuste na parceria entre o SEBRAE e o Grupo GERDAU, âncora do projeto.

#### **d) Programa Negócio a Negócio**

Em 2015 foram atendidas 10.711 empresas *in loco* com perfil de microempreendedor individual e microempresas. A meta do programa de atender a 7.950 empresas em 2015 foi superada, chegando-se a 134,7% de execução.

Vale ressaltar que no contexto nacional mais uma vez o Piauí foi destacado pela forma de condução do programa no estado, bem como pela amplitude do atendimento realizado.

#### **c) SEBRAE Mais**

O Programa implementou em 2015 as soluções Empretec, Encontros Empresariais, Estratégias Empresariais, Gestão da Inovação, Gestão da Qualidade, Gestão Financeira, Ferramenta de Gestão Avançada – FGA. Ao longo do ano, foram implementadas outras soluções: Gestão Financeira II, Plano de Marketing Avançado, Consultorias de Orientações Financeiras, Oficina Meg, Líder Coach e Palestras.

Em 2015, a aplicação das soluções oportunizaram demandas espontâneas para outras ações da programação do SEBRAE/PI e outros produtos do banco de soluções da instituição, principalmente consultorias gerenciais, reforçando assim a geração de receitas com empresas beneficiadas. Outro ponto positivo foi o aumento da demanda pela solução Empretec. A partir das ações do Programa foram atendidas 531 empresas de pequeno porte.

Ações desenvolvidas em 2015:

- Realização das soluções Gestão Financeira (2), Estratégias Empresariais (2), Gestão da Qualidade (1), Seminário Empretec (15), Gestão da Inovação (4) e Encontros Empresariais (2); Ferramentas de Gestão Avançada (1), Líder Coch (1) e Plano de Marketing Avançado (1);
- Realização de consultorias e orientação personalizada para as empresa participantes das soluções Estratégias Empresariais, Gestão Financeira, Gestão da Inovação e Gestão da Qualidade;
- Realização de 7 palestras de divulgação da solução Ferramentas de Gestão Avançada - FGA, e demais soluções realizadas sobre o programa.

#### **e) SEBRAETec**

No ano 2014, o programa alcançou 95,30% de realização da meta de empresas previstas. As ações foram realizadas através das demandas oriundas de 27 projetos, incluindo projetos coletivos e de atendimento individual. Foram 1.001 empresas atendidas com soluções de inovação, dos setores indústria, comércio e serviços, além de produtores rurais que possuam inscrição estadual ou declaração de aptidão (DAP).

Dentre as áreas mais demandadas na modalidade adequação estão: Serviços Digitais, com maior destaque para implantação de sistemas informatizados e desenvolvimento de sites; Inovação,

com maior concentração em mapeamento, redesenho e melhorias de fluxo de processos e Design, com foco em ambientes (arranjo de espaços físicos, fachada, planejamento de espaços).

Destaque para o Programa Mais Mel, metodologia de transferência de tecnologias de produção, por meio de consultorias e acompanhamentos que permitem a profissionalização do setor, aumento da produtividade e conseqüentemente o desenvolvimento da apicultura. A partir da consultoria realizada através do Sebraetec o crescimento médio da produção por colméia saiu de 4,665 kg em 2014 para 12,961 kg em 2015, enquanto que o percentual de colméias habitadas aumentou de 44,34% em 2014 para 80,90% em 2015.

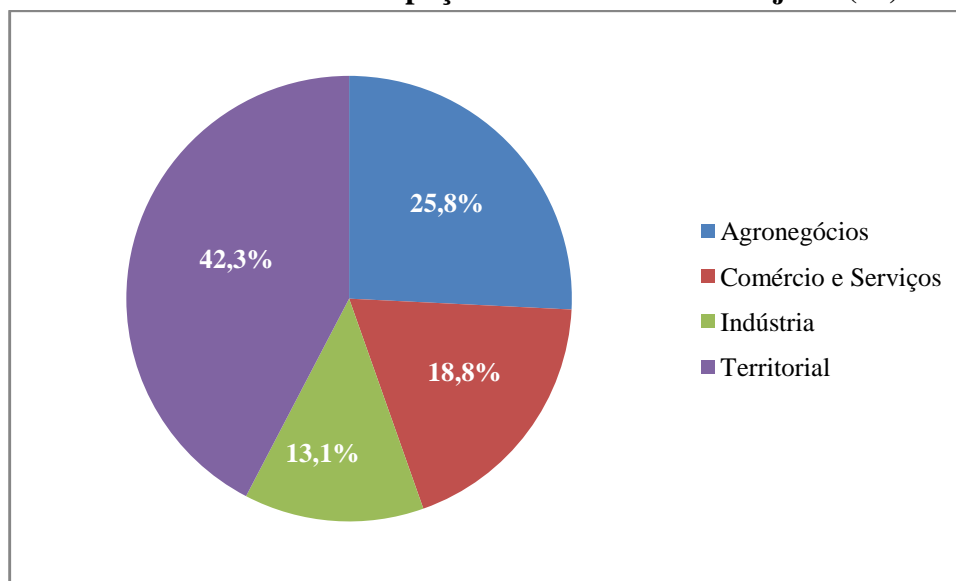
### 3.1.1.5. Carteiras de Projetos

#### 3.1.1.5.1. Projetos de Atendimento

Os investimentos planejados para as carteiras de projetos de atendimento foram da ordem de R\$ 40,7 milhões, com realização de R\$ 32,2 milhões (85,5% do SEBRAE/PI e 54,0% de parceiros). A Carteira de Atendimento Territorial é a que responde pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 16,0 milhões).

A execução final da carteira (SEBRAE/PI e parceiros) foi de 79,0%, contudo se considerarmos apenas a execução dos recursos provenientes do SEBRAE o índice de execução é de 85,7%.

**Gráfico 03 – Participação das Carteiras de Projetos (%)**



Fonte: SME

**Tabela 6 – Aplicações de Recursos por Carteiras de Projetos em R\$ Mil**

SETOR	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	8.291	3.519	11.810	6.628	1.665	8.293	70,2%
Comércio e Serviços	5.495	1.500	6.995	4.954	1.097	6.051	86,5%
Indústria	3.879	2.016	5.895	3.293	914	4.207	71,4%
Territorial	14.588	1.453	16.041	12.717	907	13.624	84,9%
<b>TOTAL</b>	<b>32.253</b>	<b>8.488</b>	<b>40.741</b>	<b>27.592</b>	<b>4.583</b>	<b>32.175</b>	<b>79,0%</b>

Fonte: SME

#### **a) Agronegócio**

A atuação do SEBRAE/PI no agronegócio se deu através de 13 projetos, atingindo 4.056 produtores rurais, 59 empresas (em sua maioria microempresa e empreendedor individual). O montante de recursos previstos para serem aplicados por parceiros e pelo SEBRAE/PI foi da ordem de R\$ 11,8 milhões.

O foco principal da ação foi a promoção do agronegócio no Estado do Piauí, considerando a necessidade de implementação de ações que gerassem melhorias nos processos de produção e gestão dos negócios locais, permitindo a inserção dos produtores no mercado.

A carteira atendeu aos segmentos apicultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, suinocultura e fruticultura nas regiões de Picos/Araripe, São Raimundo Nonato, Litoral Piauiense, Floriano, Piripiri e Teresina. Neste sentido, o SEBRAE/PI deu continuidade ao trabalho conjunto com as instituições parceiras como a Associação Piauiense de Piscicultores, ADAPI, Associação Piauiense de Suinocultura, SENAR, CODEVASF, FIEPI, DNOCS, EMBRAPA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Governo do Estado, MAPA/SFA-PI, SESCOOP/PI e outras a fim de cumprir com as demandas geradas em vários municípios do estado.

**Tabela 7 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio em R\$ Mil**

Projeto	Despesas						
	Previsto Ajustado			Execução 2015			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
APIS do Norte do Piauí	450	1.150	1.600	407	140	547	34,2%
APIS Semiárido Empreendedor	864	280	1.144	756	204	960	83,9%
Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina	551	288	839	517	288	805	96,0%
Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano	400	150	550	292	150	442	80,4%
Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Parnaíba	693	200	893	618	100	718	80,5%
Fruticultura de Floriano	326	60	386	261	31	292	75,7%
PNSC - Negócio Certo Rural - NCR	1.020	0	1.020	0	0	0	0,0%
PI - Sertão Empreendedor	802	400	1.202	715	400	1.115	92,7%
Sertão Empreendedor	307	0	307	295	0	295	95,9%
Setorial Agronegócios da Região de Picos	647	681	1.327	644	17	662	49,8%
Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato	630	250	880	532	240	772	87,8%
Setorial Agronegócios de Teresina	1.057	60	1.117	1.050	94	1.144	102,4%
Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano	394	0	394	393	0	393	99,8%
Tecnologias Sociais no Território de Teresina	150	0	150	147	0	147	98,1%
<b>TOTAL</b>	<b>8.291</b>	<b>3.519</b>	<b>11.810</b>	<b>6.628</b>	<b>1.665</b>	<b>8.293</b>	<b>70,2%</b>

**Fonte:** SME

A execução orçamentária da Carteira do Agronegócio (70,2%) deve-se principalmente ao fato de estar sendo considerada a parcela referente aos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi assumida conforme pactuada nos Acordos de Resultados dos projetos, influenciando assim no índice de execução verificado, bem como pela não implementação do Projeto Negócio Certo Rural, haja vista a postergação de sua execução para 2016 pelo SEBRAE Nacional em decorrência de ajustes negociação da parceria com o SENAR.

A baixa alavancagem por parte dos parceiros ocorreu com mais intensidade no âmbito dos Projetos Apis do Norte Piauiense e Setorial Agronegócio da Região de Picos. Ressalte que este fato não comprometeu o andamento das ações da carteira que apresentaram execução dos instrumentos de atendimento conforme demonstrado na Tabela 7.

**Tabela 8 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio**

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2015	Execução 2015	%Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	33.011	33.012	100%
Curso	Nº de Cursos	248	247	100%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	4	22	550%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	15	20	133%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	12	17	142%
Palestra	Nº de palestras	189	191	101%
Oficina	Nº de oficinas	233	242	104%
Seminários	Nº de seminários	63	62	98%
Orientação técnica	Nº de orientações	1.596	1.605	101%

Fonte: SME

As variações significativas são relativas aos indicadores relacionados a “Nº de feiras do SEBRAE”, e “Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE” cujas variações decorrem da realização de pequenas feiras no âmbito nos municípios atendidos pelo Projeto Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano, além da previsão inicial, fato que acarretou também no aumento no número de caravanas para estes eventos.

Os principais destaques dos projetos da carteira em 2015 foram:

#### **Apis do Norte do Piauí**

As principais ações implementadas foram:

- Utilização de técnicas inovadoras para manutenção dos enxames, repovoamento de colméias desabitadas em períodos de escassez de alimentos com a implementação do Programa MAIS MEL, nos Municípios de Batalha, Brasileira, Domingos Mourão, Piracuruca, Piripiri e São João da Fronteira;
- Apoio a produção de outros produtos como pólen, própolis, cosméticos à base de mel, bem como à prática da comercialização, com a promoção e a participação em feiras locais para vendas dos produtos à base de mel acabados com a marca Casa Apis;
- Realização de multiplicação dos enxames, e preparação para a safra 2016;

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Redução de 80% das perdas dos enxames no período de escassez de chuvas a partir de consultorias do SEBRAETec;
- Melhoria de 100% da atenção dos apicultores aos seus enxames no período de julho a dezembro de 2015;
- Comercialização de 53.549 Kg de mel com a Casa Apis totalizando R\$ 437.641,00 (quatrocentos e trinta e sete mil seiscentos e quarenta e um reais);

## **Apis Semiárido Empreendedor**

As principais ações implementadas foram:

- Continuidade das ações de implementação do Programa MAIS MEL com vistas à disseminação de Inovações e Boas Práticas de Convivência com o semiárido e da melhoria de produtividade e viabilidade econômica dos empreendimentos;
- Cooperação e Liderança, visando o fortalecimento da organização social dos produtores e melhoria do perfil das lideranças para a sustentabilidade do negócio apícola coletivo;
- Disseminação do Conhecimento e Benchmarking Apícola, com vistas a viabilização de conhecimento e apropriação de experiências exitosas para a profissionalização da atividade;
- Acesso a Mercado, com foco no aumento das exportações com valor agregado e ampliação do mercado interno.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Contrapartida dos produtores no valor de R\$ 34.809,00, na implementação do Manejo Apícola de convivência com a estiagem, nos apiários de 180 produtores rurais da região de Simplício Mendes, reduzindo em 70%, as perdas dos enxames;
- Perenização da produção de mel no período da estiagem no Piauí, com a produção de 100 ton. de mel através da apicultura migratória coletiva da CASA APIS;
- Aumento de 13 para 20 no número de casas de mel com habilitação para comercializar com o mercado europeu;
- 200 jovens de Bela Vista do Piauí, filhos de apicultores, capacitados em Manejo Tecnológico da Apicultura; Associativismo, Gestão e Boas Práticas na Colheita do mel;
- Aumento de 64,95% no volume e 100% no faturamento da exportação de mel da CASA APIS e COMAPI (1.605 ton de mel no valor 18 milhões contra 973 ton. de mel no valor de R\$ 9.648,00, em 2014);
- Incremento de 31 % no volume das vendas para o mercado interno, para grandes, médias e pequenas redes do varejo (109 toneladas num total de R\$ 1.476.831,00).

## **Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Produção de um Manual de Criação de Peixe em Viveiros Escavados;
- Implantação do Programa Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados em 16 restaurantes dos municípios de Campo Maior, Monsenhor Gil e Palmeirais.
- Assessoria técnica no levantamento de dados, georeferenciamento e elaboração de projetos de licenciamento ambiental de 10 fazendas de piscicultura nos municípios de Nazária e Monsenhor Gil, além de trabalhos na elaboração de 30 registros do aquicultor.
- Realização de Mostra Gastronômica a Base de Peixe, nos municípios de Campo Maior, Miguel Alves, Monsenhor Gil, Palmeirais, Demerval Lobão e Nazaria, com a efetivação de nove cursos de culinária do peixe e processamento do pescado, gastronomia;
- Realização de 27 cursos de gerenciamento da propriedade rural, técnicas avançadas de piscicultura, processamento do pescado, culinária do peixe, construção de viveiros escavados, cultivo de peixes em tanques rede, redes associativas;
- Realização de 3.544 horas consultorias tecnológica, ambiental e gerencial, in-loco voltadas para a seleção de locais visando implantação de projetos de cultivo de tilápias em tanques rede e viveiros escavados, orientações sobre qualidade de água, cálculo de ração, densidade adequada e

planejamento da produção, georeferenciamento de propriedades para licenciamento ambiental, implantação de controles administrativos e financeiros nas pequenas propriedades rurais;

- Realização de 22 palestras sobre: Boas praticas de produção de alimentos, Nutrição e alimentação de peixes, Manejo de peixes redondos, Rações específicas para peixes redondos, Qualidade da água, Como implantar uma unidade de produção de peixes em viveiros escavados, planejamento da produção, beneficiando 350 produtores, empreendedores, encarregados de fazendas e técnicos, resultando no aumento da produção, produtividade, redução de custos, conquista de novos mercados e oportunidade de negócios;
- Criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Pesca e Aqüicultura.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Produção estimada de 3.7 toneladas/ano de peixe e faturamento de R\$ 25,2 milhões;
- Licenciamento ambiental de 10 fazendas de piscicultura;

### **Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano**

As principais ações implementadas foram:

- 400 horas de consultoria gerenciais
- 30 capacitações
- 25 palestras
- 06 missões técnicas e caravanas - destaques para a visita técnica à Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro – CASA APIS, onde os produtores conheceram as instalações a organização e gestão da Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro e visita técnica à Fazenda Experimental do Colégio Técnico de Floriano;
- Realização de 2 seminários em Floriano e Rio Grande com o objetivo de contribuir para a integração entre as atividades de apicultura e piscicultura.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

No primeiro ano de execução do projeto não foram identificados resultados significativos a destacar.

### **Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Parnaíba**

As principais ações implementadas foram:

- Assessoria técnica na constituição e legalização da Associação de Piscicultores dos Municípios de Buriti dos Lopes e Caxingó;
- Realização de Dia de Campo na cidade de Buriti dos Lopes, Caxingó e Caraúbas do Piauí;
- Realização da 3º Feira do Agronegócio da Planície Litorânea e a 34ª EXPOAPA (Exposição Agropecuária de Parnaíba), contando com a participação de 5 mil produtores e empreendedores;
- Realização de 21 cursos abordando os temas gerenciamento da propriedade rural, técnicas avançadas de piscicultura, processamento do pescado, culinária do peixe, construção de viveiros escavados, cultivo de peixes em tanques rede, associativismo;
- Realização de mais de 2 mil horas de consultorias tecnológicas (SEBRAEtec, ambiental e gerencial);
- Realização de 9 (nove) palestras sobre temas relacionados aos setores da fruticultura, piscicultura e leite,



- Realização de 6 (seis) caravanas para eventos do SEBRAE e de terceiros;
- Realização de 6 (seis) oficinas de piscicultura e fruticultura.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Compra em conjunto pelos criadores de peixe do município de Buriti dos Lopes;
- Criação da Câmara Setorial do Leite do Estado do Piauí;

### **Fruticultura de Floriano**

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 505 (quinhentas e cinco) horas de Consultorias Gerencial e Mercado para grupo de Produtores;
- Realização de 145 (cento e quarenta e cinco) horas de Consultorias do Programa SEBRAETEC, com o objetivo de modernizar os processos da Associação dos Produtores e com isso ampliar o seu mercado;
- Realização de 6 (seis) Palestras: Manejo e Práticas culturais na Cultura da Banana; Melhoramento Genético da Bananeira; Qualidade Fitossanitária e Mudanças Micropropagadas de Bananeira; Controle Eficiente de Pragas da Banana; Empreendedorismo e Inovação e Técnicas de Manejo das Novas Variedades de Banana.
- Realização de 1 (uma) Oficina – SEBRAETEC (Uso de Agrotóxicos e Adubação Orgânica no cultivo de Frutas);
- Realização de Missões/Caravanas: Núcleo Rural Taquara (Cootaquara) – DF; Visita Técnica ao Sicoob/Bancoob – DF; Participação Em Rodada de Negócio em Teresina/PI; e II Convenção Empresarial de Floriano e Região – Floriano/PI.
- Realização de 3 (três) cursos: Boas Práticas Agrícolas; Técnicas de Irrigação e Relações Interpessoais.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da comercialização de frutas em torno de 15% (queda em relação a 2014) e redução de 25% custos de produção - (Fonte: ACIPI);
- Adoção de Novas Técnicas de manejo e de melhoramento genético da banana.

### **PI - Sertão Empreendedor**

As principais ações implementadas foram:

O projeto contemplou ações em 36 (trinta e seis) municípios: Anísio de Abreu, Aroazes, Bela Vista do Piauí, Bonfim do Piauí, Caldeirão Grande, Campinas do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Colônia do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Fronteiras, Guaribas, Inhumas, Itaueira, Jacobina do Piauí, Jaicós, Lagoa do Sítio, Massapê, Monsenhor Hipólito, Nova Santa Rita, Novo Oriente, Oeiras, Patos do Piauí, Paulistana, Pavussu, Pimenteiras, Pio IX, Queimada Nova, Santo Antonio de Lisboa, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Wall Ferraz.

O objetivo do projeto é promover a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais no semiárido piauiense, por meio do fomento à inovação, ao

empreendedorismo e da difusão das tecnologias sociais, de produção, gestão e boas práticas de convivência com o semiárido. Na primeira etapa do projeto foram realizadas:

- Realização de 38 oficinas junto aos empreendedores rurais e instituições parceiras;
- Elaboração de diagnósticos e planilhas demonstrando as potencialidades e fraquezas dos produtores;
- Realização de 7.369 horas de consultoria ao produtor no campo;
- Realização de 34 cursos tratando da gestão do negócio;
- Missões técnicas, para troca de experiências sobre convivência com o semiárido entre os municípios.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Classificação zootécnica do rebanho pelos produtores
- Envolvimento da família nas atividades do projeto
- Aumento de produção, sanidade animal, melhor manejo reprodutivo e alimentar a partir das práticas disseminadas.

### **Setorial Agronegócios da Região de Picos**

As principais ações implementadas foram:

A estratégia de atuação do projeto foi focada, na promoção de eventos e estabelecimento de parcerias comerciais, visando fortalecimento da comercialização de caprinos e ovinos, peixes e castanha de caju, além da articulação de projeto para viabilização de infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização, e boas práticas de convivência com a estiagem. Nesse contexto destacamos:

- Capacitação e consultoria gerenciais – Visando o fortalecimento da gestão e a eficiência empresarial com foco no desenvolvimento e sustentabilidade dos empreendimentos da ovinocaprinocultura, piscicultura e cajucultura;
- Capacitação Tecnológica e difusão de tecnologias de formação de pastagens e produção de alimentos e prospecção de mercado – Implementação de inovações de boas pratica de manejo de convivência com a estiagem, melhoramento genético com vistas a melhoria de produtividade e qualidade nas diversas cadeias.
- Prospecção de mercado e apoio as feiras – Estabelecimento de parcerias comerciais com contrato de vendas anual, com entregas mensais de animais em quantidade expressiva e preço viável.
- Realização de Feira de Caprinos e Ovinos focada na comercialização dos animais, integração e capacitação dos produtores

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Comercialização de 59 toneladas de peixes, correspondente a um montante de R\$ 440.000,00 em vendas realizadas em oito municípios da macrorregião de Picos;
- A Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí - COCAJUPI exportou para a Itália 22 tonelada de amêndoas correspondente a um montante de R\$ 880.000,00; 1,6 toneladas de amêndoas correspondentes a um montante de R\$ 64.000,00 comercializadas para Cacau Show e 2,6 toneladas tonelada de amêndoas correspondente a um montante de R\$ 104.000,00 comercializados no mercado interno;

- Comercialização de 76 toneladas de carne de ovino realizada pela ASCOBETANIA – Associação de Caprinos e Ovinos de Betânia Piauí para o Frigorífico Piauí, correspondente a um montante de R\$ 1.141.616,70 em vendas;
- Implantação de duas Unidades de Terminação nos municípios de Betânia, Padre Marcos;
- Implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal nos municípios de Itainópolis, Padre Marcos, Wall Ferraz, Nova Santa Rita, Bela Vista e Jacobina (com as novas regras da CONAB a implantação do SIM torna-se obrigatória);
- Elaboração de 6 (seis) projetos para CONAB através do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, para Associações ligadas à ovinocaprinocultura dos municípios de Queimada Nova, Betânia e curral Novo, num montante aproximado de R\$ 771.000,00 equivalente a 51,4 mil quilos de carne.

### **Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato**

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações tecnológicas, abordando aspectos como: Apicultura Básica, Manejo de Colméias e Alimentação de Abelhas, além de Oficinas de Produção de Própolis, Produção de Cera e Alimentação de Abelhas;
- Realização de capacitação em técnica de Cultivo de Peixe em Viveiros Escavados, para os grupos de produtores/piscicultores no município de São João do Piauí/PI;
- Realização de capacitações em associativismo, através do curso Juntos Somos Fortes - Agronegócios, para os grupos de produtores/apicultores dos municípios de Dom Inocêncio/PI e São João do Piauí/PI;
- Realização de palestras, clínicas tecnológicas, Inspeção de Animais e Emissão de Atestados Sanitários em Feiras nos municípios de Dom Inocêncio, Canto do Buriti e São Raimundo Nonato/PI;
- Participação na IV Feira de Ovinos e Caprinos de São Raimundo Nonato/PI, realizada pela ASCCO/Associação Sanraimundense dos Criadores de Caprinos e Ovinos;
- Participação na III Expofeira de Ovinos e Caprinos de Dom Inocêncio/PI, realizada pela Prefeitura Municipal;
- Participação na II EXPOCANTO de Canto do Buriti/PI, realizada pela Prefeitura Municipal;
- Realização de Palestras, abordando temas como: Manejo de Colméias, Produção de Própolis e Alimentação de Abelhas;
- Realização de Consultorias Tecnológicas através do SEBRAEtec no segmento de piscicultura no município de São João do Piauí, abordando a melhoria da produção e a produtividade;
- Realização de Consultorias Tecnológicas através do SEBRAEtec no segmento de apicultura para aproximadamente 90 apicultores do Território Serra da Capivara, utilizando a metodologia do Programa MAIS MEL, com ênfase na abordagem da melhoria da produção e a produtividade;
- Realização do II Seminário de Apicultura da Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato/PI, com a participação de apicultores de 08 municípios da região;
- Realização de Caravanas de Produtores, através de participação no II Seminário de Apicultura da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato/PI e participação em Reunião Técnica com a equipe do Governo do Estado durante o V Festival da Uva em São João do Piauí/PI.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Comercialização de 400 toneladas de mel através da COOPARN, movimentando aproximadamente R\$ 3,5 milhões;
- Diminuição de 30% na perda dos enxames dos apicultores atendidos pelo MAIS MEL;

- Diminuição da taxa de mortalidade dos animais (ovinocaprino) em mais de 50% na Comunidade Baixa Grande no município de Jurema/PI;
- Piscicultores utilizando planilhas de gestão para controle de reação, mortalidade, densidade de estocagem e prática de biometria mensal. Antes a produção era abaixo de 1000 kg por tanque, hoje é de 1.800 kg.

### **Setorial Agronegócios de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Participação nas Feiras de Caprinos e Ovinos de Elesbão Veloso, Espaço Aprisco no CACHAÇAFEST de Castelo do Piauí, III Festival da Cajuína do Piauí, Festa do Bode de Batalha e EXPOAPI de Teresina, com caravanas de criadores, palestras, orientações tecnológicas e Rodada de Negócios;
- Realização do Mercado do Produtor, evento de comercialização dos produtos assistidos pela UAGRO, dentro do Movimento Compre do Pequeno Negócio – MCPN, alcançando grande repercussão e faturamento;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Parceria entre a Associação dos Criadores de Betânia do Piauí/ASCOBETÂNIA e o Piauí Frigorífico para fornecimento;
- Envolvimento do Ministério Público Estadual, juntamente com as entidades afins na busca de solução para os abates não inspecionados, tendo sido realizadas mais de 5 (cinco) reuniões, cadastramento de 18 (dezoito) abatedouros não inspecionados que resultou na emissão de um Termo de Ajuste de Conduta/TAC;
- Instituição e entrega para 04 (quatro) agroindústrias membro da Associação dos Produtores de Cajuína do Piauí – PROCAJUINA dos Selos de Indicação de Procedência, garantido agregação de valor ao produto.

### **Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano**

As principais ações implementadas foram:

- Acompanhamento das 105 unidades PAIS instaladas em 07 (sete) municípios da região;
- Desenvolvimento e utilização de 5 (cinco) tipos de embalagens rotuladas com a marca PAIS para comercialização dos produtos;
- Criação e distribuição de material de divulgação: panfletos, cartazes, faixas e mídias;
- Realização de 07 Feiras Agroecológicas para comercializar os produtos PAIS nos 7 (sete) municípios do projeto;
- Participação dos municípios de Oeiras e Arraial na Feira Agroecológica de Teresina durante o Movimento Compre do Pequeno Negócio;
- Consultorias para habilitar as Unidades PAIS à certificação orgânica e formação das OCS – Organização de Controle Social.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Sistema de produção convertido para o agroecológico tecnificado, resultando em ganho de tempo para outras atividades domésticas, hábito alimentar e de consumo;

- Produtores integrados no processo de Compras Governamentais e iniciação de acesso à Compras Institucionais;
- Aumento da renda mensal familiar com variação de 0,5 a 2,5 salários mínimos – oriunda da comercialização da produção excedente das unidades PAIS.

### **Tecnologias Sociais no Território de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Implantação de unidades de produção - PAIS nas Comunidades Vale da Esperança e Serra do Gavião;
- Revitalização da Horta Comunitária da Comunidade Soinho;
- Melhoramento produtivo da Comunidade Ave Verde;
- Capacitação Continuada das famílias de produtores nas áreas tecnológica, organizacional, gerencial e alimentar;
- Realização de Feiras Agroecológicas para comercializar os produtos;

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Melhoria na renda e maior segurança financeira ao longo do ano, registrando renda média familiar mensal da ordem de R\$ 850,00;
- Acessos aos canais de comercialização e compras institucionais;
- Na área social houve melhorias nos trabalhos coletivos e na autoestima individual e do grupo;
- Reforço na qualidade da alimentação familiar em função do aumento e diversificação da produção da horta;
- Aumento no poder aquisitivo da família;
- Redução do esforço físico dos horticultores em função da implantação da irrigação por gotejamento.

#### **b) Comércio e Serviços**

A carteira do Comércio e Serviços implementou 10 projetos, atingindo 526 empresas (62% microempresas, 14% empresas de pequeno porte e 24% microempreendedor individual). O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 6,9 milhões, com alavancagem de R\$ 1,5 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 86,5%. Considerando somente recursos do SEBRAE/PI a execução atinge 90,1%. A carteira de Comércio e Serviços é a que apresentou o maior índice de execução, conforme apresentado na Tabela 9.

**Tabela 9 - Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços em R\$ mil**

Projeto	Valor Previsto Anual 2015						
	Valor Previsto Anual			Executado			
	Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total	%
ExpoARTE Piauí	1.064	450	1.514	1.049	300	1.349	89,1%
Material de Construção de Teresina	175	0	175	171	0	171	97,9%
Piauí - Brasil Original	400	0	400	187	0	187	46,8%
Revitalização de Espaços Comerciais - Floriano	302	150	452	131	147	278	61,6%
Economia Criativa no Território Teresina	1.089	500	1.589	1.083	500	1.583	99,6%
Fortalecimento do Polo de TIC da Região de Teresina	609	100	709	593	100	693	97,8%
Fortalecimento do Polo Empresarial de Saúde em Teresina	457	0	457	437	0	437	95,5%
PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções	5	0	5	5	0	5	100,0%
ROTA DAS EMOÇÕES E SEUS NOVOS DESAFIOS	999	200	1.199	995	0	995	83,0%
Serviços de Educação em Teresina	396	100	496	303	50	353	71,3%
<b>TOTAL</b>	<b>5.495</b>	<b>1.500</b>	<b>6.995</b>	<b>4.954</b>	<b>1.097</b>	<b>6.051</b>	<b>86,5%</b>

**Fonte:** SME**Tabela 10 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Comércio e Serviços**

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2015	Execução 2015	%Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	15.795	16.317	103%
Curso	Nº de Cursos	111	116	105%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	16	16	100%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	22	22	100%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	6	8	133%
Palestra	Nº de palestras	66	83	126%
Oficina	Nº de oficinas	21	35	167%
Seminários	Nº de seminários	0	3	0%
Orientação técnica	Nº de orientações	221	267	121%

**Fonte:** SME

O foco das ações dos projetos incorporaram produtos e soluções de mercado, feiras e missões técnicas, inovação e tecnologia, capacitação empresarial e consultorias tecnológicas através do SEBRAETec, voltados para o aumento da competitividade e implantação de novos padrões de competitividade nas empresas atendidas pelos projetos.

As variações mais significativas na execução física dos instrumentos de atendimento são relativas aos indicadores “número de missões/caravanas para eventos do SEBRAE, número de palestras, número de oficinas e número de orientações” e foram decorrentes do número de ações ocorridas na programação da unidade quando da realização da ação nacional “Movimento Compre do Pequeno Negócio”.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Comércio e Serviços foram:

### **ExpoARTE Piauí e Piauí - Brasil Original**

As principais ações implementadas foram:

- Realização do “Casa Piauí Design” 2015;
- Implementação do Projeto Oeiras Artesanal apoiado pela inovação no encadeamento produtivo do artesanato do município, pela via da Identidade Cultural;
- Participação em Mostras Nacionais do Brasil Original, em Brasília e Mãos de Minas em Belo Horizonte onde os produtos do artesanato piauiense encontram um mercado dinâmico realizando vendas de quase 100% das peças enviadas;
- Participação no Paraty Eco – Festival, evento promovido pelo Instituto Colibri em Paraty – RJ e Feneart 2015 em Recife Pernambuco.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Criação de novas coleções artesanais com atributos da identidade cultural;
- Geração de negócios da ordem de R\$ 450 mil na participação nos eventos de mercado.

### **Material de Construção de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações e consultorias nas áreas de Visual Merchandising, Relações Interpessoais, Gestão de Estoques, Atendimento ao Cliente e Gestão da Qualidade (5S);

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

Destaque para empresa piauiense participante do projeto que adotou ações inovadoras que envolvem resiliência, confiança, inovação e bons resultados de gestão, tendo sido selecionada pelo SEBRAE/NA como uma boa pratica na área varejo de Material de Construção para produção de um vídeo de “caso de sucesso”.

### **Revitalização de Espaços Comerciais – Floriano**

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Diagnóstico do Espaço Comercial onde estão inseridas as lojas para entender a dinâmica dos negócios da área da cidade beneficiada pelo projeto;
- Realização da pesquisa de opinião para entender o perfil de consumo das pessoas que migram no entorno do espaço a ser revitalizado;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria da qualidade visual das lojas assistidas;
- Aceitação do público quanto a nova abordagem territorial voltada para criar um ambiente favorável à competitividade do comércio de rua de Floriano.

### **Economia Criativa no Território Teresina**

- Realização do **Festival Gastronômico Maria Isabel** envolvendo a realização de uma feira gastronômica, que recebeu cerca de 30 mil visitantes e comercializou 6.676 pratos. Durante o evento foi promovido um Concurso Gastronômico envolvendo estudantes de gastronomia de instituições de ensino local, proporcionando um engrandecimento da culinária local, além de valorização dos produtos regionais na arte gastronômica da região;
- Realização do Festival Cachaça Fest na cidade de Castelo do Piauí;
- Realização do Festival Sabor Maior em Campo Maior;
- Realização de consultorias tecnológicas realizadas no âmbito do Programa Nacional **SEBRAEtec** com destaque para a realização das Consultorias Orientadas para Implantação das Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (PAS – Programa de Alimentos Seguros), em importante parceria com o SENAC.

### **Fortalecimento do Polo de TIC da Região de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Café Tecnológico em conjunto com o segmento de educação de Teresina, ação de mercado onde as empresas de TI apresentaram suas soluções para as empresas de educação em formato de apresentação pitch;
- Realização de palestras e oficinas com o objetivo de estimular o investimento em novos produtos (spin-offs) para contribuir com o fomento ao segmento de startups local;
- Parceria na realização do evento Startup Weekend Chance Makers - maratona de criação de startups sociais para resolução de problema de comunidade carente em 54 horas. O evento reuniu cerca de 30 pessoas que formaram equipes e propuseram 10 idéias com viabilidade econômica com possibilidades de modificar a realidade da população local;
- Realização da Virada Geek 2015, maior evento de tecnologia do Piauí, onde mais de 400 pessoas conectadas tiveram oportunidade de compartilhar projetos, idéias, formar parcerias comerciais, expor produtos e serviços, participar de oficinas de programação, assistir oficinas de robótica e disputar campeonatos de games;
- Realização da 2ª Corrida de Startups do Piauí durante a Feira do Empreendedorismo realizada em Parnaíba;
- Participação no SBGames (Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital) que se constitui no maior e mais importante evento da América Latina na área de desenvolvimento de games e entretenimento digital. O evento contou com cerca de 650 inscrições de vários locais do Brasil;
- Participação nos eventos Campus Party São Paulo, Campus Party Recife; EINEE 2015, Rio INFO 2015 e SBGAMES 2015.

### **Fortalecimento do Polo Empresarial de Saúde em Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Implantação do Programa de Gestão da Qualidade, com objetivo de preparar as empresas para a certificação ou acreditação ONA, em 05 empresas; onde obtivemos 01 (uma) empresa certificada, o Laboratório Exame de Teresina, que foi certificado na SBAC – Sociedade Brasileira de Análises Clínicas.
- Realização do III Seminário Piauiense de Gestão em Saúde, uma parceria com a Unimed Teresina, com a presença de 600 participantes;



- Realização de capacitações e consultorias com temáticas relacionadas a estratégias de gestão de pessoas, qualidade, certificação e marketing;
- Realização de cursos técnicos especializados em parceria com as entidades SENAC e SEST/SENAT, com objetivo de aperfeiçoamento.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Premiação de 2 empresas participantes do Projeto a Clínica GASTROS e o Hospital de Olhos Francisco Vilar, em sétimo e segundo lugar respectivamente, como melhores empresas para trabalhar no Piauí, pelo Instituto Great Place To Work;
- Destaque para a empresa Clínica Clinicenter, no Prêmio MPE Brasil a nível estadual;

### **PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções**

Projeto não iniciado.

### **Rota das Emoções e Seus Novos Desafios**

As principais ações implementadas foram:

- Aplicação de ferramentas como PAS (Programa de Alimento Seguro) P+L (Produção Mais Limpa), 5 S, Gestão Ambiental, capacitação empresarial e consultorias tecnológicas, em destaque as metodologias do Selo de Sustentabilidade e Selo de Qualidade em Serviços;
- Participação no 3º Salão de Turismo da Rota das Emoções;
- Realização da Feira de Artesanato de Luís Correia;
- Realização do Festival Gastronômico: Sabores da Rota;
- Participação nos eventos BNTM 2015 em Fortaleza/CE, WTM Latin América 2015 – Evento nacional com caráter internacional e FAMTOUR - 8 operadoras de turismo nacional (TAM Viagens/SP, Mark Travel/CE, Shalon Tour Operator/BA, Galápagos Tour/RS, Freeway/SP, Concencional Inc. Tour Operator/RJ, Schultz/PR, FM Turismo/AM, Tourlines/MG e MMT Gapnet/S);
- Realização da 11ª edição do Festival do Caranguejo na cidade de Ilha Grande.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da taxa de permanência do turista em Parnaíba de 01(um) para 03(três) dias e pela injeção de cerca de 37 milhões de reais ano na economia da região coberta pela Rota;
- Ampliação e diversificação de produtos inovadores ofertados pelas empresas assistidas através da continuidade das ações sobre Economia da Experiência, nos setores de hospedagem, alimentação, esportivo, receptivo e artesanato;
- Aumento do número de empresas piauienses certificadas nas metodologias Selo de Qualidade em Serviço – 27 empresas e Selo de Sustentabilidade com 28 empresas;
- R\$ 1.502.400,00 de negócio gerados durante o 3º Salão de Turismo da Rota das Emoções, quando houve a participação de 11 operadoras nacionais, 73 compradores da Rota, incluso agências, meios de hospedagem e alimentação, artesãos e transportes;
- Ampliação em 20% do número de operadores que vendem o destino: Rota das Emoções, tanto para o mercado nacional quanto internacional;
- Ampliação em 30% da oferta de produtos diferenciados oferecidos dentro da carteira da Rota das Emoções;

- Ampliação do número de novos empreendimentos atendidos, no Piauí. Em 2012 eram 133 empresas, no decorrer de 2015 mais 413 novas empresas foram incluídas.

### **Serviços de Educação em Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Realização de palestras, cursos, consultorias gerenciais e tecnológicas e missões com o objetivo de melhorar a gestão das empresas participantes.
- Elaboração do Diagnóstico Setorial, objetivando conhecer o perfil das micro e pequenas escolas particulares de Teresina.

O principal resultado decorrente das ações do projeto foi o fortalecimento da parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí (SINEPE/PI), que até o ano de 2014 não tinha uma participação mais efetiva, agregando valor ao projeto por meio do desenvolvimento de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão e fortalecimento do setor.

### **c) Indústria**

A Carteira da Indústria abrigou 8 (oito) projetos, contemplando 580 empresas (58% microempresas, 21% empreendedor individual e 21% empresas de pequeno porte. O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 5,9 milhões com alavancagem de R\$ 2,0 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 71,4% conforme tabela a seguir. Por outro lado, analisando apenas a aplicação dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 84,9%.

**Tabela 11 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria - em R\$ mil**

Projeto	Valor Previsto Anual 2015						
	Valor Previsto Anual			Executado			
	Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total	%
Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina	793	225	1.018	742	225	967	95,0%
Design, Moda e Decoração no Território de Teresina	1.048	300	1.348	939	165	1.104	81,9%
Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina	123	22	145	0	0	0	0,0%
Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina	42	0	42	7	0	7	16,6%
Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina	483	500	983	352	37	389	39,6%
Indústria de Panificação de Teresina	519	419	938	413	134	547	58,3%
Setorial Indústria da Região de Parnaíba	440	150	590	419	150	569	96,5%
Setorial Indústria no Território de Piri-piri	432	400	832	420	204	624	75,0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.879</b>	<b>2.016</b>	<b>5.895</b>	<b>3.293</b>	<b>915</b>	<b>4.207</b>	<b>71,4%</b>

**Fonte:** SME

O baixo índice de execução orçamentária dos projetos da indústria decorreu basicamente em razão da baixa execução dos recursos de parceiros, conforme pode ser observado na tabela 11.

**Tabela 12 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria**

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2015	Execução 2015	% Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	16.202	14.846	92%
Curso	Nº de Cursos	89	79	89%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	3	1	33%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	16	19	119%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	0	0	0%
Palestra	Nº de palestras	66	74	112%
Oficina	Nº de oficinas	0	2	0%
Seminários	Nº de seminários	1	1	100%
Orientação técnica	Nº de orientações	397	431	109%
Rodada	Nº de Rodadas	3	2	67%

Fonte: SME

As variações observadas nos indicadores de desempenho “número de feiras do SEBRAE (33%)” e “número de rodadas (67%)” referem-se respectivamente as ações dos projetos Setorial Indústria do Território de Piripiri e Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau e decorreram dos seguintes fatos:

- Não realização dos eventos de mercado previstos na região de Piripiri em decorrência de não ter sido viabilizada a parceria financeira necessária para os eventos;
- Não implementação do Projeto Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau por razões de ajustes na parceria com o Instituto, sendo postergado seu início para 2016.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira da Indústria foram:

### **Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina**

Foram atendidos os segmentos de argamassas, construtoras, mármore e granito, premoldados e cerâmicas. As ações foram atreladas à gestão da Qualidade; Mapeamento, desenvolvimento e racionalização de processos; Normatização e certificação, e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de palestras abordando tema como: canteiro de Obras para Certificação; Tributação; Redução de desperdícios e aumento da lucratividade; Gestão de Risco; Resíduos de corte de granito, segurança pessoal e eficiência ambiental;
- Realização dos cursos Gestão da Qualidade - Requisitos da ISO 9001, Gestão da Qualidade - Auditorias internas, Planejamento Estratégico, Atendimento ao Cliente, Gestão Financeira, Gestão de Estoques e Capacitação em NR-12;
- Realização de 6.195 horas de consultorias, incluindo *SEBRAETEC* e Consultoria em Gestão e tecnológica: Consultoria para aplicação de Diagnósticos do MPE, Mapeamento e Racionalização de Processos decorrentes do diagnóstico do MEG, Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com os requisitos da Norma NBR ISO 9001:2008, Consultoria Técnica para Fabricação de Artefatos de Concreto e de Adequação;

- Participação em feiras, missões e eventos do setor: 10ª Convenção Nordeste de Cerâmica Vermelha em Teresina-PI, Missão Empresarial à CONCRETE Show em São Paulo – SP, Missão Empresarial Internacional à Ceramitec 2015 em Munique – Alemanha.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento de 5% da carteira de clientes das empresas atendidas;
- Melhoria dos processos de produção e padronização da execução dos serviços;
- Certificação de 03 (três) construtoras no PBQP-h;
- Manutenção de certificação de 09 empresas no PBQP-h;
- Adequação/atendimento à legislação de 10 cerâmicas à NR-12;
- Redução de retrabalhos e desperdícios em 15% na execução dos serviços;
- Maior capacidade de atender requisitos legais e normativos, tais como: saúde e segurança dos empregados, destinação adequado dos resíduos, atendimento a normas NBR relacionadas à construção civil e outros;

### **Design, Moda e Decoração no Território de Teresina**

Foram atendidos os segmentos de vestuário, bolsas, calçados, acessórios e decoração. As ações foram focadas em design; modelagem; planejamento e controle da produção; gestão financeira e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 16 palestras com temas relacionados à gestão, design, finanças, tendências da moda, entre outros. Destacamos a parceria com SEBRAE Nacional na realização do Fórum de Inspiração com ASSINTECAL e Fórum Inspira Mais com SENAI-CETIQT;
- Realizados 7 cursos com as seguintes temáticas: Gestão Financeira Na Medida, Relações Interpessoais, Atendimento ao Cliente, Gestão do Visual de Lojas, Como Vender Mais e Melhor, Laboratório de Criação 3º e 4º Ciclos;
- Realização de consultorias no âmbito das ações *SEBRAETEC* e Consultoria em Gestão;
- Consultoria de Diagnóstico MEG;
- Consultoria em Racionalização da Produção;
- Consultoria para implantação de Sistema de Automação;
- Consultoria em Gestão Tributária;
- Feiras e Missões Técnicas realizadas: Missão Técnica ao Evento São Paulo Fashion Week, Exposição de produtos na Loja FFWSHOP, Feira Casa Moda Piauí, Piauí Center Moda Experience e Piauí Moda House.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 90% das empresas fizeram adequações de espaços, com novas formações de layout, se preocupando com corredores de acesso e separando os setores dentro do seu espaço;
- 60% das empresas com formulários de produção para controle implantados, inclusive com os resultados expostos em quadros visuais dentro dos setores de produção.

### **Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina**

Projeto não iniciado e descontinuado para ajustes.

## **Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Realização do diagnóstico MPE Brasil em 13 empresas participantes do projeto;
- Realização dos cursos Aprender a Empreender e D-Olho na Qualidade Na Medida;
- Realização de Consultoria D'olho Na Qualidade Na Medida;
- Realização da palestra NR 12.

O projeto somente teve seu início após o segundo semestre de 2015 tendo implementado apenas algumas ações básicas, não havendo ainda resultados mensuráveis.

## **Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina**

As principais ações implementadas foram:

- Realização das capacitações: Planejamento Estratégico NA MEDIDA, Gestão financeira NA MEDIDA, Gestão de Pessoas e de Equipes NA MEDIDA, D-olho na Qualidade NA MEDIDA, Gestão Estratégica de vendas NA MEDIDA, Gestão da Qualidade SEBRAE MAIS, Marketing NA MEDIDA, Cultlider – Cultura de Liderança e Relações Interpessoais;
- Realização de 1.200 hs de consultorias: produção , Planejamento Estratégico, Marketing, Financeira, Qualidade, Vendas, Consultoria SEBRATEC: Identidade Visual, Desenvolvimento Sistema de Controle Financeiro, Segurança Alimentos (BPF-POP), Desenvolvimento do Sistema de Pedidos Responsivo, Criação de site institucional com e-commerce e Consultoria Diagnóstico MEG em 29 empresas;
- Realização de Palestra: Redução de Custo e aumento de lucratividade; Imposto e Incentivos Fiscais para a Indústria - SEMDEC; Imposto e Incentivos Fiscais para a Indústria – SEFAZ; Imposto para a Indústria - Receita Federal; Como Atrair, Conquistar e Manter Clientes; Tendências de alimentação na Indústria de Alimentos; Transforme sua ideia em modelo de negócio na Indústria de Alimentos (Modelagem de Negócio);
- Realização de Seminários: Seminário de Alimentos e Bebidas de Teresina, Tendências de Alimentação na Indústria de Alimentos, Segurança no Trabalho, O Que o Programa PAS pode Fazer por sua Empresa e Eficiência Energética: Como lucrar Economizando Energia;
- Missão Técnica: FISPAL TECNOLOGIA 2015 - SÃO PAULO/SP e FISPAL NORDESTE 2015 - RECIFE/PE;
- Rodadas de Negócios: Rodada de Negócios entre a empresa Vinagreira São Jorge e Rede de supermercados Comercial Carvalho e Rodada de Negócios entre a empresa de Suco Melhor Sabor e Rede de Mercadinhos Super 10, ambas durante o Movimento Compre do Pequeno 2015.

## **Indústria de Panificação de Teresina**

- Realização de 19 capacitações: Os cursos realizados possibilitaram conhecimento e ferramentas de gestão aos empresários, dentre eles, o de Gestão Estratégica de Vendas oportunizou a revisão das estratégias utilizadas nas empresas;
- Realização de 4754 horas de consultorias: Foram realizadas consultorias de implantação ou renovação das BPFs, como uma solução orientadora para atendimento a legislação sanitária. As consultorias de inovação via SEBRAEtec possibilitaram avanços no design e identidade visual das empresas, como também, no desenvolvimento de embalagem para produtos, além de

consultorias de projeto arquitetônico que trouxeram uma repaginação na apresentação das lojas, dos seus espaços, dos conceitos de organização e vitrinismo para a área de alimentação;

- Realização de 5 missões/caravanas: destaque para participação na FIPAN/SP possibilitou a modernização das empresas principalmente através do aperfeiçoamento de processos aplicados a produção;
- Realização de 6 palestras: as palestras/oficinas abrangeram uma diversidade de temas focados nas principais problemáticas do cotidiano do segmento como atendimento ao cliente, legislação trabalhista e Tributação;
- Realização dos seminários “3º Seminário Tecnológico Café com Pão” e “Dia Mundial do Pão”.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Implantação de comandas eletrônicas e de sistemas de informatização/fiscal, tornando o registro das informações transparente e legal;
- Reforma das padarias (ampliação da frente de loja com mais espaço de circulação, mobiliário novo, boa iluminação, boa apresentação do mix, adequação da estrutura às normas da vigilância sanitária, novos conceitos de cores e texturas na ambientação);
- Renovação do maquinário e acessórios, com aquisição de máquinas mais modernas, ou acessórios inovadores para exposição de produtos, ou simplesmente, reforma das máquinas e equipamentos;
- Modernização na gestão financeira através da utilização de aplicativos, ou softwares para controle das informações;
- Manutenção da implantação das BPFs das empresas;
- Fortalecimento da identidade CLUBE DO PÃO, que reúne todos os empresários mobilizados para ações de caráter coletivo e que tem suscitado uma reformulação sobre a representatividade do segmento.

### **Setorial Indústria da Região de Parnaíba**

As principais ações desenvolvidas foram:

- Participação dos empresários dos segmentos TIC, construção civil e confecção na Feira do Empreendedorismo de Parnaíba;
- Caravana para o Evento Fórum de Inspirações;
- 1.264 horas de consultorias tecnológicas nas empresas de confecção, construção civil e TIC tendo como tema Finanças, Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas e SEBRAETec para empresas do segmento de TIC e confecção;
- 12 capacitações em gestão empresarial nas áreas de Finanças, Planejamento Estratégico, Modelagem em tecido plano I, Negociações Eficazes entre outras;
- Realização do 2º SINFOR – Simpósio de Informática de Parnaíba.

### **Setorial Indústria no Território de Piripiri**

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 20 palestras, abordando temas de empreendedorismo, vendas, finanças design de moda e vitrinismo;
- Realização de 1.018 horas de consultorias - SEBRAETec na área de planejamento e controle de produção, chão de fábrica, layout, vitrinismo, ponto de venda, além de consultorias da área financeira, desenvolvimento de coleção, orientações técnicas e de processos;

- Realização de 21 capacitações voltadas para a área de produção, finanças, empreendedorismo, liderança, planejamento, vitrinismo, desenvolvimento de coleção e mercado, inclusive SEBRAE Mais e Empretec;
- Acesso a feiras e missões: Festival de Inverno de Pedro II, Cachaça Fest e Festa do Bode.

#### **d) Atendimento Territorial**

O Atendimento territorial representa o contato massivo com os pequenos negócios e empreendedores, consolida a perspectiva de atender o cliente de forma padronizada, customizada e inovadora, suprimindo as necessidades de conhecimento e de gestão de cada cliente no âmbito das peculiaridades geográficas, setoriais e de segmentação do porte e da maturidade empresarial de cada um.

Através da carteira de projetos de atendimento territorial foram atendidos 21.701 empresas, sendo 7.832 microempresas, 12.939 empreendedores individuais e 930 empresas de pequeno porte.

Em 2015, foram 15 projetos com recursos previstos (SEBRAE e parceiros) totalizando R\$ 16,0 milhões e realização de 84,9%. Esses atendimentos foram realizados presencialmente, diretamente no local do empreendimento (Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação), pela Central de Relacionamento, em Feiras e Eventos, além do atendimento pelas estratégias de premiação (Prêmio MPE Brasil, Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios) e do atendimento pelo Call Center, internet, Salas do Empreendedor e unidade móvel do SEBRAE Itinerante. Atualmente, o SEBRAE/PI conta com 7 pontos de atendimentos próprios em Teresina, Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos e São Raimundo Nonato, Bom Jesus e outros através de parcerias com entidades de representação empresarial e prefeituras municipais (Salas do Empreendedor).

Considerando a aplicação apenas dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 87,2% aplicados em projetos de atendimento a demandas espontâneas e nos Projetos Desenvolvimento Econômico Territorial - DET, discriminados na Tabela 13.

**Tabela 13 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial Em R\$ mil**

Projeto	Valor Previsto Anual 2015						
	Valor Previsto Anual			Executado			
	Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total	%
Atendimento Educação Empreendedora - PI	919	0	919	800	0	800	87,0%
Atendimento Empresarial no Território dos Cerrados	628	100	728	562	0	562	77,2%
Desenvolvimento da Cultura Empreendedora	2.080	0	2.080	1.855	0	1.855	89,2%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano	623	260	883	452	226	678	76,8%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba	964	350	1.314	857	350	1.207	91,8%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos	761	60	821	708	55	763	93,0%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri	692	260	952	610	47	657	69,0%
Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato	473	20	493	435	20	455	92,4%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina	4.516	403	4.919	4.447	209	4.656	94,7%
Inteligência de Mercado	350	0	350	327	0	327	93,6%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina	370	0	370	217	0	217	58,6%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense	424	0	424	274	0	274	64,6%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense	466	0	466	257	0	257	55,2%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé	589	0	589	324	0	324	54,9%
Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara	733	0	733	593	0	593	80,8%
<b>TOTAL</b>	<b>14.588</b>	<b>1.453</b>	<b>16.041</b>	<b>12.717</b>	<b>907</b>	<b>13.624</b>	<b>84,9%</b>

Fonte: SME

**Tabela 14 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial**

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2015	Execução 2015	% Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	58.548	62.130	106,1%
Curso	Nº de Cursos	1.051	1.171	111,4%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	9	9	100,0%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	3	3	100,0%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	11	15	136,4%
Palestra	Nº de palestras	485	549	113,2%
Oficina	Nº de oficinas	1.029	1.030	100,1%
Seminários	Nº de seminários	2	2	100,0%
Orientação técnica	Nº de orientações	45.585	55.360	121,4%
Rodada	Nº de Rodadas	12	14	116,7%

Fonte: SME



As variações relativas aos indicadores Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE” “Nº de rodadas e “Nº de orientações” decorreram respectivamente dos seguintes aspectos: Realização das ações de mercado realizadas durante a semana do “Movimento Compre do Pequeno Negócio” que gerou demanda do público-alvo além da previsão inicial estabelecida e das demandas adicionais geradas a partir do atendimento do Programa Negócio a Negócio.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Atendimento Territorial foram:

### **Atendimento Educação Empreendedora – PI**

Dentre os principais resultados de 2015:

- 26 municípios capacitados: Corrente, Ribeiro Gonçalves, São Francisco do PI, São Raimundo Nonato, Oeiras, Regeneração, Água Branca, Lagoinha, Cajazeiras, Pedro II, São Miguel do Tapuio, Buriti dos Montes, Juazeiro, Jatobá, Altos, Alto Longá, Cocal de Telha, Campo Grande, Picos, Caraúbas, Morro do Chapéu, Parnaíba, Joca Marques, Floriano, São José do Peixe e Nazaré;
- 90 escolas no estado aplicando a metodologia JEPP (21 em Teresina e 70 no interior);
- 15.647 alunos capacitados.

### **Desenvolvimento da Cultura Empreendedora**

O Projeto capacitou 2.564 empresas e 5.449 potenciais empresários. As capacitações realizadas foram soluções da matriz educacional local, Programa SEBRAE Mais (Soluções para Pequenas Empresas Avançadas e Empretec), Na Medida (Soluções para microempresas) e SEI SEBRAE (soluções para microempreendedores individuais).

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 178 eventos de capacitação, 214 palestras/oficinas e 1.599 horas de consultorias acopladas a treinamentos, tanto no ambiente SEBRAE como “in company” com a participação de 1.368 empresas e 5.529 potenciais empresários, totalizando 7.045 participantes nas diversas capacitações oferecidas durante o ano, além da realização do Seminário Solidário, destinado às empresas locais, sem custos.
- Realização do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios. Na edição de 2015, foram 76 empreendedoras que se candidataram ao prêmio, sendo que 68 passaram pelo processo de avaliação, resultando 3 vencedoras da etapa estadual (2 na categoria pequenos negócios e 1 na categoria produtor rural);
- Realização da Semana Empresarial de Uruçuí com a realização de palestra motivacional, oficinas SEI e capacitações para o empresariado local.

O Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios na Edição 2014/2015, na Etapa Estadual teve como vencedoras no Piauí: Pequenos Negócios: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA – BELEZA & COMAPANHIA (Teresina), Produtora Rural: MARCILENE LUSIA BARBOSA - (Jaicós) e categoria Micro Empreendedora Individual: OLÍVIA MARIA ALVES – Centro de Artes Marciais – (Parnaíba).

No ciclo de 2014/2015 tivemos a participação de todos os Escritórios Regionais, no prêmio. A Meta estabelecida foi de 176 empresas e foram inscritas 156.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de Florianópolis**

Através das ações implementadas foram beneficiados 585 empresas e 468 potenciais empresários.

As principais realizações do projeto foram:

- 907 horas de consultoria gerencial; 2.275 horas de consultorias, incluindo SEBRAETec, Negócio a Negócio e demais atendimentos;
- 1.063 orientações técnicas através do Programa Negócio a Negócio;
- 25 capacitações e 82 palestras/oficinas realizadas.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba**

Foram disponibilizadas, para o público-alvo, informações, orientações técnicas, cursos, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram atendidas 547 empresas e 801 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Feira do Empreendedorismo de Parnaíba

As ações da feira foram alinhadas aos objetivos estratégicos de “Fomentar a Competitividade e Sustentabilidade dos Negócios existentes e a abertura de Novos Negócios”. Na Tabela 15 apresenta-se um panorama dos resultados.

**Tabela15 – Resultados da Feira do Empreendedorismo de Parnaíba**

Indicador		Resultado
1	Total de visitantes (incluindo os que retornaram à feira)	6.275
2	Total de visitantes distintos	3.658
3	Total de Atendimentos (orientação técnica)	6.708
4	Número de Informações	6.275
5	Nº de visitantes distintos capacitados	2.413
6	Número de Participações em Capacitações	5.701
7	Número de empresas atendidas	300
8	Total de empresas expositoras (incluindo patrocinadores, parceiros etc).	34
9	Número de Potenciais Empreendedores atendidos (pessoa física)	2.953

- 4.200 horas de consultoria de natureza gerencial, mercadológica e tecnológica (Sebraetec);
- Foram aplicadas 39 soluções educacionais como o EMPRETEC, Na Medida e Oficinas SEI;
- 1.187 orientações técnicas realizadas principalmente através dos Agentes de Orientação Empresarial.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos**

Através das ações implementadas foram beneficiados 509 empresas e 665 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 32 cursos, realizados no ambiente do SEBRAE, assim como também “in company”, nas áreas de: Empreendedorismo; Crédito e Cobrança; Elaboração de Projetos; Oratória; Atendimento; Vendas; Marketing, Finanças; Relações Interpessoais; Produção; Gestão; Soluções SEBRAE Mais: EMPRETEC (02) e Gestão Financeira – Sebrae Mais;
- Realização de 45 Oficinas, no ambiente SEBRAE, assim como também, “in company”, nas áreas de: Finanças, Vendas; Atendimento; Associativismo e Cooperativismo; Empreendedorismo; Motivação; Sustentabilidade e Aproveitamento de Resíduos Sólidos, Criação de Site e vendas através de Comércio online, Oficinas específicas para o Microempreendedor Individual (SEI), nas áreas de Finanças; Associativismo e Cooperativismo; Compras, Planejamento, Vendas, Empreendedorismo e Administração, além de Oficinas de Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- Realização de 27 palestras, tanto no ambiente SEBRAE como “in company”, nas áreas de: Empreendedorismo; Motivação; Vendas; Atendimento; Associativismo; Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos; Regimes de Tributação; Passo a passo e benefícios do Microempreendedor Individual; Finanças; Inovação e Tecnologia; Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- Realização de 2.766 horas de Consultorias Gerenciais e Tecnológicas (atingindo 100% da meta, visto que foi ajustada de 2.328, para este número, de acordo com a demanda).
- Realização de 1.854 orientações técnicas, realizadas através do atendimento espontâneo e grupos segmentados através dos ALIs e AOE's;
- Realização do Salão do Livro do Vale do Guaribas (Salivag);
- Formalização de 429 microempreendedores individuais.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri**

Através das ações implementadas foram beneficiados 195 empresas e 442 potenciais empresários. Os destaques do projeto foram:

- 2.691 horas de consultorias: SEBRAEtec e consultorias gerenciais voltadas principalmente para a área financeira, controle de estoque e desenvolvimento de equipes;
- 41 cursos- soluções dos Programas NA Medida e SEBRAE MAIS;
- 49 Palestras/oficinas: microempreendedor individual, oficinas SEI, gestão, financeira, marketing e mercado;
- 403 orientações técnicas através do Programa Negócio a Negócio;
- Realização das feiras Festival do Peixe de Esperantina, Festa do Leite de São José do Divino e Festa do Bode de Batalha.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato**

Foram beneficiadas com as ações 380 empresas e 450 potenciais empresários, atendendo os de Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, Lagoa do Barro, Pajeú, Tamboril, João Costa, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Dom Inocência, São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e São João do Piauí.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 25 cursos: Atendimento ao Cliente, Gestão da Inovação, EMPRETEC, e Soluções Na Medida;
- 1.112 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas;

- 47 palestras/oficinas incorporando as temáticas empreendedorismo, vendas, atendimento, associativismo, linhas de crédito ofertadas pelos Bancos Públicos, etc;
- 723 orientações técnicas através dos Agentes de Orientações Empresarial.

### **Atendimento Empresarial do Território do Cerrado**

A Unidade de Bom Jesus teve suas atividades iniciadas a partir do 2º semestre de 2015, tendo sido implementadas através deste projeto as seguintes ações:

- 8 capacitações, inclusive Empretec e Estratégias Empresariais;
- 3.775 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas, com destaque para o SEBRAETec;
- 35 palestras/oficinas sobre linhas de crédito ofertadas pelos Bancos Públicos vendas, finanças, atendimento, associativismo e oficinas SEI, ocorridas principalmente através da ação SEBRAE Mais Perto de Você;
- 484 orientações técnicas através dos Agentes de Orientações Empresarial;
- Vale destacar que foram realizados com êxito os seguintes eventos: 7ª Exposhow em Bom Jesus, a 40ª Expocorrente em Corrente e a Festa do Bode em Avelino Lopes, no extremo sul do Piauí.

### **Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina**

Como ocorre anualmente, as ações realizadas tiveram como balizadores o alcance das metas correntes e mobilizadoras a partir de programas e soluções como o Empreendedor Individual, Programa Negócio a Negócio e das demais ações implementadas pelo projeto. Dessa forma foram disponibilizadas para o público-alvo informações, orientações técnicas, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram beneficiadas com as ações 18.183 empresas atendidas e 9.754 potenciais empresários.

Vale destacar que a ampliação do atendimento reflete-se na superação da meta mobilizadora número 1, “Ampliar o Número de Atendidas pelo SEBRAE” que registrou 26.470 empresas em 2015, superando em 22,8% o número de empresas atendidas em 2014.

Através da **Central Fácil de Atendimento** foram realizados 16.404 atendimentos (registros de empresas e MEI, renovação e alteração de registros, orientação a pessoa física e jurídica). Dessa forma, o SEBRAE/PI contribuiu para a abertura de empreendimentos formalizados no estado (empresas e empreendedores individuais), abrangendo:

- Empresas registradas novas: 252
- Renovações/Alterações de Registros: 707
- MEI – Micro Empreendedor Individual: 1.620
- Orientações Relativas à Pessoa Jurídica: 14.784
- Orientações Relativas à Pessoa Física: 2.846

A **Central de Relacionamento** efetuou 13.450 atendimentos telefônicos em 2015 (ativos e receptivos). As campanhas de ativo apresentou um índice de 81% de ligações atendidas, superior ao índice anterior que era de 76%, refletindo assim a melhoria continua no processo de cadastro de clientes. Vale destacar que houve uma queda da ordem de 40% no receptivo em relação a 2014. Como ações voltadas para o reverso dessa situação foram implementadas as seguintes medidas:

- a) No sentido de estreitar a relação com a empresa que presta o serviço e melhorar/alinhar o nível de informações e procedimentos, foram realizados no decorrer do ano 2 Workshops com participação da equipe da Central de Relacionamento e SEBRAE/PI;
- b) A Central de Relacionamento foi inserida no Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – PDF, que busca a certificação das empresas fornecedoras acompanhadas em 2015.

O atendimento móvel itinerante através do **SEBRAE Mais Perto de Você** deu continuidade as ações de descentralização do atendimento em 05 (cinco) municípios do interior do estado atingindo potenciais empreendedores, microempreendedor individual e microempresas locais por meio de parcerias com as prefeituras dos municípios atendidos. As ações consistiram na realização de orientações presenciais e palestras/oficinas, se constituindo num importante instrumento na geração de receitas de empresas beneficiadas.

Através do **Programa Negócio a Negócio** foram atendidas 10.711 empresas (MEI e ME) através de consultorias e orientações técnicas. Foram aplicadas junto ao público-alvo 54 soluções educacionais, sendo identificados 10 Casos de Sucesso entre as empresa participantes, inclusive com empresa contemplada com o Prêmio Mulher de Negócio.

Reconhecer as microempresas e empresas de pequeno porte que promovem o aumento da qualidade, produtividade e competitividade, pela disseminação de conceitos e práticas de gestão - esse é o objetivo do **Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas - MPE Brasil**. Em 2015, das 728 empresas que se inscreveram concorrendo ao prêmio, 668 foram habilitadas, chegando ao final com 5 classificadas. O resultado apresentou uma vencedora estadual (empresa do setor de saúde) no destaque de inovação, sendo selecionada para a etapa nacional.

#### **Outros destaques:**

- **Realização da 7ª Semana do MEI** que contribuiu de forma significativa para o aumento do número de microempreendedores individuais do estado do Piauí. No total foram 962 formalizações. O evento contribuiu também para a qualificação desses empreendedores, sendo capacitados mais de 900 empreendedores;
- **Realização do Movimento Compre do Pequeno Negócio**

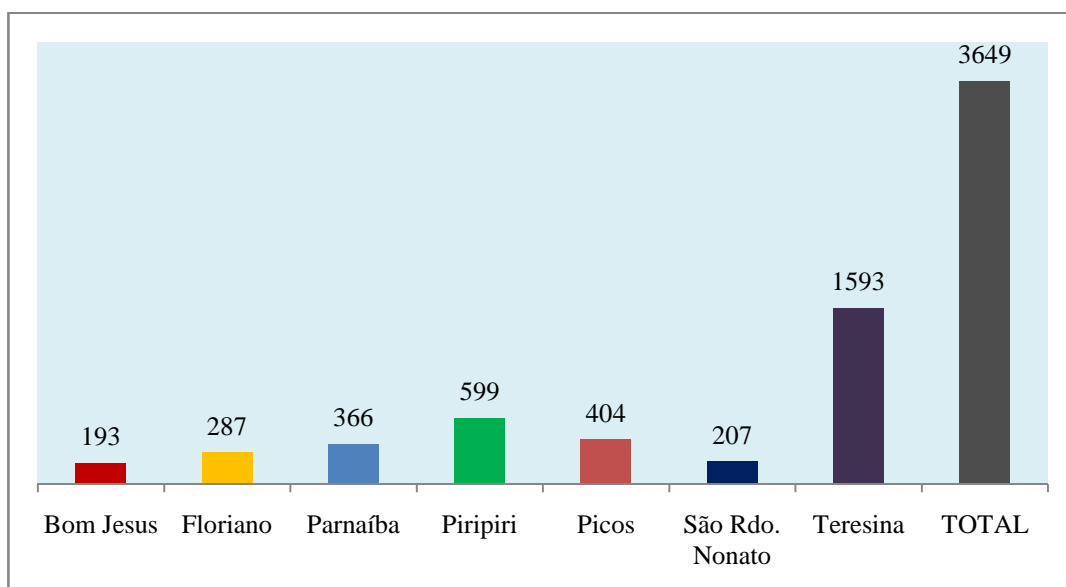
Iniciativa de caráter nacional com o propósito de alinhar estratégias e implementar ações no estado, com o objetivo de conscientizar a sociedade consumidora sobre a importância dos pequenos negócios e reforçar o conceito de que comprar dos pequenos é um ato de cidadania que ajuda a construir um país melhor, com ganhos para toda a comunidade.

No Piauí o movimento apresentou os seguintes resultados:

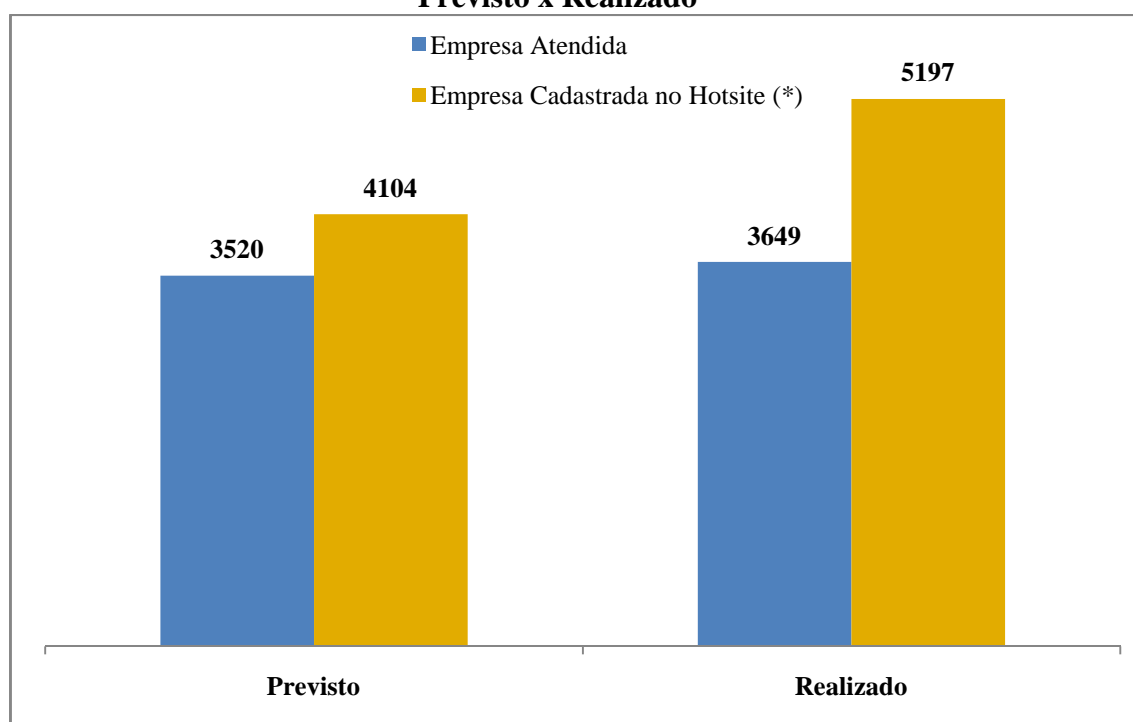
**Tabela 16 – Número Eventos Realizados**

Ações	Total
Orientações técnicas	2.495
Palestra	143
Oficinas	68
Caravanas	6
Clínicas tecnológicas	2
Evento fomenta	3
Mercado produtor	1
Eventos em espaços comerciais	1

**Gráfico 4 – Número de Empresas Atendidas no MCPN**



**Gráfico 5 – Total de Empresas Atendidas no MCPN  
Previsto x Realizado**



### **Inteligência de Mercado**

As principais ações desenvolvidas foram:

- Diagnóstico de Mercado destinado ao setor TI, aplicado em 32 empresas participantes do projeto;
- Prospecção, seleção, orientação e inscrição das empresas participantes do EINNE – Encontro Internacional de Negócios do Nordeste 2015. No Piauí foram inscritas 17 empresas, sendo que 14 participaram efetivamente do evento sendo gerados os seguintes resultados:
  - ✓ Negociações das empresas piauienses realizadas durante o evento: R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais);
  - ✓ Negociações a serem consolidadas compras/vendas até 90 dias: R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais);
  - ✓ Negociações a serem consolidadas compras/vendas até 1 ano: R\$ 1.385.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil reais).
- Atualização dos cadastros e anúncios das 15 empresas participantes do projeto SBDC para retomada da ação em 2016;
- Apoio a Missão Empresarial Feira de Cantão 2015 e preparação do grupo de empresários participantes da Missão Empresarial com a realização do curso Planejando para Internacionalizar;
- Realização de diagnósticos nas empresas (24 de ofertantes e 19 canais de comercialização) para formação de um conjunto de MPEs do Programa e viabilizar a prospecção de negócios na plataforma do Programa Comércio Brasil;
- Realização de rodadas de negócios com as redes varejistas: Rede Super 10, Rede Mais e Rede Piauí e as empresas Banzeirinho, Império Doce, Cajuespi, Mel Wenzel, Metal Bigorna, Suco o Melhor Sabor, Mel Wenzel, Rapadura São Pedro, Tempero São Jorge e Monte Santo.

### **PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina**

O Projeto Regiões Urbanas de Baixa Renda é um projeto de desenvolvimento Econômico Territorial que atende o bairro Angelim (este dividido em Vila Irmã Dulce e Conjunto Esplanada). O projeto visa o desenvolvimento e dinamização da economia do bairro através do fortalecimento dos pequenos negócios existentes.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Mapeamento das lideranças locais;
- Realização de reuniões com os empresários para escolha de um comitê gestor do bairro. O Comitê tem responsabilidade de organizar as ações que ocorrem no bairro e auxiliar na mobilização setorial (Cada liderança é responsável pela mobilização de um conjunto de empresas);
- Proposta da Campanha **Vivo aqui, Compro aqui** para aumento das vendas e maior adesão das empresas do bairro nas ações do projeto. (A cada R\$ 25,00 em compras o cliente recebe um número da sorte e concorre a prêmios em 50 empresas que aderiram a campanha);
- Curso de Oratória para capacitação da rede de cooperação do projeto;
- Atendimento aos pequenos negócios através de capacitações e consultoria financeira e merchandising no ponto de venda.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Criação de um comitê de empresários para articulação das ações do bairro;
- Empresas realizando fechamento de caixa, definição do Pró-Labore, acompanhamento de Fluxo de Caixa, demonstrativo de resultados, controle entre os pagamentos e recebimentos com utilização de planilha eletrônica;
- 32 MEI formalizados;
- Campanha “Vivo Aqui, Compro Aqui” com participação de 51 empresas e com 50 prêmios para sorteio no dia 30 de janeiro de 2016.

### **PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense**

Os municípios selecionados para ação do projeto Cerrado Piauiense foram: Bom Jesus, Cristino Castro, Eliseu Martins, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves por apresentarem características em comum nos aspectos econômicos, sociais e geográficos, além da necessidade de avanço no desenvolvimento local.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Criação de rede de cooperação pública e privada com o objetivo de fortalecer e guiar as ações do projeto;
- Atendimento aos microempreendedores individuais por meio de conjunto de soluções SEI;
- Atendimento às microempresas por meio do conjunto de soluções Na Medida;
- Atendimento aos produtores rurais por meio do conjunto de soluções No Campo;
- Atendimento aos potenciais empreendedores por meio do Programa Educação Empreendedora.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:



- Dois municípios com lei geral implementada, atingindo a meta proposta;
- Membros da rede capacitados, e agindo no fortalecimento da rede com a disseminação de contatos e articulando ações do projeto mobilizando público alvo;
- Inclusão de práticas de controle financeiro pelas empresas de pequeno porte e microempresas;
- Aumento nos números de formalização no território;
- Criação de agenda de eventos e ações na sala do empreendedor.

### **PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense**

As principais ações desenvolvidas foram:

- 16 Oficinas No Campo para produtores rurais
- 12 Oficinas SEI;
- 4 Cursos Na Medida;
- 13 Palestras realizadas;
- 09 Cursos com temas variados;
- 576 horas de Consultoria;
- 272 empresas atendidas e orientadas através do Programa Negócio a Negócio;
- Criação da rede de Cooperação Pública e Privada do território;
- Realização do I Encontro de Agentes do Território do Litoral Piauiense.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 20 Empresas realizando fechamento de caixa, definição do Pró-Labore, acompanhamento de Fluxo de Caixa, demonstrativo de resultados, controle entre os pagamentos e recebimentos com utilização de planilha eletrônica.
- 03 municípios com Plano de Compras Anuais elaborados para facilitar a compra das empresas locais e participação nas licitações públicas;
- 03 municípios com Lei Geral da Micro e Pequena Empresa Implementada passando a integrar o sistema de Monitoramento da Lei Geral;
- Criação de uma rede regional de agentes de desenvolvimento para discussões das questões inerentes às ações do projeto e processo de desenvolvimento do território;

### **Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara**

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização do I Encontro da Rede de Cooperação para a validação do Plano Macro de Desenvolvimento do Território Serra da Capivara;
- Implantação do SIM - Sistema de Inspeção Municipal de Canto do Buriti;
- Elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento;
- 32 empresas atendidas pela consultoria *Visual Merchandising e Vitrinismo* nos municípios de São Raimundo Nonato, Bonfim, Caracol e Jurema;
- Realização do I Seminário de Microcrédito nos municípios de Canto do Buriti, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bonfim, Jurema e Caracol. O Seminário contou com a participação das instituições financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste;
- Identificação de potenciais oportunidades de negócios dos municípios;

- Participação dos membros da Rede de Cooperação nos cursos de Técnicas de Oratória, oficinas e palestras com temas relacionados ao desenvolvimento econômico territorial;
- Pesquisa aplicada junto a 100 empresas do município de São João do Piauí para compreender a realidade das compras públicas de forma a construir referenciais que servirão de indicadores para a análise do perfil das empresas por segmento;
- Realização do Curso de Compras Governamentais Comprador/Fornecedor nos municípios de São Raimundo Nonato e Caracol, habilitando empresários a vender para o governo e a gestão pública orientada para os processos de compras de produtores e comerciantes locais;
- 367 empresas atendidas pelo Programa Negócio a Negócio com visitas a microempreendedores individuais e microempresários por Agentes de Orientação Empresarial/AOES;
- Realização de 16 cursos, sendo eles: Gestão Financeira, Marketing na Medida, Gestão de Pessoas e Gestão Estratégica de Vendas na Medida para ME, capacitando empreendedores nas melhores formas de gestão;
- Realização de 08 oficinas “No campo” habilitando os produtores rurais por meio de soluções que permitem melhoria de produção e comercialização.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 05 municípios com a Lei Implementada: Canto do Buriti, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bonfim e Jurema;
- 02 municípios em fase de conclusão: Caracol e Coronel José Dias;
- 05 Salas do Empreendedor em pleno funcionamento; de acordo com o termo de referência;
- 08 Agentes de Desenvolvimento nomeados e capacitados;
- Avanços no eixo de Compras Governamentais no município de São Raimundo Nonato onde foi possível concluir que o total licitado com MPE representando 87,54% do total licitado no município com 84,2% desembolsado.

#### **PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé**

As principais ações desenvolvidas foram:

- 1.500 horas de consultorias realizadas, incluídas o Programa Negócio a Negócio;
- 22 palestras com temas de empreendedorismo, inovação, motivação e crédito;
- 32 cursos com os mais diversos temas: gastronomia, atendimento, vendas, finanças, higiene e manipulação, marketing;
- 37 oficinas: oficinas SEI; NO Campo; Oficinas de Cooperação e de Design;
- 560 horas de orientação Técnica através do Programa Negócio a Negócio;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria, introdução e criação de pratos na área de gastronomia em restaurantes e hotéis;
- Aumento do volume de vendas e compras públicas;
- Agregação de valor da cultura frutífera do território.

#### **e) Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços**

No âmbito da Unidade de Conhecimento e Tecnologia - UCT destacam-se as seguintes ações:

- **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2015:** ocorreu no período de 19 a 25 de Outubro de 2015, liderada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, no intuito de sensibilizar e mobilizar a população em torno dos temas de LUZ, CIÊNCIA E VIDA, valorizando a criatividade e a atitude científica, como forma de fortalecer a política de desenvolvimento de Ciência & Tecnologia em todo o Território Nacional, bem como sensibilizar e discutir a importância da luz e das tecnologias ópticas na vida dos cidadãos. O evento é uma ação articulada do Governo Federal entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com os Governos Estaduais e o SEBRAE NACIONAL.

No Estado do Piauí, a SNCT 2015 aconteceu em parceria com o Governo do Estado através da Superintendência de Ciência e Tecnologia – SEDET – e demais parceiros: FAPEPI, SENAC, FECOMÉRCIO, SESI/SENAI/IEL, FIEPI, , UFPI, UESPI, IFPI, E EMBRAPA. Em 7 dias de programação ocorreram as seguintes ações:

- 01 seção solene com premiação para o Prof. Dr. Pimentel da Universidade Federal do Piauí;
- 03 palestras magnas com os temas “ O papel Institucional da SEMINPER sobre Energias Renováveis no Estado do Piauí”, “Como unir Ciência, Tecnologia e Negócios - o caso da 3Dux” e “A importância do Código de Nacional de Ciência,Tecnologia e Inovação”;
- 01 seminário, com foco em Inovação e competitividade realizado em Teresina.
- 25 palestras e vinte e nove clínicas tecnológicas;
- 01 showroom tecnológico com stand dos parceiros;
- Realização da PIAUITEC- com exposição de mais de 100 projetos de pesquisa e visitação de 2000 pessoas nos três dias do evento.

A UCT também realizou ações voltadas para as unidades finalísticas, destacando-se a capacitação de 202 consultores e instrutores com 153 habilitados, através dos repasses de soluções nacionais e locais elencadas no quadro a seguir:

#### **Quadro 8 – Repasses Metodológicos das Soluções Locais**

<b>Soluções SEBRAE</b>
Aprender a Empreender
Gestão Estratégica de Vendas NaMedida
D'olho na Medida
Jovens Empreendedores Primeiros Passos
Gestão Financeira NaMedida
Transforme sua Ideia em Modelo de Negócios
Planejamento Estratégico NaMedida
Plano de Negócios
Gestão Empresarial Integrada
Oficina Análise de Negócios
Diagnóstico de Lojas Sebrae
Custos para Produzir no Campo
Tributação Na Medida
Curso Estratégias Educacionais Vivenciais
Análise de mercado

**Quadro 9 – Repasses Metodológicos das Soluções Nacionais**

<b>Soluções Nacional</b>
Internet na Medida
Comercio Eletronico
Empreendedorismo em dois Tempos
Gestão e Técnica de Produção
Gestão e Técnica de Produção para Confeccções
Central de Negócios
Análise do Perfil do Potencial Franqueado
Como Validar seu Modelo de Negócio
Oficina de Design de Embalagem
Compras Governamentais (comprador e fornecedor)
Gestão de Estoque
Logística Aplicada a Pequena Empresa
Metodologia Sebrae de Redução de Desperdícios – MSRD
Gestão de Contratos
Capacitação dos Consultores Educacionais do ALI
O Caminho da Inovação na Pequena Empresa

**Quadro 10 - Adequação e Desenvolvimento de Produtos**

<b>Soluções Educacionais</b>
<b>(Adequação /atualização) – concluídas</b>
Educação Ambiental
Manual D’Olho nas pessoas
Técnicas Básicas em Corte e Costura
<b>(Adequação /atualização) - iniciadas</b>
Apicultura Básica
Produção de própolis
Boas práticas apícolas
Produção e beneficiamento de cera de abelha
Alimentação alternativa para abelhas
Produção e beneficiamento de pólen
Inglês aplicado ao Turismo e Hospitalidade
Orçamento Básico para Construção Civil
<b>Desenvolvidas</b>
Aperfeiçoamento em Consultoria Organizacional - ACOR
Licitação e Contratos

## **f) Projetos de Articulação Institucional**

Os projetos de articulação institucional foram implementados pela assessoria de Políticas Públicas, abrangendo:

### **Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais**

O principal desafio em 2015 foi a continuidade do processo de regulamentação da Lei no Estado do Piauí, principalmente no aspecto relativo a aplicação do capítulo V, que trata das compras governamentais.

Após várias articulações com o governo do Estado foi aprovado o Decreto Estadual Nº 16.212, através do qual foi regulamentado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública estadual, cujos valores estimados por item sejam de até R\$ 80 mil. Esse decreto foi assinado solenemente pelo governador do estado em cerimônia aberta ao público no dia 5 de outubro durante ação do Movimento Compre do Pequeno Negócio, em Teresina.

Neste âmbito, destacamos ainda a parceria com o Tribunal de Contas do Estado em relação a temática com a realização do Seminário de Compras com o objetivo de disseminar informações sobre o capítulo V da Lei Complementar 147/2014, que versa sobre o tratamento diferenciado às MPEs nas compras públicas.

### **Projeto Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí**

Para atender aos seus objetivos, o referido projeto desenvolveu ações em 40 municípios que já haviam implementado a Lei Geral em anos anteriores, com foco no fortalecimento da implementação da Lei Geral através da elaboração dos planos estratégicos para os Agentes de Desenvolvimento e Salas do Empreendedor, bem como, a formação e capacitação dos Comitês Gestores para auxiliarem na melhoria da criação do ambiente favorável aos pequenos negócios, elaboração de Planos Anuais de Compras - PAC para fomentar o aumento do percentual das compras governamentais no que cerne aos municípios, formação dos Agentes de Desenvolvimento e Comissão Permanente de Licitações – CPL e de forma sistemática a implementação da Lei Geral em 20 novos municípios.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de capacitações “Uso do poder de Compra” para fornecedores e compradores;
- Realização de 2 turmas do curso de Formação Básica de Agente de Desenvolvimento capacitando 67 agentes;
- 68 Planos Estratégicos elaborados;
- Foram criados e capacitados 38 Comitês Gestores Municipais – CGM.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 30 agentes nomeados e com Plano de Trabalho elaborado;
- 30 Salas do Empreendedor modificadas e funcionando de acordo com o termo de referência;
- 20 novos municípios com Lei implementada.

## **Projeto de Apoio à Implantação da Redesimples no Piauí**

As ações implementadas consistiram no apoio a implantação e o desenvolvimento da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES, no Estado do Piauí.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Mobilização dos órgãos governamentais das esferas de poder envolvidos no processo de registro mercantil, bem como entidades representativas (empresarial e de classe);
- Criação do Comitê Estadual da REDESIM através do Decreto nº. 16.053, de 25 de Junho de 2015, com publicação em 26.06.2015 e devidamente instalado;
- Mapeamento dos macroprocessos de abertura, alteração e baixa de empresas no âmbito do município de Teresina;
- Instalação do Sistema Integrar na Junta Comercial de Teresina.

### **3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

Em 2015 foi dada continuidade as ações do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão - PSEG, iniciado em 2013, cujo objetivo é promover a cultura da excelência, a melhoria da gestão e o compartilhamento das boas práticas no Sistema SEBRAE, com vistas a gerar melhores resultados para os clientes, colaboradores e sociedade. O ciclo de avaliação durante sua execução tem propiciado uma revisão das estratégias e posicionamento do SEBRAE/PI.

O Plano de Melhoria da Gestão 2015/2018 do SEBRAE/PI, alinhou um conjunto de ações voltadas à gestão, alinhadas também ao PLANO PLURIANUAL 2015-2018. Como parte desse processo de refinamento do alinhamento estratégico com vistas o ciclo de 2016-2019, estão sendo desenvolvidas ações relacionadas aos seguintes aspectos:

- Implantação dos Indicadores de Processo e desdobramento dos Indicadores Estratégicos;
- Implantação da 1ª versão do painel de indicadores, demonstrando sua relação de desdobramento (estratégico/tático/operacional);
- Alinhamento dos indicadores previamente definidos com os requisitos de desempenho da tradução das necessidades e expectativas das partes interessadas;
- Planejamento Estratégico com foco nos indicadores de desempenho e metas relacionadas aos objetivos estratégicos.

### 3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

**Quadro 11 – Vinculação dos Planos**

Objetivo Estratégico Local	Prioridade	Vinculação dos Projetos
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Ampliar a aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para a geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.	APIS do Norte do Piauí
		APIS Semiárido Empreendedor
		Atendimento Empresarial no Território dos Cerrados
		Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina
		Desenvolvimento da Cultura Empreendedora
		Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina
		Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano
		Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba
		Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos
		Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri
		Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato
		Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina
		Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano
		Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Parnaíba
	Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e c	Design, Moda e Decoração no Território de Teresina
		Economia Criativa no Território Teresina
		Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina
		Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina
		ExpoARTE Piauí
		Fortalecimento do Polo de TIC da Região de Teresina
		Fortalecimento do Polo Empresarial de Saúde em Teresina
		Fruticultura de Floriano
		Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina
		Indústria de Panificação de Teresina
		Inteligência de Mercado

	Aumentar a eficiência produtiva dos pequenos negócios dos segmentos da indústria da Construção Civil e Panificação no Território de Teresina com foco na inovação, certificação, mercado e sustentabilidade.	Material de Construção de Teresina
		PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções
		PI - Gestão do Conhecimento
		PI - Sertão Empreendedor
		PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina
		PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense
		PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense
	Promover a competitividade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos do Turismo, Saúde, Artesanato e Tecnologia da Informação dos Territórios de Teresina, Litoral Piauiense com foco em inovação, certificação e mercado.	PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé
		Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara
		Piauí - SEBRAE Digital
		PNSC - Negócio Certo Rural - NCR
		Revitalização de Espaços Comerciais - Floriano
		ROTA DAS EMOÇÕES E SEUS NOVOS DESAFIOS
	Promover a melhoria do processo de gestão dos pequenos negócios através da aplicação de produtos e soluções SEBRAE em regiões de alta densidade empresarial.	SEBRAE/PI - Projeto de Atendimento Negócio a Negócio
		SEBRAE/PI - Projeto de Atendimento - SEBRAE MAIS
		SEBRAE/PI -Projeto de Atendimento Sebraetec
		SEBRAE/PI- Projeto de Atendimento ALI-Agentes Locais de Inovação
		Sertão Empreendedor
		Serviços de Educação em Teresina
		Setorial Agronegócios da Região de Picos
		Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato
		Setorial Agronegócios de Teresina
		Setorial Indústria da Região de Parnaíba
		Setorial Indústria no Território de Piripiri
		Tecnologia Social PAIS Fase II
		Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano
		Tecnologias Sociais na Região de Teresina
		Tecnologias Sociais no Território de Teresina



P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Sem prioridade	Aprimoramento do Ambiente Legal e Institucional
		Implantação e Desenvolvimento da REDESIM no Estado do Piauí
		PI - DET na Implementação da Lei Geral
		PI-Desenvolvimento Econômico Territorial na Implementação da Lei Geral
		Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais
		Sebrae/PI - Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí
		Sebrae/PI - Implementação estratégica da lei geral no estado do Piauí - Fase II
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí	Atendimento Educação Empreendedora - PI
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	Promover a melhoria contínua dos processos e o aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para o atendimento e o alcance dos resultados	Educação Corporativa
		Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	Sem prioridade	Desenvolvimento e Adequação das Soluções Educacionais e Tecnológicas
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	Sem prioridade	PDF - Programa Desenvolvimento de Fornecedores do Piauí
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	Sem prioridade	AQUINordeste - Estado Piauí
		Inteligência Empresarial

P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos com ênfase na modernização e na excelência da gestão	Gestão de Documentos do Sebrae/PI
		Núcleo de Processos e Gestão do Sebrae/PI
		Programa Sebrae de Excelência em Gestão no Sebrae Piauí
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes	Sem prioridade	Construção do Centro de Treinamento Empresarial - SEBRAE/PI
		Expansão da Modernização de TI
		Gestão de Tecnologia da Informação
P5-Promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade	Sem prioridade	Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Sebrae/PI

### 3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O monitoramento do Plano Plurianual - PPA tem como finalidade registrar a evolução da sua implementação, destacando os fatos e dados mais relevantes, os eventuais desvios e a efetivação das oportunidades para a tomada de decisão e as medidas de gestão necessárias à implementação do Plano. É um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento e à avaliação e é realizado através dos sistemas corporativos via web, que possibilitam a verificação do andamento, evolução e acompanhamento dos projetos/atividades.

- SIACWEB: O Sistema Integrado de Atendimento a Clientes – SIAC (<http://siacweb>) é utilizado para registro dos atendimentos aos clientes do Sistema SEBRAE em suas modalidades de consultoria, orientação técnica, cursos, palestras, oficinas, mini cursos, seminários, acesso a eventos, promoção de eventos e informações, permitindo acompanhar/monitorar a execução física conforme estabelecido em cada projeto. O monitoramento é realizado pela unidade de atendimento com periodicidade mensal;
- CORPORE RM: Sistema web (<http://corpore.rm/>) é utilizado para consultas financeiras dos recursos utilizados pelos projetos/atividades. Proporciona consulta e geração de relatórios de execução dos recursos aportados informando em cada ação dos projetos/atividades, o saldo inicial, o valor realizado, o valor comprometido e quanto está disponível para execução. Esse sistema pode ser acompanhado por qualquer gestor de projeto e é monitorado pela UGE com periodicidade mensal.
- SGE: O Sistema de Gestão Estratégica (SGE) ([www.sge.sebrae.com.br](http://www.sge.sebrae.com.br)), baseado na metodologia GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados), proporciona a inserção e acompanhamento dos projetos/atividades, através de módulos: Estruturação, Planejamento, Orçamento e Gestão. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal;
- SME: O Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) ([www.sme.sebrae.com.br](http://www.sme.sebrae.com.br)) consolida as informações do CORPORE RM, SGE e SIACWEB, e a partir de seus relatórios físicos e financeiros, mantém o Sistema SEBRAE informado a cerca de seu desempenho operacional, bem como, da visibilidade do investimento aportado em segmentos empresariais. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal.

Além do monitoramento através dos sistemas corporativos a implementação dos planos de ação são monitoradas de três formas:

- Mensalmente são realizadas reuniões com os gerentes e gestores para acompanhar e avaliar a execução física e financeira dos projetos/atividades, com apresentação de relatórios de progresso na implementação da estratégia por cada gerente de unidade finalística do SEBRAE/PI.
- Bimestralmente a gerência de Gestão Estratégica - UGE, de Gestão Orçamentária e Contábil - UGOC e das Unidades de Negócio se reúnem com a Diretoria Executiva - DIREX para avaliar o desempenho das unidades.
- Trimestralmente a Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE Nacional envia aos SEBRAE/UF o Boletim SME que apresenta uma análise comparativa da execução física e orçamentária de todos os SEBRAE. As reuniões de acompanhamento ocorrem conforme programação previamente definida com pauta e datas informadas e comunicadas aos participantes pela UGE e/ou secretaria da DIREX.

A UGE emite, trimestralmente um relatório consolidado da gestão dos projetos e da implementação dos planos de ações de todas as unidades, identificando os principais gargalos e apresentando as principais causas de sucesso e insucesso na implementação. Esse relatório apresenta uma avaliação geral da eficácia de implementação das ações estratégicas, até o momento,

com sugestões de medidas preventivas e corretivas de controle, para assegurar o êxito final na implementação dos planos.

### **3.3 Desempenho Orçamentário**

As informações orçamentárias relativas ao exercício de 2015 que compõem este Relatório de Gestão foram extraídas do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME), ferramenta corporativa que permite a consolidação das informações das diversas bases de dados do SEBRAE relacionadas aos processos de planejamento, gestão e execução dos projetos e atividades.

Os índices de compatibilidade alcançados entre os relatórios gerenciais do SME e o Balancete Contábil em 2015 foram de 100% tanto para as receitas quanto para despesas.

#### **3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.**

O Sebrae é um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990.

Suas atividades não possuem relação com a execução física e financeira da Lei Orçamentária Anual, de forma que esse item não se enquadra no Relatório de Gestão.

#### **3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

O Sebrae investiu nas micro e pequenas empresas (MPEs) do Piauí em 2015, R\$ 65,9 milhões. Este montante, oriundo da Contribuição Social e de receitas próprias geradas pela instituição, foi aplicado nas demandas dos pequenos negócios em ações de cursos, consultorias, palestras, caravanas e missões, feiras e eventos, totalizando 26.470 atendimentos, representando 22,4% de crescimento em relação ao exercício anterior.

Ao longo do exercício diversos fatores apontam como intervenientes das ações, entre eles destacam-se;

##### **a) Parcerias com Entidades Governamentais e Não Governamentais**

Para execução de sua estratégia de atuação e potencializar os resultados almejados, o SEBRAE considerou também o apoio com entidades governamentais e não governamentais. Foram previstos o estabelecimento de vários convênios, que não se confirmaram, uma vez que os parceiros preferiram assumir as despesas das ações de alguns projetos ao invés de repassar recursos, o que contribuiu para não se efetivar a receita de convênio.

##### **b) Contingenciamento dos Recursos de Contribuição Social do Sebrae Nacional-CSN**

O corte de 30% no orçamento do Sistema S, anunciado pelo governo federal dentro dos ajustes econômicos para equilibrar as contas do governo obrigou o Sebrae Nacional contingenciar recursos de CSN já aprovados aos estados, contribuindo para uma desaceleração da execução em função das incertezas geradas pela crise econômica.

c) Liberação de Recursos Orçamentários e Financeiros fora do prazo previsto

Em função da liberação de recursos de Contribuição Social do SEBRAE Nacional ter ocorrido somente a partir de julho, a exemplo os Projetos Territórios da Cidadania, houve atraso no cronograma das ações e não foi possível executar 100% do orçamento planejado, não comprometendo a execução, uma vez que estes projetos encerram sua vigência somente em 2017.

d) Processo Licitatório

Foram identificadas dificuldades relacionadas aos processos licitatórios no âmbito dos Projetos, tais como entrada de recursos administrativos por empresas consideradas inabilitadas e morosidade na elaboração de Termos de Referências por parte dos gestores de contratos. Esta última, fundamentou a Unidade de Gestão de Pessoas para implementar um intensivo programa de capacitação em Gestão de Contratos para todos os gestores da instituição.

### 3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

#### 3.3.3.1. Outras Transferências

**Tabela 17 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2015**

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual
Contr. Rep. 004/11	-	-	-	-	52.114	-
Contr. Rep. 002/13	-	-	-	80.000	-	-
Contr. Rep. 004/13	-	-	-	79.803	-	-
Convênio S/N - JUCEMG	-	397.770	-	295.630	-	102.140
<b>TOTAL</b>	-	<b>397.770</b>	-	<b>455.433</b>	<b>52.114</b>	<b>102.140</b>

Os valores acima estão demonstrados em valores originais sem a inclusão de rendimentos, contrapartidas das entidades parceiras e eventuais ajustes:

Instrumentos	Vigentes em 31/12/2015	
	Exercícios Anteriores	Exercício Atual
<b>QUANTIDADE</b>	-	<b>01</b>

Contratos	Valor prestado conta em 2015
Quantidade	3
Valores	455.433

Em 31 de dezembro de 2015 existe um convênio vigente. trata-se do Convênio S/N firmado com a JUCEMG.

Os Contratos de Repasse se referem ao desenvolvimento de ações ao âmbito do Programa de Apoio a Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PAPPE Integração, recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, entidade integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia e que objetivam

promover o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação para o aumento da competitividade das MPE piauienses, através do desenvolvimento de novos produtos e/ou processos.

O PAPPE - Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - PAPPE Integração, doravante denominado PAPPE INTEGRAÇÃO, possibilitou ao SEBRAE/PI levar às MPE's do estado recursos para incrementar a inovação e gerar competitividade; os impactos causados pelo Programa são inúmeros. Podemos destacar a cultura da inovação e o fortalecimento do capital intelectual, como principais impactos causados pelo programa dentro das empresas, sem contar com o desenvolvimento de novos produtos. Sendo que estes Projetos em 31 de dezembro de 2015 encontram-se encerrados, com a exceção do Contrato nº 004/11 – Demóstenes Cardozo Leite – ME, cujo processo encontra-se em fase judicial.

No exercício de 2015 as prestações de conta no âmbito do SEBRAE/PI foram analisadas sempre sob duas vertentes: parte financeira e técnica.

A parte financeira das prestações de contas é analisada no Setor de Contratos. Neste Setor o SEBRAE/PI dispõe de um Analista auxiliado por dois estagiários. A Supervisão é feita pela Gerência da Unidade de Controle Interno.

Já na parte técnica O SEBRAE/PI possui um corpo de pessoal treinado para a função de gerenciar a execução de projetos. Cada parceria é acompanhada em sua parte técnica e de execução por analistas vinculados às Unidades Técnicas. Desta forma as verificações e fiscalizações in loco são sempre acompanhadas por técnicos ou consultores credenciados que emitem parecer sobre os níveis de conformidade de cada etapa da parceria.

Essas informações são juntadas à fiscalização da execução financeira feita pelo Setor de Contratos e enviadas a Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC para procedimentos de baixa contábil se houver aprovação.

### **3.3.4 Informações sobre a realização das receitas**

A Tabela 18 demonstra o Balanço do Orçamento de 2015 e a variação das receitas e despesas executadas com a programação do exercício.

**Tabela 18 - Balanço Orçamentário**

Receitas	Previsão		Execução			Despesas	Previsão		Execução		
	Original (a)	Ajustada (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)		Original (a)	Ajustado (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>56.981</b>	<b>71.247</b>	<b>61.428</b>	<b>107,8%</b>	<b>86,2%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>65.175</b>	<b>70.420</b>	<b>61.990</b>	<b>95,1%</b>	<b>88,0%</b>
Contribuição Social Ordinária - CSO	36.769	38.043	38.043	103,5%	100,0%	Pessoal, Encargos e Benefícios	19.980	20.516	20.338	101,8%	99,1%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	15.056	22.797	16.554	109,9%	72,6%	Serviços Profissionais e Contratados	31.312	33.697	27.994	89,4%	83,1%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	0	2.648	2.648	0,0%	100,0%	Demais Despesas Operacionais	13.161	14.123	12.629	96,0%	89,4%
CSO - Ressarcimentos	200	200	49	24,5%	24,5%	Encargos Diversos	272	666	631	232,0%	94,7%
Aplicações Financeiras	840	2.300	2.173	258,7%	94,5%	Transferências	450	1.418	398	88,4%	28,1%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0	0,0%	0,0%	Transferências (Sebrae/UF)	0	0	0	0,0%	0,0%
Convênios com Parceiros	1.050	1.050	0	0,0%	0,0%						
Empresas Beneficiadas	2.982	3.019	1.882	63,1%	62,3%						
Outras Receitas	84	1.190	79	94,0%	6,6%						
<b>Déficit Corrente</b>			<b>562</b>			<b>Superávit Corrente</b>			<b>0</b>		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.957</b>	<b>3.840</b>	<b>3.233</b>	<b>109,3%</b>	<b>84,2%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.261</b>	<b>5.163</b>	<b>3.970</b>	<b>314,8%</b>	<b>76,9%</b>
Alienação de Bens	0	0	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	738	4.854	3.690	500,0%	76,0%
Ops. de Crédito / Receb. de Empréstimos	2.957	3.840	3.233	109,3%	84,2%	Financ. /Amort. de Empréstimos	523	309	280	53,5%	90,6%
<b>Receitas Totais</b>	<b>59.938</b>	<b>75.087</b>	<b>64.661</b>	<b>107,9%</b>	<b>86,1%</b>	<b>Despesas Totais</b>	<b>66.436</b>	<b>75.583</b>	<b>65.960</b>	<b>99,3%</b>	<b>87,3%</b>
<b>Saldo de Exercícios Anteriores</b>	<b>8.000</b>	<b>5.352</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Fundo de Reserva</b>	<b>1.502</b>	<b>4.856</b>			
Resultado - Déficit			1.299			Resultado Superávit			X		
<b>Total Geral</b>	<b>67.938</b>	<b>80.439</b>	<b>65.960</b>	<b>97,1%</b>	<b>82,0%</b>	<b>Total Geral</b>	<b>67.938</b>	<b>80.439</b>	<b>65.960</b>	<b>97,1%</b>	<b>82,0%</b>

Fonte: SME (15/02/2016)

A variação da receita total entre o previsto original e previsto ajustado no exercício de 2015 foi da ordem de R\$ 12,5 milhões, impactado principalmente pelo aumento da arrecadação da Contribuição Social Ordinária, da Contribuição Social do SEBRAE/NA e da incorporação do Saldo de CSO de Exercícios Anteriores.

Houve um crescimento de 8,2% da previsão original para a ajustada (final do exercício), quando excluídos as receitas de recursos de transferência do SEBRAE NA – CSN para projetos não previstos anteriormente e destinadas a projetos de construção e reformas. Portanto, dentro do limite fixado pela Diretriz Orçamentária/CDE máximo de 15%.

O Balanço Orçamentário apresentou um déficit de R\$ 1.229 mil, motivado pelo baixo índice de execução de receita de empresa beneficiada.

### 3.3.4.1 Evolução e Execução das Receitas

O Tabela 19 destaca as principais Receitas do SEBRAE/PI e compara a execução de 2015 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada.

**Tabela 19 - Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI**

Receitas	Origem da Receita - Valores em R\$ 1.000,00						
	2014	2015					% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Variação (d/c)	
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Contribuição Social do Exercício	35.317	36.969	38.043	2,9%	38.043	0,0%	7,7%
CSO-Saldo de Exercícios Anteriores	3.176	-	2.648	0,0%	2.648	0,0%	-16,6%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	12.935	15.056	22.797	51,4%	16.554	-27,4%	28,0%
Convênios com Parceiros	425	1.050	1.050	0,0%	-	-	-
Aplicações Financeiras	1.508	840	2.300	173,8%	2.173	-5,5%	44,1%
Empresas Beneficiadas/Outras Receitas	1.833	3.066	4.209	37,3%	1.961	-53,4%	7,0%
Alienação de Bens/Operações de Crédito	650	2.957	3.840	29,9%	3.233	-15,8%	397,4%
Saldo de Exercícios Anteriores		8.000	5.352	-33,1%			
Total	55.844	67.938	80.439	18,4%	64.661	-19,6%	15,8%

Fonte: SME (15/02/2015)

O total das receitas executadas pelo SEBRAE/PI em 2015 foi da ordem de R\$ 64,7 milhões, apresentando um crescimento de 15,8% em relação ao ano anterior. Deste total 58,9% foi originado da Contribuição Social do Exercício (R\$ 38,1 milhões), 4,1% de Receita de Contribuição Social – Saldo de Exercício Anteriores (R\$ 2,6 milhões), 25,5% da Receita de Contribuição Social do SEBRAE/NA – CSN (R\$ 16,5 milhões), 3,2% da receita de Aplicações Financeiras (R\$ 2,1 milhões) e 8,3% corresponde as demais receitas (R\$ 5,2 milhões).



A receita arrecadada com Contribuição Social em 2015, comparado com a execução de 2014, evidenciou um crescimento de 7,7%, enquanto que a Contribuição Social - Saldo de Exercícios Anteriores apresentou uma queda de 16,6%.

O crescimento da execução da Contribuição Social do Nacional – CSN de 2014 para 2015 foi da ordem de 28,0%, devido ao aumento na execução das ações destinadas às chamadas públicas de projetos, projetos especiais, e programas; ações de projetos/atividades do orçamento das unidades do Sebrae Nacional e outros ressarcimentos e despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do Sebrae/NA.

Em 2015, não foi efetivado nenhum convênio, devido às instituições parceiras preferirem assumir a execução de despesas de ações de alguns projetos ao invés de repassar recursos para o SEBRAE/PI.

O aumento de aplicações financeiras (44,1%) de 2014/2015 foi oriundo do aumento no montante de aplicação de recursos de saldo de exercícios anteriores, excesso de arrecadação da CSO e CSN.

A variação crescente na receita de empresas beneficiadas/outras receitas (7,0%) foi ocasionada pelo aumento na execução de receita com a venda de espaços físicos em feiras e em consultorias.

A receita alienação de bens/operações de crédito teve um crescimento de 397,4%, em relação a 2014, decorrente de maior volume de liberações em 2015 de parcelas do empréstimo para construção do Centro de Treinamento pelo SEBRAE/NA.

### **3.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas**

#### **3.3.5.1 Evolução e Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa**

A Tabela 20 demonstra as principais despesas por natureza e compara a execução do exercício de 2015 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada pelo CDE/CDN.

**Tabela 20 – Composição da Aplicação de Recursos - SEBRAE/PI**

Natureza de Despesa	Sebrae/PI (R\$ 1.000,00)						
	2014	2015					% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% execução (d/b)	
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Pessoal, Encargos e Benefícios	15.862	19.980	20.516	2,7%	20.338	101,8%	28,2%
Serviços Profissionais e Contratados	24.369	31.312	33.697	7,6%	27.994	89,4%	14,9%
Demais Despesas Operacionais	13.046	13.161	14.123	7,3%	12.629	96,0%	-3,2%
Encargos Diversos	462	272	666	144,9%	631	232,0%	36,6%
Transferências para Parceiros	0,0	450	1.418	215,1%	398	88,4%	-
Investimentos /Outros	1.130	738	4.854	557,7%	3.690	500,0%	226,5%
Financiamento/Amortização de Empréstimo	57	523	309	-40,9%	280	53,5%	391,2%
Fundo de Reserva		1.502	4.856	223,3%			
Total	54.926	67.938	80.439	18,4%	65.960	97,1%	20,1%

Fonte: SME (15/02/2016)

O montante de despesas realizadas em 2015 foi da ordem de R\$ 65,9 milhões. Esse valor foi superior em 20,1% ao verificado no mesmo período em 2014.

O crescimento apresentado na rubrica **Pessoal, Encargos e Benefícios** de 28,2% foi impactado pelo reajuste linear salarial dos funcionários, ocorrido em janeiro de 2015, de 9%, bem como, reajuste no ticket alimentação de 10% e indenizações trabalhistas conforme PAEP – Plano de Adequação da Estrutura de Pessoal do Sebrae/PI realizado em dezembro.

O aumento de 14,9% de 2014 para 2015, em **Serviços Profissionais Contratados**, foi influenciado pelas despesas com horários advocatícios relativos a contribuições previdenciárias, aquisição de licenças de uso de software, serviços de instalação do sistema de detecção e combate a incêndio na sede do Sebrae/PI, bem como serviços de organização e promoção de eventos, com destaque: Feira do Empreendedorismo de Parnaíba, Semana do Movimento Compre do Pequeno, Mercado do Produtor e Mostra Casa Piauí Design.

O crescimento de 36,6% em Encargos Diversos decorreu do aumento no volume de despesas com imposto de renda das aplicações financeiras.

O acréscimo, em 2015, na natureza de despesa Investimentos /Outros de 226,5% em relação a 2014 se refere às despesas com a construção do Centro de Treinamento.

A variação de 391,2% na despesa com Financiamento/Amortização de Empréstimo está relacionada ao pagamento do empréstimo junto ao nacional destinado a Construção do Centro de Treinamento.

### 3.3.5.2 . Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

A **Tabela 21** demonstra o total das despesas por modalidade de licitação, no Exercício de 2015.

**Tabela 21 - Evolução de Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2013 a 2015**

MODALIDADE COMPRA	2013		2014		2015	
	VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Concorrência	1.246	3,91%	4.096,20	10,51%	5.863,75	12,92%
Convênio/Pagamento	610	1,91%	159,8	0,41%	409,81	0,90%
Convite	1.513	4,75%	483	1,24%	298,94	0,66%
Credenciamento	11.545	36,23%	13.927	35,75%	15.939,34	35,12%
Dispensa	4.808	15,09%	6.990	17,94%	5.542,66	12,21%
Inexigibilidade	1.349	4,23%	671	1,72%	1.535,71	3,38%
Pregão	10.791	33,87%	12.630	32,42%	15.795,38	34,80%
<b>TOTAIS</b>	<b>31.862</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.957</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.386</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Sistema RM Nucleus.

A tabela acima demonstra os valores pagos pelos SEBRAE/PI entre os exercícios de 2013 e 2015, classificados por modalidade de licitação praticada.

Entre 2014 e 2015 as variações positivas mais significativas ocorreram nas modalidades Concorrência (2,41%) e Pregão (2,38%). O principal motivo da variação nas Concorrências é a construção do Centro de Treinamentos (obra de engenharia), referente ao Contrato CD 01/2014.

A variação negativa mais significativa ocorreu na modalidade Dispensa, que vem sofrer uma redução de 5,73%.

### 3.4 Desempenho Operacional

Os indicadores operacionais relativos ao exercício de 2015 apresentaram os seguintes resultados:

- Execução orçamentária de 87,3% considerando o orçamento ajustado anual;
- A execução orçamentária de parceiros atingiu 54% da previsão estabelecida inicialmente;
- Dos nove limite orçamentário apenas o relativo à contrapartida da CSO não foi cumprido;
- Os Programas Nacionais apresentaram execução – física e orçamentária dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes com exceção do Programa de Encadeamento Produtivo haja vista o início da sua implementação (após o 2º semestre de 2015);
- Todas as metas relativas aos instrumentos de atendimento propostas para 2015 foram executadas.

### 3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho mensuram os resultados das atividades realizadas pelo Sebrae, vinculadas aos objetivos estratégicos das Perspectivas “Processos” e “Recursos”. O conjunto de indicadores de desempenho para o PPA 2015–2018 é demonstrado na Tabela 22.

**Tabela 22 – Indicadores de Desempenho**

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador de Desempenho	Meta 2015	Resultado 2015
PROCESSOS	P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente	Taxa de Pequenos Negócios atendidos	26,4%	27,6%
		Taxa de Pequenos Negócios fidelizados	56%	59,1%
		Índice de aplicabilidade dos produtos e serviços	8,0	(*)
		Número de Potenciais Empresários atendidos	22.430	28.731
		Índice de satisfação do cliente	8,7	(*)
	P2-Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios	Número de municípios com a Lei Geral Implementada	105	115
	P3-Promover a educação e a cultura empreendedora	Número de Potenciais Empreendedores Atendidos	11.265	16.203

(\*) Resultados ainda não divulgados.

#### 3.5.1. Metas

O desempenho do SEBRAE/PI na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

##### 3.5.1.1. Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas “Cumprimento da Missão” e “Partes Interessadas” são monitorados por meio de indicadores denominados Indicadores Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 23 – Indicadores Institucionais**

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2015	Realizado em 2015
Índice de aplicabilidade de produtos e Serviços	0 – 10	8,0	(*)
Índice de competitividade dos peq. neg. atendidos	0 – 100%	24,0	23,0
Índice de efetividade do atendimento	0 – 10	7,8	(*)
Índice de imagem junto à sociedade.	0 – 10	8,80	8,88
Índice de imagem junto aos pequenos negócios	0 – 10	8,60	8,45
Índice de satisfação do cliente	0 – 10	8,7	(*)
Número de Potenciais Empreendedores Atendidos	Nº	11.265	16.203
Número de Potenciais Empresários Atendidos	0 - 100%	22.430	28.731
Taxa de contr. para abertura de pequenos negócios	0 - 100%	30,0	16,94
Taxa de pequenos negócios atendidos.	0 - 100%	26,4	27,6
Taxa de resultados finalísticos alcançados	0 - 100%	55,0	(*)

Fonte: SME

(\*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

**3.5.1.2. Metas Mobilizadoras****Tabela 24 – Metas Mobilizadoras**

Meta Mobilizadora	Planejado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado
Meta 1: Atendimento a pequenos negócios	24.100	26.470	109,8%
Meta 2: Atendimento a Pequenos Negócios com soluções específicas de inovação	3.200	3.136	98,0%
Meta 3: Atendimento a Microempreendedor Individual	13.300	15.171	114,1%
Meta 4: Atendimento a Microempresas	9.700	10.239	105,6%
Meta 5: Atendimento a Pequenas Empresas	1.100	1.060	96,4%
Meta 6: Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada	105	115	109,5%
Meta 7: Taxa de Pequenos Negócios Fidelizados	56,0%	59,1%	105,5%

Fonte: SME

**3.5.1.3. Metas de Atendimento**

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE/PI no atendimento desses públicos. Os resultados obtidos são decorrentes principalmente das estratégias de gestão adotadas.

**Tabela 25 – Grupos de Clientes**

Indicador de Desempenho	Realizado em 2014	Planejado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado 2015
Número de potenciais empresários atendidos	28.559	22.430	28.731	128,1%
Número de empresas atendidas	21.623	24.100	26.470	109,8%

Fonte: SME

Os resultados obtidos decorreram principalmente das estratégias adotadas e do sucesso dos eventos realizados que priorizaram ações que geram demandas por parte dos pequenos negócios e dos empreendedores.

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos, que são apresentados na Tabela 26 a seguir, com seus indicadores de desempenho.

**Tabela 26 – Instrumentos de Atendimento**

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Realizado em 2014	Planejado ajustado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	116.476	123.596	128.347	103,8%
Curso	Nº de Cursos	1.327	1.584	1.617	102,1%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	36	32	48	150,0%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	74	56	64	114,3%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	48	29	40	137,9%
Palestra, oficina, seminário	Nº de palestras, oficinas, seminários	1.749	-	-	-
Palestra	Nº de palestras	-	806	897	111,0%
Oficina	Nº de oficinas	-	1.283	1.309	102,0%
Seminário	Nº de seminários	-	70	71	101,4%
Orientação técnica	Nº de orientações	61.987	48.269	59.896	124,1%
Rodada	Nº de Rodadas	15	15	16	106,7%

Fonte: SME

Os resultados de 2015 demonstram que todas as ações apresentaram execução acima de 100%, sendo que apenas os instrumentos de atendimento relativos às metas “Número de feiras do SEBRAE”, “Número de missões/caravanas para eventos do SEBRAE” e Número de orientações ficaram acima da variação estabelecida nas diretrizes. Este fato decorreu respectivamente em razão das seguintes situações: realização de pequenas feiras no âmbito dos municípios atendidos pelo Projeto Tecnologia Social PAIS no Território de Florianópolis além da previsão inicial, realização da Feira de Empreendedorismo de Parnaíba provocando um aumento no número de caravanas para estes eventos, e no caso das orientações técnicas pela demanda excedente de atendimento do Programa Negócio a Negócio.

### 3.5.4. Indicadores de Desempenho Financeiro

A Tabela 27 demonstra os Índices de Liquidez do SEBRAE Piauí de 2014 e 2015.

**Tabela 27 – Índices de Liquidez**

ÍNDICE	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
<b>Liquidez Corrente</b> <b><math>\frac{AC}{PC}</math></b>	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	2,64	1,88
<b>Endividamento</b> <b><math>\frac{PC + ELP}{Ativo Total}</math></b>	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto Menor, Melhor	40%	54%
<b>Capital de Terceiros</b> <b><math>\frac{PC+ELP}{PL}</math></b>	Quanto a empresa possui de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido	Quanto Menor, Melhor	66%	116%

Fonte: Contabilidade

O índice de liquidez corrente superior a 1,0 (um) contribui para imagem positiva do SEBRAE frente aos seus fornecedores pelo fato de ter capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos prazos acordado

O crescimento de em 2015 nos índices de capital de terceiros e endividamento foi decorrente do acréscimo de provisões e obrigações com o Sebrae/NA, devido ao empréstimo para Construção do Centro de treinamento Empresarial.

### 3.5.5. Indicadores de Desempenho Orçamentário

Os limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) para o Sistema SEBRAE estão divididos em dois grupos.

No primeiro grupo temos os indicadores que estabelecem limite efetivo para a ação dos SEBRAE UF e do SEBRAE Nacional. Neste conjunto estão os limites de gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios, Custeio Administrativo e Bens Móveis.

No segundo grupo, os indicadores que impõem um desafio de gestão, neste conjunto estão os Projetos Finalísticos Coletivos, a aplicação em Inovação e Tecnologia, a Capacitação de Recursos Humanos e o Esforço de Captação de Recursos Próprios da ordem de 10% (dez por cento) das receitas de Contribuição Social do exercício.

A Tabela 28 apresenta os limites orçamentários do SEBRAE/PI alcançados no exercício de 2015.

**Tabela 28 – Limites Orçamentários em 2015 - SEBRAE/PI**

<b>Limites Orçamentários - Piauí</b>			
<b>Limite</b>	<b>% Realizado</b>	<b>Estabelecido</b>	<b>Situação</b>
Inovação e Tecnologia	21,3%	Mín. de 20%	OK
Capacitação de Recursos Humanos	3,0%	Mín. 2%	OK
Pessoal Encargos e Benefícios	45,4%	Máx. 55%	OK
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda	2,1%	Máx. 3,5%	OK
Bens Móveis	15,0%	Máx. 100%(1)	OK
Bens Imóveis - Aprovação prévia do CDN	0,0%	Máx. 100%(2)	-
Custeio Administrativo	58,9%	Máx. 100%(3)	OK
Contrapartida da Contribuição Social Ordinária	4,6%	Mín. 10%	Abaixo do Limite
Tecnologia da Informação e da Comunicação	4,5%	Mín. 2%	OK
Projetos Setoriais	53,9%	Mín. 50%	OK
Fundo de Reserva	6,0%	Máx. 20%	OK

**Fonte:** SME

(1) Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias)

(2) Aprovação prévia do CDN

(3) 5% Lei 8.154/90 + Receitas Próprias

### **Justificativa do Limite de Contrapartida**

Não se efetivou a previsão de receitas de convênios com o Governo Estadual e Prefeituras Municipais, porque preferiram assumir a execução de despesas de ações de alguns projetos ao invés de repassar recursos para o SEBRAE/PI. Não realização da Mostra Piauí Sampa, além de que a expectativa de receita a ser gerada com a realização da Feira de Empreendedorismo de Parnaíba, não se confirmou.



**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ  
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **4. Governança**

## **4 GOVERNANÇA**

### **4.1 Descrição das Estruturas de Governança**

No SEBRAE/PI a estrutura de Governança é encabeçada pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE), composto por 15 membros titulares e seus respectivos suplentes. Para auxiliar na Gestão do SEBRAE/PI o CDE elege a Diretoria Executiva, composta por um Superintendente e dois Diretores (uma para a Diretoria Administrativo Financeira e outro para Diretoria Técnica).

Para acompanhar a execução da Gestão, o CDE conta com a atuação do Conselho Fiscal, composto por 3 membros.

A interlocução entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva é executada pela Unidade de Controle Interno que executa as atividades de auditoria interna. A Unidade de Controle Interno (UCI). A UCI é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira.

Os controles internos contam ainda com o apoio da Auditoria Independente contratada pelo Sebrae Nacional. No exercício de 2015 a auditoria independente foi realizada pela empresa KPMG Auditores Independentes.

Os trabalhos de auditoria interna e independente são monitorados pelo Conselho Fiscal, órgão de assessoramento ao Conselho Deliberativo Estadual. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente a cada trimestre para receber da Unidade de Controle Interno os relatórios trimestrais contábeis, a carta de controles internos com recomendações da Auditoria Independente e comentários do SEBRAE/PI e/ou planos de ação. Em caso de aprovação, o Conselho Fiscal emite o parecer de aprovação das contas trimestrais.

O normativo que rege a estrutura de governança é o Estatuto Social do SEBRAE/PI. Existem ainda os normativos complementares:

- a) Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae
- b) Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP
- c) Regulamento de Auditoria Interna do Sebrae Nacional
- d) Regimento Interno do SEBRAE/PI
- e) Instruções Normativas.

### **4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados**

#### **4.2.1.1. Composição do Conselho Deliberativo Estadual**

O CDE é composto por 15 instituições que são responsáveis por indicar, cada uma, um Conselheiro Titular e outro suplente. As instituições que compõem o CDE do SEBRAE/PI são:

- a) Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- b) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- c) Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí;
- d) Federação das Indústrias do Estado do Piauí;
- e) Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí;
- f) Associação Comercial Piauiense;
- g) Associação Industrial do Piauí;
- h) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;

- i) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
- j) Instituto Euvaldo Lodi – IEL Núcleo Regional do Piauí;
- k) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET;
- l) Universidade Federal do Piauí;
- m) Banco do Brasil S/A;
- n) Caixa Econômica Federal;
- o) Banco do Nordeste do Brasil S/A;

No exercício de 2015, atuaram no CDE os seguintes representantes:

#### **Quadro 12 – Composição Conselho Deliberativo Estadual**

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Domingos Sávio de Almeida Normando	Comércio	FCDL	Não Informado	01.01.2015	20.03.2015
José Rivaldo de Sousa	Comércio	FCDL	Não Informado	21.03.2015	31.12.2018
José Elias Tajra	Comércio	ACT	Presidente	01.01.2015	23.09.2015
José Moacy Leal	Comércio	ACT	Não Informado	24.09.2015	31.12.2018
Ezequias Gonçalves Costa	Indústria	AIP	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha	Agricultura	FAEPI	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Antonio Leite de Carvalho	Comercio	SENAC	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante	Comércio	FECOMERCIO	Presidente	01.01.2015	09.12.2015
João dos Santos Andrade	Comércio	FECOMERCIO	Não Informado	10.12.2015	31.12.2018
José Icemar Lavôr Neri	Estado	SEDET	Secretário	01.01.2015	31.12.2018
Humberto Paulo Cronemberger	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.10.2015	31.12.2018
Luiz de Souza Junior	Educação	UFPI	Reitor	01.01.2015	31.12.2018
Luiz Alberto da Silva Junior	Financeiro	BNB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
Mardônio Souza de Neiva	Indústria	IEL	Não Informado	01.01.2015	21.06.2015
João Henrique de Almeida Sousa	Indústria	IEL	Não Informado	22.06.2015	21.01.2018
Alzira de Fátima Vieira	Mpe's	SEBRAE/NA	Gerente	01.01.2018	17.08.2015
Murilo Aquino Terra	Mpe's	SEBRAE/NA	Gerente -UAGRO	18.08.2015	31.12.2018
Sérgio Luiz Bortolozo	Agricultura	SENAR	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Rosélio Arnold Furst	Financeiro	BB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
Emanuel do Bonfim Veloso Filho	Financeiro	CEF	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018

#### 4.2.1.2.Composição do Conselho Fiscal em 2015

No exercício de 2015, atuaram no Conselho Fiscal os seguintes representantes:

#### **Quadro 13 - Composição do Conselho Fiscal em 2015**

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Eline Reverdosa Castro Serra	Comércio	FCDL	Não Informado	01.01.2015	27.09.2015
Paulo Sérgio Muniz Nery	Comércio	FGDL	Não Informado	01.12.2015	31.12.2015
Pedro de Oliveira Barbosa	Comércio	FECOMÉRCIO	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
Francisco de Sousa Neto	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018

#### 4.2.1.3.Composição da Diretoria Executiva em 2015

No exercício de 2015, atuaram na Diretoria Executiva do SEBRAE/PI:

#### Quadro 14 - Composição da Diretoria Executiva em 2015

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Mário José Lacerda de Melo	Mpe's	SEBRAE/PI	Diretor – SUPER tendo se ausentado temporariamente com vistas ao cumprimento de gozo de férias conforme Portaria nº 010/2015. (*)	01.01.2015	31.12.2018
Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes	Mpe's	SEBRAE/PI	Diretor Adm. Financeiro, tendo acumulado temporariamente a Superintendência nos termos da Portaria nº 010/2015. (*)	01.01.2015	31.12.2018
Delano Rodrigues Rocha	Mpe's	SEBRAE/PI	Diretor – DT	01.01.2015	31.12.2018

(\*) Períodos: 11/11 a 24/11/2015 e 30/11/2015 a 05/12/2015

#### 4.2.2. Papeis e funcionamento dos colegiados;

##### 4.2.2.1. CDE

O Conselho Deliberativo Estadual tem o papel de exercer o poder soberano no SEBRAE/PI, elegendo a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do CDE esta posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 11 a 12.

Para execução de suas atribuições o CDE reúne-se mensalmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente julgue necessário, ou haja a solicitação formulada por pelo menos 03 (três conselheiros).

##### 4.2.2.2. Conselho Fiscal

O papel do Conselho Fiscal é o assessoramento ao CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal esta posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 14 e 15.

Para execução de suas atribuições o Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do CDE.

##### 4.2.2.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/PI. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal esta posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo IV, Artigos 16 a 20.

Para execução de suas atribuições a Diretoria Executiva reúne-se 2 vezes por mês na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Superintendente.

### **4.2.3. Processo de Escolha de Dirigentes e Exigências quanto ao Perfil.**

#### **4.2.3.1. CDE**

No CDE a escolha dos membros titulares e respectivos suplentes é feita pela Entidade Associada. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente.

Dentre os indicados é eleito o Presidente do Conselho, que precisa ter o voto concorde de pelo menos 08 (oito) conselheiros.

#### **4.2.3.2. Conselho Fiscal**

A escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Fiscal é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

Para ser candidato é necessária a indicação de uma das Entidades Associadas ao CDE. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente, diplomada em curso de nível universitário e residente no Brasil.

#### **4.2.3.3. Diretoria Executiva**

A escolha dos membros Diretoria Executiva é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

### **4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

A Unidade de Controle Interno é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira. O Gerente da Unidade foi indicado pela Superintendência em setembro de 2011.

A atuação da UCI está em linha com o Direcionamento Estratégico do SEBRAE, com o Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional e com as responsabilidades funcionais da unidade. Nesse contexto, a missão da UCI é *“prover assessoramento para a efetiva aplicação dos recursos do Sistema SEBRAE em consonância com os normativos de controle interno e externo”*, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em redução de riscos, atuando de forma independente, com ética e agregando valor aos negócios.

As revisões de processo, as auditorias de conformidade, os trabalhos especiais, as orientações consultivas, os resultados do atendimento aos órgãos fiscalizadores e demais trabalhos do planejamento anual, além dos planos de ação elaborados a partir dessas atividades, são realizado por uma equipe composta pelo Gerente da Unidade e um Analista Técnico.

No exercício de 2015 foi revisado o processo de concessão e gestão do fundo fixo na sede do SEBRAE/PI em Teresina.

A UCI também realiza acompanhamento da implementação de planos de ação para eliminar os pontos e/ou desconformidades apontadas pela Auditoria Independente.

No campo das auditorias de conformidade a UCI realiza trabalho preventivo de acompanhamento constante das contratações de instrutoria e consultoria realizadas nas atividades fins do SEBRAE/PI via credenciamento de instrutores e consultores na forma prevista no Art. 43 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

Este acompanhamento é feito mediante conferências dos documentos eletrônicos denominados Carta Contrato e suas assinaturas digitais no aplicativo web de gerenciamento eletrônico de documentos (GED).

**Tabela 29 - Execução das Ações do Plano de Auditoria**

Atividades	Empregados Envolvidos		Status
	Previsto	Efetivo	
<b>1. Revisão dos Processos</b>			
Fundo Fixo	2	2	Realizado
SGC	2	0	Não realizado
<b>2. Acompanhamento de Auditoria Independente</b>			
Auditoria Contábil	1	1	Realizado
Folow up de planos de ação (pontos e recomendações Auditoria Independente)	1	1	Realizado
<b>3. Trabalhos Internos</b>			
Gerência - Coordenação e Supervisão	1	1	Realizado
Prestação de Contas	1	1	Realizado
Órgãos Fiscalizadores	2	1	Realizado
Orientação Consultiva a Unidades	2	1	Realizado
a) Análises de procedimentos;			
b) Emissão de orientações e recomendações;			
Trabalhos Especiais (PMG, MEG)	1	1	Realizado
Outros (aprimoramento de processos de controle)	2	1	Realizado
Monitoramento de Contratações SGC	2	2	Realizado
Visita a Unidade de São Raimundo Nonato	1	1	Realizado
Visita a Unidade de Floriano	1	0	Não realizado
Revisão de Normativos	1	1	Parcialmente Realizado
Acompanhamento de Contratos vigentes	1	1	Realizado
Treinamento de novo colaborador	1	1	Realizado

O acompanhamento das recomendações da Auditoria Independente foi realizado junto às áreas Auditadas e os pontos apontados nas reuniões trimestrais foram atendidos quase em sua totalidade. As pendências restantes são:

### Quadro 15 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente

Item	Ponto	Status	Observação
1	Pendência tributária cadastrada junto ao Município de Teresina	Em atendimento	O SEBRAE/PI está questionando judicialmente a suposta pendência
2	Ausência de Registro de provisão de imposto de renda sobre aplicação financeira em conta bancária.	Em atendimento	A Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil está analisando o apontamento e providenciando os ajustes recomendados.
3	Composição de Contas a Receber com maior parte do saldo vencido	Parcialmente atendido	Encontra-se em andamento revisão do procedimento de precificação e apuração de receitas pela UGE e UGF

A empresa de Auditoria Independente que procedeu às atividades no âmbito do SEBRAE/PI, emitiu opinião de que o SEBRAE/PI executou suas operações e fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Opinião é acompanhada do Relatório contendo comentários sobre os controles internos e procedimentos contábeis do exercício findo em 31/12/2015, onde a Auditoria Independente emite Relatório sem ressalvas.

#### 4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O SEBRAE/PI possui como canais de denúncias ou reclamações a Ouvidoria SEBRAE que atua de forma sistêmica e eventuais denúncias internas.

O SEBRAE/PI possui, portanto, um Interlocutor estadual da Ouvidoria para dar tratamento e solução às manifestações estaduais, de clientes externos e colaboradores internos que tenham se dirigido de alguma forma (identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico) à Ouvidoria Nacional.

Dando continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, em 2015 foi realizada a atualização do Diagnóstico Situacional da Ouvidoria no Sistema Sebrae, para que a partir daí possa se traçar, em conjunto, as linhas de ação para a Ouvidoria. Além disso foi apresentado e aprovado o Plano de Comunicação da Ouvidoria cujo tema é “A MELHORIA DO SEBRAE PASSA POR VOCÊ”.

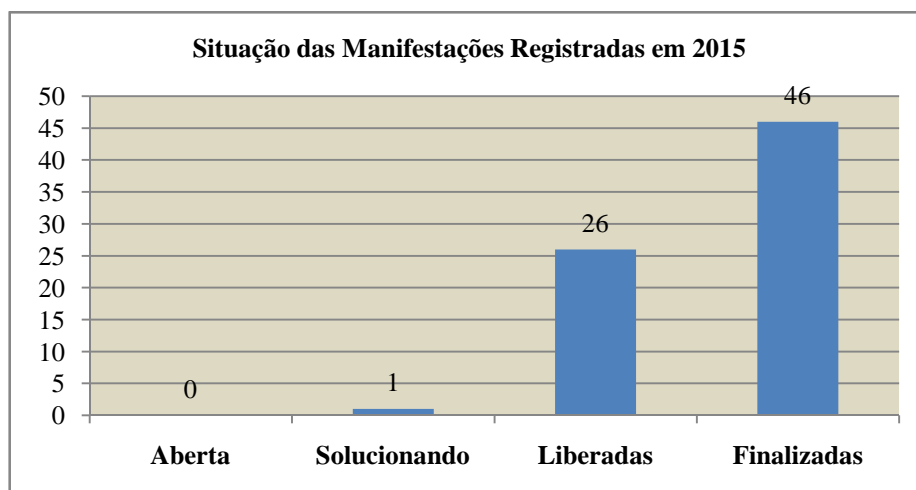
As manifestações dos clientes externos e internos recebidas pelo Interlocutor estadual podem ser de naturezas diversas: denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, e essas chegam até o interlocutor estadual através de meio eletrônico, em formulário próprio, para que haja padronização no atendimento e pronto atendimento da demanda do cliente.

Vale ressaltar que em 2015 foram registradas 75 ocorrências (23% a menos que o ano anterior) não havendo nenhuma que possa ser classificada como denúncia. A natureza das ocorrências foram assim classificadas:

**Tabela 30 – Natureza das Ocorrências da Ouvidoria**

Crítica	Reclamação	Sugestão	Solicitação	Improcedente
1%	12%	2%	72%	13%

**Gráfico 6 - Situação das Manifestações Registradas através da Ouvidoria**



#### **4.4.1. Apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade**

Contatados indícios e/ou a ocorrência de ilícitos o SEBRAE/PI abre procedimento de sindicância a ser realizada por comissão composta de 3 empregados de mesmo nível hierárquico ou superior, para apurar os fatos e emitir relatório que possa subsidiar a decisão da Diretoria sobre o encaminhamento cabível.

No exercício de 2015 não houve ocorrência deste tipo de processo.

#### **4.4.2. Processos administrativos disciplinares**

O tratamento de desconformidades disciplinares internas é feito mediante comunicação à Diretoria Executiva. O Diretor que recebe a denúncia procede à convocação da partes. Avaliada a questão, o Diretor autoriza, se for o caso a aplicação da penalidade (Advertência ou Suspensão) e encaminha o processo à Unidade de Gestão de Pessoas para elaboração da documentação de aplicação da penalidade. O documento é assinado pelo empregado punido, por seu Gerente imediato, pela Gerente da UGP e testemunha (no caso de Suspensão) .

No exercício de 2015, houve um processo administrativo disciplinar que culminou com a aplicação de penalidade a um analista do SEBRAE/PI.

#### **4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos**

No âmbito do SEBRAE/PI a gestão de riscos esta em processo de construção e encontra-se apoiada num processo de análise e mapeamento dos riscos, com vistas a implementação de ações de gestão.

A Diretoria do SEBRAE/PI entende que os controles internos existentes atualmente no SEBRAE/PI possuem adequado nível de segurança para as operações. Ressalta que tem intensificado esforços para aperfeiçoar rotinas e controles sistêmicos e informatizados que venham a aumentar o nível de segregação de funções e diminuir de forma efetiva as probabilidades e ocorrências de desconformidades.



#### **4.5.1. Gestão de Riscos Estratégicos**

Uma vez definidas as estratégias a serem implementadas no PPA, os riscos são avaliados considerando as variáveis identificadas no ambiente interno e externo que podem afetar a implementação das estratégias estabelecidas pelo SEBRAE/PI.

Inicialmente após análise do Mapa Estratégico do Sebrae Piauí bem como da Matriz de Riscos definida pelo SEBRAE Nacional, em uma ação conjunta da Unidade de Gestão Estratégica e Unidades Finalísticas, foi elaborada a matriz de Riscos Estratégicos do SEBRAE/PI. Em seguida considerando os riscos foram avaliados aspectos impactantes na implementação das estratégias e sua probabilidade de ocorrência com a identificação de ações contingenciais de mitigação.

#### **4.5.2. Gestão de Riscos Operacionais**

No processo de gestão de riscos operacionais são utilizados controles internos. Estes controles são avaliados pela Unidade de Controle Interno em revisões de processo com a utilização da metodologia de auditoria com foco. Externamente os controles internos também são avaliados pela Auditoria Independente que emite a cada trimestre um relatório sobre análise de controles internos.

##### **4.5.2.1. Atividades**

- a) Controles eletrônicos de processos: implementados a partir de estudos e mapeamentos do Núcleo de Processos, tem como objetivo mitigar riscos de aquisições antieconômicas ou irregulares em produtos ou serviços de baixo isolado e alto número de transações. Ex: aquisição de passagens aéreas.
- b) Revisão de conformidade nos processos: efetua-se a revisão em cartas contrato para instrutoria e consultoria.

#### **4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados**

Compõe-se a Diretoria Executiva por 03 membros: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A forma e valores da remuneração dos dirigentes são estabelecidos no Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, que é o documento que rege as políticas e procedimentos relacionados à gestão de pessoas da instituição.

O salário-base é fixado em um valor da tabela salarial e a ele é acrescido o valor de gratificação pelo exercício da função de confiança Diretor.

No SEBRAE/PI não há a prática da remuneração variável, para nenhum dos níveis hierárquicos.

Da mesma forma que os empregados, os dirigentes usufruem da cesta de benefícios praticada pela empresa, a qual é composta por auxílio médico-hospitalar, assistência odontológica, seguro de vida coletivo, auxílio alimentação e auxílio escola.

Anualmente, a remuneração dos dirigentes é reajustada. O período e percentual do reajuste são os mesmos concedidos para todos os demais empregados. Vários fatores definem o percentual

do reajuste, tais como a inflação acumulada do período correspondente, pesquisa salarial no mercado e no sistema SEBRAE e a possibilidade orçamentária do Agente. Os valores de remuneração estabelecidos para os dirigentes, em 2015, foram os seguintes:

**Tabela 31 – Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2015**

Diretoria	Salário Base		Gratificação		Total	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Superintendência	12.765,47	55,56	10.212,37	44,44	22.977,84	100,00
Administrativo-Financeira	12.765,47	62,50	7.659,28	37,50	20.424,75	100,00
Técnica	12.765,47	62,50	7.659,28	37,50	20.424,75	100,00

Informamos ainda que no âmbito do SEBRAE/PI não há remuneração para Conselheiros da instituição.

#### **4.7 Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada**

O Sistema Sebrae possui contrato com a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, oriundo da Concorrência (processo licitatório) 10/2011. O contrato, firmado sob o número 107/2012, tem vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo do Sebrae, demandante do serviço.

Conforme aditivo vigente ao contrato, os serviços contratados compreendem os trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para as 27 unidades estaduais do Sistema Sebrae e o Sebrae Nacional, ao custo de até R\$ 2.731 mil.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## 5. Relacionamento com a Sociedade

## 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

O Sebrae/PI trabalhou no atendimento ao cidadão e às instituições públicas e privadas, por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre a instituição e a sociedade, tais como o portal de internet do SEBRAE Piauí (<http://www.sebrae.com.br/uf/piaui>) por intermédio da ferramenta fale conosco (com mensagem direcionada para ser respondida pela Unidade de Atendimento Individual e Mercado). O portal tem caráter informativo e de relacionamento, guardando semelhança com o Sistema SEBRAE, neste canal são publicadas informações que são de interesse do público, se constituindo em um dos principais canais de comunicação com a sociedade e os clientes SEBRAE.

O portal do Sebrae/PI oferece as condições necessárias e suficientes para integrar o Sistema numa única plataforma, visando facilitar o acesso aos conteúdos necessários no mesmo ambiente. A sociedade poderá acessar todos os sites do Sistema, e navegar entre eles, através de um ambiente unificado. O site é divulgado em todas as peças publicitárias desenvolvidas pela instituição.

O Sebrae/PI também recebe manifestação da sociedade através das mídias sociais: *Facebook* (desde 2011), *Twitter* (d\_2011), além dos Sistemas de Ouvidoria (<http://www.ouvidoria.sebrae.com.br>), Agência SEBRAE de Notícias (ASN)(d\_2008) e demais programas de atendimento (ALI, Negócio a Negócio, SEBRAETEC,...) e *Instagram* (d\_2015).

As mídias sociais: Facebook ([www.facebook.com/sebraepiaui](http://www.facebook.com/sebraepiaui)) e o Twitter (@pi\_sebrae) são utilizados por determinação do SEBRAE/NA, que estimula os SEBRAE UF a utilizar as mídias sociais como canal de relacionamento com a sociedade e os clientes SEBRAE. Esses perfis são divulgados tanto no portal institucional, na assinatura eletrônica de todos os e-mails corporativos, bem como, na Agência SEBRAE de Notícias (ASN) e ainda por meio de links patrocinados (publicidades nas redes sociais). O *Facebook* e o *Twitter* foram escolhidos por serem amplamente divulgados como as mídias mais abrangentes, sendo que - no ano em que foi criada a conta institucional – ambos já possuíam uma média de 6 milhões de usuários brasileiros; sendo, ainda, considerados por especialistas como mídias sociais primordiais para a estratégia de empresas no que se refere a relacionamento com a sociedade. No *Twitter* são publicados diariamente – de segunda a sexta-feira – posts relacionados às matérias veiculadas na ASN (<http://www.pi.agenciasebrae.com.br/>); também são publicados *posts* avulsos de outros assuntos de interesse do público - tendo em vista que o *Twitter* é uma rede de informação, o conteúdo que é inserido neste canal inclui notícias com caráter mais factual, serviços, eventos (agenda macro), resultados de pesquisas e matérias da Agência SEBRAE de Notícias.

O monitoramento dos canais de comunicação do Sebrae/PI é realizado com base nos relatórios verificados a partir das visualizações e comentários dos usuários. A equipe, depois de analisar os questionamentos, encaminha às Unidades Finalísticas para as tratativas operacionais das manifestações e retorna ao cliente com a devida resposta.

### 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto 6.932/2009 e tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O Sebrae , por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

### **5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários**

Esse item está relacionado ao Decreto 6.923/2009, que institui a necessidade de que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal realizem, periodicamente, pesquisas de satisfação junto aos usuários de seus serviços e utilizem os resultados para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial no que se refere aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão.

O Sebrae , por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

### **5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

O acesso as informações referentes a atuação da instituição, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo do relatório de gestão, pode ser encontrado no endereço <http://www.pi.sebrae.com.br/>, na aba “Sobre o Sebrae do Piauí” no campo transparência.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis**

## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Desempenho financeiro no exercício

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade de Contabilidade.

A Tabela 32 e 33, apresentam respectivamente, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do SEBRAE/PI com a comparação entre 2014 e 2015 demonstrada em seus itens mais representativos. A estrutura apresentada está de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09.

Os dados foram obtidos do balancete de dezembro que foi oferecido para apreciação da Auditoria Externa, compatibilizados nos itens de receita e despesa com a execução orçamentária do Sistema de monitoramento Estratégico.

**Tabela 32 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -DRE- Valores em R\$ 1.000							
RECEITAS	EXECUÇÃO			DESPESAS	EXECUÇÃO		
	2014	2015	% Variação (c/b)		2014	2015	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária – CSO	38.493	40.740	5,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	15.862	20.338	28,2%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	12.935	16.554	28,0%	Serviços Profissionais e Contratados	24.369	27.994	14,9%
Convênios com Parceiros	425	-	-100,0%	Demais Despesas Operacionais	13.126	12.629	-3,8%
Convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	Encargos Diversos	461	630	36,7%
Aplicações Financeiras	1.507	2.173	44,2%	Transferências para Parceiros	-	398	-
Empresas Beneficiadas/Outras	1.877	1.961	4,5%	Diversas Não Orçamentárias	1.626	1.562	-3,9%
Diversas Não Orçamentárias	406	2.563	531,3%				
<b>SOMA</b>	<b>55.643</b>	<b>63.991</b>	<b>15,0%</b>	<b>SOMA</b>	<b>55.444</b>	<b>63.551</b>	<b>14,6%</b>
Resultado Déficit Patrimonial	-	-	-	Resultado Superávit Patrimonial	199	440	121,1%
<b>TOTAL</b>	<b>55.643</b>	<b>63.991</b>	<b>15,0%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>55.643</b>	<b>63.991</b>	<b>15,0%</b>

Fonte: SME e Contabilidade

**Tabela 33 - Balanço Patrimonial**

BALANÇO PATRIMONIAL EM R\$ 1.000							
ATIVO	EXECUÇÃO			PASSIVO	EXECUÇÃO		
	2014	2015	% Variação (c/b)		2014	2015	% Variação (c/b)
Circulante	10.541	13.171	25,0%	Circulante	3.991	7.024	76,0%
Não Circulante	15.725	22.027	40,1%	Não Circulante	6.406	11.865	85,2%
Realizável de longo Prazo	5.536	8.787	58,7%	Patrimônio Líquido	15.869	16.309	2,8%
Investimentos	-	-	-				
Imobilizado	10.189	13.240	29,9%				
Intangível	-	-	-				
<b>Total</b>	<b>26.266</b>	<b>35.198</b>	<b>34,0%</b>	<b>Total</b>	<b>26.266</b>	<b>35.198</b>	<b>34,0%</b>

Fonte: SME e Contabilidade

### Observação:

Receita não orçamentária: variações monetárias ativas; receita na reversão de outras contingências, receitas de exercícios anteriores

Despesas não orçamentárias: despesas com provisões, depreciação, amortização, baixa de ativo e variações monetárias passivas

A seguir são justificadas as variações ocorridas no Balanço Patrimonial acima de 15%.

Ativo Circulante – variação de 25,0%, motivada pelo aumento no saldo das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, originada do aumento na arrecadação da Contribuição Social Ordinária – CSO e Contribuição Social da Nacional – CSN, sendo estes valores aplicados tempestivamente enquanto não utilizados na execução das atividades, ações, programas e projetos da Entidade.

Ativo Realizável a Longo Prazo – variação 58,7 %, decorreu do aumento na rubrica depósitos judiciais por conta do processo ajuizado junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – relativo às obrigações fiscais – INSS. Ressalte-se que desde abril/2012 a instituição vem recolhendo em juízo ao INSS , um percentual sobre folha de pagamento e serviços prestados – PF – Parte Empregador , visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária.

Imobilizado – variação de 29,9% ocasionada pelas despesas com o andamento da construção do Centro de Treinamento na cidade de Teresina.

Passivo Circulante – variação 76,0% correspondeu ao aumento do saldo das obrigações trabalhistas, com provisões de férias e os respectivos encargos sociais; aumento no volume de obrigações com o Sistema SEBRAE, referentes aos recursos recebidos de Contribuições Sociais Nacionais – CSN e não aplicados nos projetos específicos a que se destinam, devido a demora na aprovação destes projetos e conseqüentemente atraso no cronograma de execução física; pelos recursos de empréstimos recebidos junto ao Sebrae Nacional com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1046, Centro (12/66 parcelas registradas no circulante) e aquisição de licenças de uso de software (12/22 parcelas registradas no circulante).



Passivo Não Circulante – variação 85,2% - Esta variação correspondeu aos depósitos judiciais já mencionada acima no Ativo Realizável a Longo Prazo; pelos recursos de empréstimos recebidos do Sebrae Nacional e pela provisão para riscos fiscais relativas a COFINS sobre receitas de empresas beneficiadas - a Administração conservadoramente decidiu permanecer com o registro contábil da provisão para riscos fiscais (contingências) no exercício de 2015 enquanto não há uma definição definitiva sobre o tema.

## **6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, publicada pela Resolução CFC nº 2015/NBCTG27 (R3), sendo que o objetivo desta Norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade – Resolução CFC nº 2015/NBCT27(R3) que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, informamos que:

### **a) Imobilizado – Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (ver Nota Explicativa nº 9)

### **b) Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50% levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (ver Nota Explicativa nº 9).

## **Avaliação e mensuração dos ativos e passivos**

### **a) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo: os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis: recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data da apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

O SEBRAE procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis (patrimoniais) ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

Para o custo de pessoal e o custo administrativo, o Sebrae Nacional desenvolveu regras próprias, definidas na seção 17 da Instrução Normativa de Execução Orçamentária e Financeira IN/37, como opção para utilização pelos Sebrae/UF e Unidades do Sebrae/NA.

Dessa forma, a sistemática de apuração de custos é aplicada a cada projeto, considerando os seguintes itens:

- Demais custos e despesas gerais
- Despesas com viagens
- Despesas financeiras
- Serviços gráficos e de reprodução
- Materiais de consumo
- Serviços de comunicação em geral
- Custo com recursos humanos
- Custo com Suporte operacional
- Custo administrativo

#### **6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conforme constam na página 138 e compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício e Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **7. Áreas Especiais da Gestão**

## 7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 Gestão de Pessoas

#### 7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

De acordo com a Resolução CDE nº. 002.01/2010, o número autorizado para o quadro de empregados de carreira é de 150 profissionais.

O exercício de 2015 foi concluído com 127 empregados de carreira, 03 diretores e 04 assessores indicados, totalizando 134 (cento e trinta e quatro) pessoas no quadro próprio.

Nesse período foram ingressos 10 pessoas no quadro e egressos 09 pessoas.

Além dos profissionais do quadro próprio, tivemos a cessão de 01 empregado do SEBRAE Nacional colaborando na estrutura do SEBRAE/PI.

No decorrer do ano, ocorreram alguns afastamentos superiores há 15 dias:

- 02 licenças maternidade;
- 02 afastamentos temporários com suspensão de remuneração, solicitados por motivos pessoais;
- 02 licenças doença.

A estrutura de carreira do SEBRAE/PI é composta pelos espaços ocupacionais: Assistente (níveis I, II e III) e Analista (I, II e III), além destes, existem as funções de confiança Assessor indicado e Diretor.

A distribuição das pessoas ficou como demonstrado a seguir:

- Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional) e Funções

CARGO	QUANTIDADE	%
Assistente I	4	2,99%
Assistente II	10	7,46%
Assistente III	13	9,70%
Analista Técnico I	63	47,01%
Analista Técnico II	35	26,12%
Analista Técnico III	2	1,49%
Assessor Indicado	4	2,99%
Diretor	3	2,24%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>100,00%</b>

- Perfil de Escolaridade

NÍVEL ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Fundamental	6	4,48%
Médio	16	11,94%
Superior	58	43,28%
Pós-Graduação	48	35,82%
Mestrado	6	4,48%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>100,00%</b>

- Perfil de Idade

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
De 22 a 30	19	14,18%
De 31 a 40	27	20,15%
De 41 a 50	39	29,10%
De 51 a 60	36	26,87%
De 61 a 70	12	8,96%
Acima de 70	1	0,75%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>100,00%</b>

- Lotação Física

Sede	103
Regionais	31

- Lotação Finalidade

Área Fim	72
Área Meio	62

- Funções Gratificadas

Grupo Direção	03
Empregados de Carreira	46

Numericamente o quadro de pessoal praticamente permaneceu o mesmo em relação ao ano anterior (em 2014 foram 133 pessoas), mas com característica diferente, pois houve a admissão de 10 novos empregados oriundos do processo seletivo público realizado em 2014 e demissão de 09 empregados, com média de tempo de serviço superior a 15 anos.

Então houve uma renovação positiva do quadro, pois as vagas foram providas de modo a não comprometer os resultados organizacionais.

O *turnover* (índice de rotatividade de pessoal) ficou em 7,14%, como demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{total de admitidos no ano} + \text{total de demitidos no ano}}{2} \times 100$$

*quadro de funcionários do ano anterior*

**Forma de cálculo:**

$$\frac{(10 + 09)}{2} \times 100 = 7,14\%$$

$$\frac{2}{133}$$

Com o objetivo de desenvolver competências, aumentar a motivação e propiciar o reconhecimento das pessoas, foi executado o Projeto Educação Corporativa, composto de uma gama de ações de capacitação.

Foi investido, em média, o valor de R\$ 4.423,61 em cada empregado, a fim da equipe de colaboradores estar mais apta para o trabalho que desenvolve.

Como principal efeito da execução do Projeto as pessoas adquiriram conhecimento atualizado e inovador e isso contribuiu significativamente para o atingimento dos resultados institucionais e o atendimento das necessidades dos Pequenos Negócios.

As ações educacionais levam em consideração os temas mais relevantes e demandados pelo público-alvo, e estão alinhadas aos objetivos estratégicos do SEBRAE/PI. O quadro abaixo mostra os temas ofertados em cursos do Plano de Capacitação dos Empregados do SEBRAE/PI e os respectivos quantitativos de participantes por ação realizada.

**Tabela 34 – Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI**

Plano de Capacitação do SEBRAE Piauí - Temas	Nº de participantes	Quantidade de horas
Módulo Comportamental - Programa de Liderança - turma de veteranos	21	4 horas
Módulo Comportamental - Programa de Liderança - turma de novos líderes	30	4 horas
Capacitação Novos Empregados: “SEMANA DE AMBIENTAÇÃO”- Turma de Fevereiro	11	40 horas
Capacitação Novos Estagiários	53	4 horas
Oficina de Criatividade para Gestão do Conhecimento	12	4 horas
Capacitação Media Training – Relacionamento com a imprensa	15	8 horas
Gestão Produtiva do Tempo	32	4 horas
Capacitação Novos Empregados: “SEMANA DE AMBIENTAÇÃO” Turma de Abril	7	40 horas
Encontro DAF Estadual - Reunião Técnica para os colaboradores da Diretoria Administrativo Financeira	51	8 horas
Formação dos Gestores em Convênios - Módulos I, II e III	27	56 horas
Palestra: Assédio Moral no Ambiente de Trabalho	54	2 horas
Capacitação Média Training – 2ª. Tuma	15	8 horas
Curso: Planejamento das Contratações, Elaboração de Termo de Referência e Responsabilidades	19	16 horas
Oficina de Gestão de Conflitos e Negociação	10	8 horas
Palestra: Equipes de Alta Performance	52	4 horas
Palestra Sustentabilidade Corporativa	13	2 horas
Capacitação Operacional Técnica - Feira do Empreendedorismo para gestores	20	4 horas
Capacitação Operacional Técnica - Feira do Empreendedorismo para pessoal de apoio contratado	63	4 horas
Workshop de Avaliação e integração 2015	58	4 horas
<b>Total</b>	<b>563 participantes</b>	<b>224 horas capacitação</b>

Dentre as capacitações elencadas, destacamos as dirigidas para o desenvolvimento e fortalecimento de competências de liderança, não só para os profissionais que já exercem a função

gerencial, mas também para os profissionais com potencial de liderança, pois é de grande importância preparar as pessoas para substituições em função gerencial, sejam elas eventuais ou programadas, decorrentes de desligamentos, aposentadorias ou remanejamentos.

Outras capacitações foram realizadas com focos estratégicos, tais como:

**Pós Graduação Especialistas em Pequenos Negócios:** Capacitação destinada aos profissionais do SEBRAE de todo Brasil, em parceria com a Universidade Corporativa do SEBRAE e a Fundação Instituto de Administração da USP (Universidade de São Paulo), para prover os Analistas de conhecimento inovador e atualizado sobre e para os Pequenos Negócios. Em 2015 tivemos 8 Analistas formados nessa pós graduação.

**Mestrado Profissional:** Consta da formação de Analistas no Curso de Pós Graduação Strictu Sensu - Mestrado Profissional “Máster - Visão Territorial e Sustentável do Desenvolvimento - Métodos e Instrumentos para a ação institucional” em parceria com a Universidade Corporativa do SEBRAE e a Universidade de Valência/Espanha. O formato da capacitação foi misto, com parte presencial e parte à distância. Tivemos 5 Analistas participantes nessa formação.



### 7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Os custos associados a manutenção de Recursos Humanos totalizaram R\$ 20.338.362,57 (vinte mil, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), divididos nas seguintes rubricas:

**Tabela 35 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal**

Tipologias/ Exercícios		Salários de Pessoal do Quadro Próprio	Ajuda de Custo	Gratificações	Enc. Sociais de Pessoal do Quadro Próprio	Salários e Enc. Sociais de Pessoal Requisitado	Indenizações	Benefícios	TOTAL
Exercícios	2015	10.379.262,73	55.040,59	1.072.042,62	3.701.843,07	266.877,03	1.466.449,18	3.396.847,35	20.338.362,57
	2014	8.545.608,58	35.475,74	958.881,55	3.152.153,89	250.947,37	24.351,57	2.895.014,73	15.862.433,43

Obs.: Em Salários de Pessoal do Quadro Próprio estão inclusas as despesas dos salários base, 13°. Salário e férias, de todos os empregados (de carreira, diretores e indicados).

### 7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

O risco da gestão de pessoas atualmente se relaciona à atualização do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP.

Esse Sistema rege as políticas e procedimentos relativos à gestão de pessoas, e o mesmo passou por uma revisão no SEBRAE Nacional e ficou disponível para a adesão dos SEBRAE/UF, no final de 2015.

A atualização do SGP busca principalmente modernizar os procedimentos de evolução na carreira e de reconhecimento das competências e desempenho, inclusive como forma de retenção de pessoal, otimização dos investimentos em capacitação e melhor conhecimento sobre a força de trabalho.

Atualmente o SEBRAE/PI analisa os impactos de implementação da versão atualizada.

Ressalte-se que na gestão de pessoas, há forte preocupação com a saúde do trabalhador, especialmente com o fato dele estar apto física e psicologicamente para o desempenho de suas funções, e dessa forma serem minimizados os riscos relacionados à saúde ocupacional.

Nesse contexto, foi executado o Projeto Qualidade de Vida no Trabalho, cujos objetivos são:

- Prevenir as doenças ocupacionais, (LER/DORT);
- Reduzir os problemas posturais;
- Aumentar a disposição física e mental para o trabalho;
- Reduzir o absenteísmo;
- Reduzir o estresse e o sedentarismo;
- Aumentar a capacidade de atenção e concentração
- Proporcionar bem Estar e qualidade de vida no trabalho
- Aumentar a motivação, criatividade e interação entre os colaboradores e, conseqüentemente, a produtividade;
- Melhorar a imagem social da Organização

As principais ações realizadas em 2015, no âmbito desse Projeto, foram as seguintes:

- Fisioterapia Preventiva, que é um conjunto de atividades que buscam eliminar ou minimizar riscos relacionados à saúde ocupacional, a saber:
  - Ginástica laboral: realizada 3 vezes na semana, no próprio ambiente de trabalho, com exercícios de alongamento e fortalecimento de músculos exigidos na atividade laboral.
  - Massagens anti-estresse: massagem expressa corporal, em torno de 15 minutos, privilegiando o relaxamento, para o combate ao estresse.
  - Acupuntura: busca pela recuperação do organismo como um todo pela indução de processos regenerativos, normalização das funções alteradas, reforço do sistema imunológico e controle da dor.
  - Estudo e Orientação Ergonômica: estudo da posição corporal nos postos de trabalho, visando a redução de dores físicas e elegendo a melhor postura física para o desempenho da função.

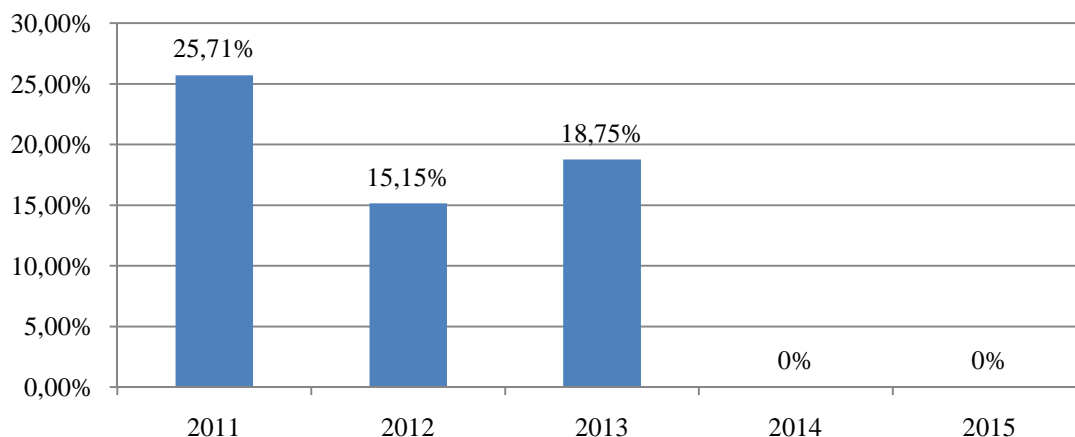
- **Orientação para educação corporal e educação alimentar:** palestras e informativos sobre a saúde e nutrição, buscando o controle do peso corporal, o combate ao sedentarismo e a manutenção de hábitos saudáveis para corpo e mente.
- **Aferição da pressão arterial:** verificação mensal da pressão arterial e do peso dos colaboradores, visando identificar prováveis doenças e, se for o caso, encaminhar para a medicina especializada.
- **PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional):** visam identificar e tratar os perigos e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador quais nos apontam os riscos existentes e que devem ser tratados ao longo do ano. As dependências da empresa são vistoriadas e são observadas as condições físicas do local de trabalho, que podem causar prejuízos à saúde do trabalhador, para se façam as intervenções necessárias.

A eficiência das atividades é medida por meio de Indicadores, os quais são obtidos por meio de Questionário respondido pelos colaboradores e são os seguintes:

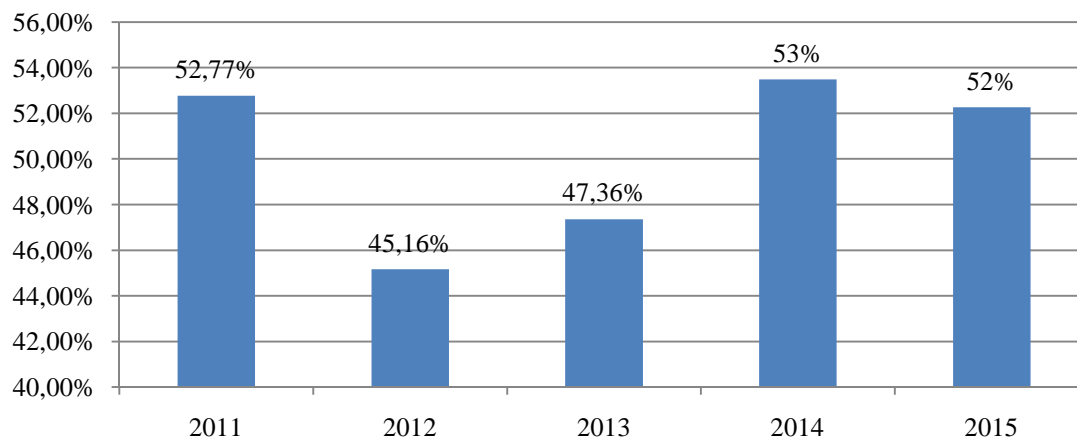
- **Índice De Massa Corporal Normal (IMCN):** é a medida do percentual de colaboradores que está dentro dos parâmetros ideais de peso para sua estatura, avaliada a partir do IMC (índice de massa corporal) de cada colaborador individualmente.
- **Índice de Dor (ID):** é a medida do percentual de colaboradores com manifestação de dor severa na coluna cervical/lombar, nas articulações de membros superiores (ombro, cotovelo, punho e dedos) e nas articulações de membros inferiores (quadril, joelho e tornozelo).
- **Índice de Atividade Física Regular (IAFR):** é a medida do percentual de colaboradores que praticam atividade física regular, pelo menos 3 vezes por semana.
- **Índice do Nível de Estresse (INE):** é a medida do percentual de colaboradores que relataram por meio de um teste o nível de estresse em que se encontram.

Os indicadores estão a seguir apresentados:

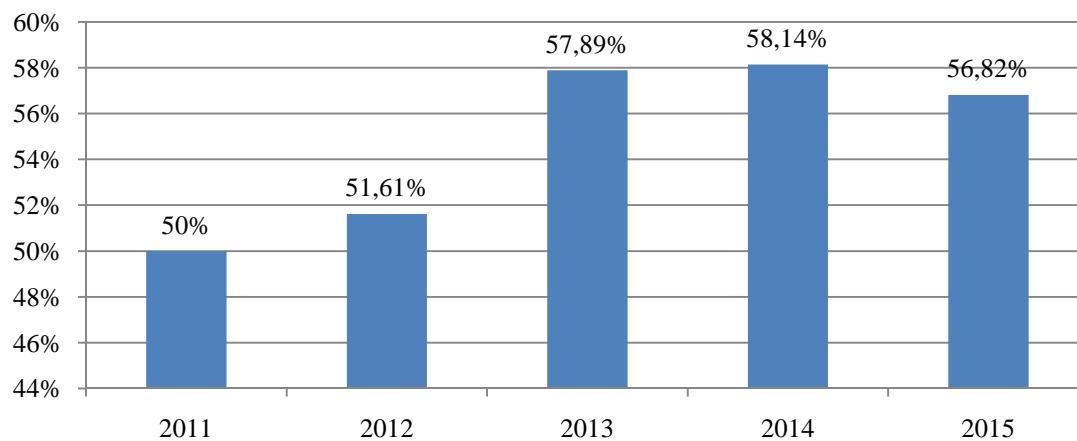
**Gráfico 7 - Índice de Dor- ID**



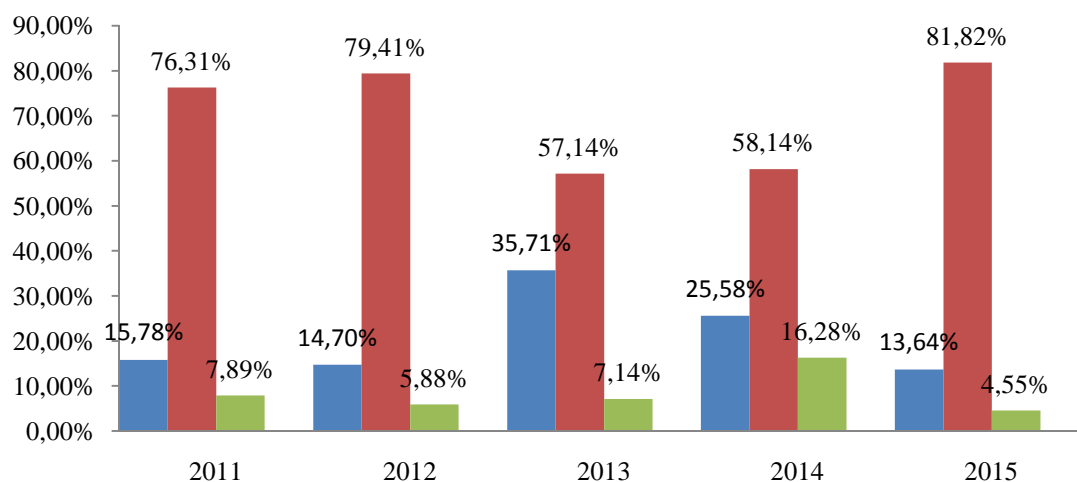
**Gráfico 8 -Índice de Massa Corporal Normal - IMCN**



**Gráfico 9 -Índice de Atividade Física Regular-IAFR**



**Gráfico 10 - Índice do Nível de Estresse- INE**



De acordo com os resultados, observamos que os índices INE e ID melhoraram, isto indica que o trabalho realizado foi importante para a qualidade de vida dos colaboradores do SEBRAE/PI.

## 7.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

### 7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A demonstração das informações apresentadas são relacionadas ao imobiliário próprio do SEBRAE/PI e não compõem a estrutura do Patrimônio Imobiliário da União.

**Tabela 36 – Imobiliário Próprio**

Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de Mercado
Av. Campos Sales, 1046-centro, Teresina/PI	1994	Edificação sede própria	413.532	39.064.668
Rua Rui Barbosa, 762-centro, Teresina/PI	1995	Edificação Centro de Treinamento (*)	82.514	565.250
Rua Almirante Gervásio Sampaio, 767-centro, Parnaíba/PI	1996	Edificação Unidade Regional de Parnaíba	200.000	1.100.000,00
Rua Marcos Parente, 429-centro, Picos/PI	2008	Edificação Unidade Regional de Picos	434.529	880.000,00
Rua Simplicio Mendes, 771-centro, Teresina/PI	2012	Estacionamento	500.000	597.550

**Fonte:** Unidade de Gestão Administrativa

(\*) A construção do centro de treinamento foi iniciada no exercício de 2014, com previsão de término para o mês de junho de 2016, conforme contrato nº 01/2014 e aditivo nº 022/2015 firmado com a ABM Engenharia, Construções e Incorporações Ltda.

A manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias e de aparelhos de ar condicionados é feita com programação prévia e a mão de obra contratada, com objetivo de realizar a manutenção preventiva, detectar possíveis falhas, defeitos, etc., sempre no sentido de minimizar e/ou evitar custos desnecessários. Em 2015, o valor gasto com manutenção do Patrimônio Imobiliário foi da ordem de R\$ 732.969,88 (setecentos e trinta e dois mil, novecentos sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

A norma interna que tratará do controle e gestão do Patrimônio Imobiliário está em processo de elaboração, com previsão de conclusão no decorrer do exercício de 2016.

### 7.2.2 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O SEBRAE/PI, cumprindo o seu objetivo de ampliar e interiorizar cada vez mais as ações, a disseminação das informações e a qualidade do atendimento às Micro e Pequenas Empresas e aos MEI's – Microempreendedores Individuais necessitou realizar a locação de imóveis para viabilizar a instalação e funcionamento das Unidades Regionais de Floriano, da Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL em Teresina/PI e da Unidade Regional de Bom Jesus em 2015, como também locações para funcionamento de estacionamento e arquivo de documentos na SEDE, além de lojas para exposição de produtos artesanais na em Parnaíba.

**Tabela 37 - Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros**

Contrato Nº	Endereço	Destinação	Valor Anual da Locação	Unidade
010/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 419-centro, Floriano/PI	Unidade Regional de Floriano	23.513	Floriano
040/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 417-centro, Floriano/PI	Auditório da Unid. Reg. Floriano	17.930	Floriano
3388/03	Rua Tersandro Paz, 2635 - Piçarra, Teresina/PI	Depósito SEBRAE	38.876	Teresina-Sede
004/11	Rua Rui Barbosa, 805-centro, Teresina/PI	Central Fácil de Atendimento	37.178	Teresina-Sede
025/11	Rua Rui Barbosa com av. Campos Sales - centro, Teresina/PI	Estacionamento	39.653	Teresina-Sede
035/14	Av. Campos Sales, 1041/42 - centro, Teresina/PI	Estacionamento	60.755	Teresina-Sede
02199/02	Av. Campos Sales, 857 - centro, Teresina/PI	Arquivo	12.034	Teresina-Sede
08458/01	Rua Rui Barbosa, 826 sala 01-centro, Teresina/PI	Arquivo	3.938	Teresina-Sede
L0872-1244/2011-1	Av. Senador Joaquim Pires, 1043-centro, Luiz Correia/PI	02(duas) lojas no shopping amarração	26.470	Parnaíba
044/15	Rua Maria Nogueira Diógenes s/n – Aeroporto	Unidade Regional de BOM JESUS	28.000	Bom Jesus

**Fonte:** Unidade de Gestão Administrativa

As despesas com reformas, transformações, manutenções com imóveis locados são contabilizadas como “Despesas Correntes” e assumidas pelo Locatário, sem nenhuma dedução do valor da locação, em conformidade com previsão contratual.

O custo total anual com locações de imóveis de terceiros, no exercício de 2015, foi da ordem de R\$ 449.994,34 (Quatrocentos quarenta e nove mil, novecentos noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Com objetivo de disciplinar as contratações das locações mencionadas foi implantada a Instrução Normativa nº 003/14-DIREX de 16.04.2014, com objetivo de estabelecer diretrizes para a contratação e/ou renovação de serviços de locações de imóveis de terceiros.

### 7.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI PDTI, apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Sebrae/PI 2013/2016 foi construído com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do Sebrae/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do Sebrae/PI.
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio.

- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado.
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância.
- Especificação técnica detalhada.
- Garantia e Suporte.
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do Sebrae/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

O SEBRAE/PI ainda não possui Comitê Gestor de TI.

#### **Quadro 16 - Principais Sistemas de Informação Existentes**

<b>Sistema</b>	<b>Descrição</b>	<b>Funcionalidades</b>	<b>Riso. Técnico</b>	<b>Resp. Negócio</b>	<b>Criticidade</b>
Siacweb	Sistema Integrado de Atendimento	Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações.	Mauro Portela	Carla Nobre / Jonice Escórcio	Alta
TOTVs RM	Sistema de Gestão administrativa	Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas	Juliana Lira	Cruz Neto/Valéria Moraes/Marilda Moita/Pádua Evelim	Alta
GED SeSuite	Sistema de GED/Workflow	Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.	Diana Moraes		Alta
SGE	Sistema de Gestão Estratégica	Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos.	Sebrae Nacional	Carlos Jorge	Alta
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico	Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais	Sebrae Nacional	Carlos Jorge	Média
Sense	Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores	Sistema de definição e monitoramento de metas do Sebrae/PI.	Juliana Lira		Média

**Quadro 16 - Principais Sistemas de Informação Existentes – Cont...**

Service Desk	Sistema de Atendimento de TI.	Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI.	Mauro Portela	Juliana Lira	Baixa
SGC	Sistema de Gestão de Credenciados	Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no Sebrae.	Sebrae Nacional	Valéria Moraes	Alta

**Quadro 17 - Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas.**

Data	Evento
06 a 09/04	Gartner Datacenter 2015
19/05	Triad Workshop - Gestão Produtiva do Tempo
01 a 02/07	Capacitação sobre Gestão de Processos - FNQ
17/09	24º Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança de TIC.
16 a 18/11	Curso: Riscos e Planejamento de Contratações em TI.
30/11 a 04/12	Curso: Microsoft Windows Server 2012

A força de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação é composta conforme especificado abaixo:

**Quadro 18 - Força de Trabalho**

Descrição	Quantidade
Empregados – Carreira de TI	03
Empregados – Administração	01
Terceirizado	01
Estagiários	05

Os principais processos de gerenciamento de serviços de TI são os seguintes:

- Atendimento ao Usuário e administração de Software e Hardware – gestão de atendimentos de TI aos usuários internos através de sistema de Service Desk (de acordo com metodologia ITIL) e realização de inventário de ativos de TI.



- Sistemas Corporativos e Banco de Dados – Administração de todos os sistemas corporativos do Sebrae/PI, em servidores locais, remotos, virtualizados ou físicos, e banco de dados MS SQL Server.
- Serviços de Rede e Telecomunicação – Administração de Redes e Telecom, links MPLS e ADSL, rede local, rede WAN, Rede Wireless, proteção de perímetro - firewall.
- Gestão de Segurança da Informação - Implantação da Política de Segurança da Informação através de regras de uso das soluções de TIC, assim como implantação de soluções de EndPoint Security (antivírus, antispam, filtro de conteúdo web, etc.)
- Gestão de TI - Novas Soluções/Auditoria/Gestão de Projetos – Planejamento e implantação de novas soluções e projetos de TI, sempre de acordo com o planejamento estratégico do Sebrae/PI.
- Gestão de Mudanças de Tecnologia da Informação – Processo BPM implantado para gestão de mudanças.

Dentro do Planejamento Plurianual 2015/2018 do Sebrae/PI, durante o ano de 2015 foram desenvolvidos dois grande projetos de Tecnologia da Informação:

#### 1. Gestão de Tecnologia da Informação

Resultados:

- Melhoria dos Controles de Governança de TI.
- Manutenção Evolutiva e corretiva dos Sistemas Corporativos.
- Implantação do Sistema de Service Desk.
- Administração e Evolução do Parque Tecnológico do Sebrae/PI.

Alinhamento com o Planejamento

- Alinhado ao Objetivo Estratégico local e do Sistema Sebrae.
- R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes.
- Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

Valor Orçado: R\$ 1.107.381,00

Valor Executado: R\$ 1.058.263,93 (execução aprox. de 95%).

Execução realizada de janeiro a dezembro/2015.

#### 2. Expansão da Modernização de Tecnologia da Informação

Resultados:

- Implantar cabeamento estruturado em todos os Escritórios Regionais.
- Ampliação da Solução de Storage.
- Melhoria na Performance de acesso aos Sistemas de Informação.

Alinhamento com o Planejamento

- Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

- Alinhado ao Objetivo Estratégico local e do Sistema Sebrae R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes.

Valor Orçado: R\$ 1.225.086,00

Valor Executado: R\$ 760.886,27 (Finalização de licitação para aquisição de solução de expansão do storage).

Execução realizada de janeiro a dezembro/2015.

Com a intenção de mitigar dependência tecnológica de terceirizados, são adotadas as seguintes medidas:

- Toda a gestão de contratos e projetos é feita por empregados do Sebrae/PI.
- Todas as soluções de TI adquiridas têm o repasse da tecnologia utilizada para técnicos que fazem parte do quadro de empregados do Sebrae/PI.
- Em contrato para uso de licença de software existe cláusula informando de, em caso de falência de fornecedor, o código fonte deve ser transferido para o Sebrae/PI.
- Cumprimento da Política de Segurança da Informação do Sebrae/PI.

### **7.3.1 Principais Sistemas de Informações**

Os sistemas de informações do SEBRAE/PI são homologados pela Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação e são implantados de forma a obter um ganho de produtividade nas ações, assim como auxiliar nas tomadas de decisões.

Alguns sistemas são implantados por iniciativa local e outros são utilizados de forma sistêmica no Sistema Sebrae.

Todos os sistemas em produção possuem uma gestão direta ou indireta pelo SEBRAE/PI e são implantados e administrados observando sempre o cumprimento de normas que garantam a integridade, segurança, confidencialidade e confiabilidade das informações.

Dessa forma, os sistemas são homologados e seu uso é definido e regulamentado na Política de Segurança da Informação do SEBRAE/PI.

Os sistemas já possuem interface com tecnologia web, facilitando assim sua mobilidade e formas de acesso, assim como os novos sistemas são implantados vislumbrando a integração entre os sistemas, e sempre buscando automatizar cada vez mais os fluxos de trabalho.

Os principais sistemas de informações do SEBRAE/PI são os seguintes:

- Siacweb - Sistema Integrado de Atendimento: Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações.
- TOTVs RM - Sistema de Gestão administrativa: Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas.
- GED – SeSuite: Sistema de GED/Workflow Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.
- SGE - Sistema de Gestão Estratégica: Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos.

- SME - Sistema de Monitoramento Estratégico: Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais.
- Sense Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores Sistema de definição e monitoramento de metas do Sebrae/PI.
- Service Desk - Sistema de Atendimentos de TI: Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI.
- SGC - Sistema de Gestão de Credenciados: Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no Sebrae.

### **7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Sebrae/PI 2013/2016 foi construído com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do Sebrae/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento. A sua elaboração foi realizada através do levantamento de informações por meio de entrevistas com colaboradores, apresentações, análise de documentação, análise do ambiente atual, discussões técnicas e de líderes, assim como a integração do PDTI com o Planejamento Plurianual do Sebrae/PI.

A elaboração do PDTI é justificada através dos seguintes fatores:

- Identificar as necessidades de TIC do órgão, alinhada aos seus objetivos estratégicos.
- Focar esforços em ações nas quais os benefícios são maiores ou onde há necessidade.
- Aproveitar melhor os recursos disponíveis.
- Aumentar a inteligência organizacional por meio de aprendizado, revisão e análise contínua do planejamento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do Sebrae/PI.
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio.
- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado.
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância.
- Especificação técnica detalhada.
- Garantia e Suporte.
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do Sebrae/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

Dentre as soluções destacadas acima, no ano de 2015 foram mais fortemente trabalhadas as seguintes:

- Implementação de Rede MPLS/WAN – Todos os escritórios regionais estão interligados em Rede, e em 2015, foi realizada contratação de novos links, com tecnologia mais avançada(MPLS) no sentido de melhorar a conexão dos equipamentos e serviços integrados

entre a Sede e Escritórios Regionais, assim como garantir a segurança da comunicação estabelecida.

- Aceleração e Performance WAN – Contratação de solução para melhoria de performance da Rede WAN, otimizando os recursos existentes (links), gerando impacto positivo no desempenho da rede de dados, assim como redução de custos na expansão de novos links.
- EndPoint Security – Controle de acesso à rede, validação de usuários e equipamentos.
- Solução de proteção de perímetro – Firewall – Implantação de uma nova solução de firewall, mais integrada (Sede e Escritórios Regionais), que permite um monitoramento e segurança maior na Rede de dados do Sebrae/PI.
- Filtro de Conteúdo Web – implantação de solução de web gateway para proteção de acessos dos usuários a endereços web permitidos de acordo com a Política de Segurança da Informação do Sebrae/PI.
- Storage e Backup – Projeto para implantação de solução segura e expansível para armazenamento de dados.
- Sistemas de Informação – Implantação de solução de Bussiness Intelligence, melhoria do sistema de GED/Workflow e implantação de sistema de Service Desk.

Durante a execução do PDTI é trabalhada uma tabela de projetos, onde as soluções são identificadas levando em consideração suas respectivas prioridades, complexidade e valores de investimento.

É importante ressaltar que tem sido impactante a crise econômica do país em 2015 e como consequência a alta do dólar, afetando todos os investimentos planejados para o período, visto que a grande maioria dos equipamentos de TI é cotada em dólar.

Mesmo assim, diante de cenários desafiadores, o PDTI do Sebrae/PI, planejado com o horizonte até 2016, já está com aprox. 80% dos projetos executados e com as soluções implantadas, trazendo assim os resultados esperados conforme o planejado para o Sebrae/PI.

#### **7.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

O SEBRAE/PI não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública e no decorrer de 2015 iniciou o processo de definição da política de sustentabilidade da instituição que se encontra em fase de conclusão para posterior aprovação. No documento proposto, sustentabilidade se traduz pelo comportamento ético e transparente de forma que:

- As expectativas e as necessidades da sociedade sejam levadas em consideração;
- Os projetos voltados para o desenvolvimento nacional, regional, local e setorial sejam apoiados;
- O grau de satisfação da sociedade como um todo para com o SEBRAE/PI seja avaliado e as informações utilizadas para a melhoria das práticas de gestão e consequentemente dos resultados;
- As informações levantadas das partes interessadas sejam analisadas e utilizadas para aperfeiçoar ou desenvolver projetos sociais e práticas de gestão;
- A imagem do SEBRAE/PI seja cada vez mais valorizada pela sociedade;
- Exista uma constante busca por legitimidade social para com seus conselheiros, diretores, força de trabalho, fornecedores, meios de comunicação, governo, setor não governamental e comunidade em geral;
- Garanta práticas efetivas à sua Cadeia de Valor e com todas as partes relacionadas;
- Haja comprometimento com as gerações presentes e futuras realizando-se ações socialmente responsáveis;

- Se divulgue o desempenho social do SEBRAE/PI comunicando claramente os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação dos riscos futuros.

Atualmente o recolhimento dos Resíduos gerados pelo SEBRAE - Sede e a Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL é realizado da seguinte forma: são distribuídos “kits” nos diversos pontos estratégicos, identificados como pontos de maior fluxo de “clientes”, como é o caso de corredores, pátios, sem se falar noutros pontos fixos naturais como banheiros e salas de uso geral.

Os “kits” são depósitos, que dispostos individualmente sobre o piso ou agrupados colado na parede através de suporte, abrange a 05 (cinco) tipos de resíduos caracterizados como “papel, vidro, metal, plástico e orgânico”.

Os procedimentos para recolher estes resíduos, consiste na seguinte maneira: os colaboradores que fazem essa coleta, passam pelo menos 03 (três) vezes nos pontos dos depósitos, fazendo a coleta, observando suas características para seus devidos destinos e adequação de descartes. Os resíduos são doados para a ONG “MOVIMENTO EMAÚS TRAPEIROS DE TERESINA” – CNPJ Nº 027.718.366/0001-26, à Rua Jenipapo nº 2399, Loteamento Sol Nascente – Teresina/PI.

#### **7.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras**

Através da aplicação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o SEBRAE/PI vem capacitando os fornecedores de produtos e serviços como forma de garantir eficiência e produtividade, pontualidade nas entregas, menos desperdício e mais qualidade nas entregas e respeito aos critérios de sustentabilidade.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**  
**SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle**

## 8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A última ocorrência de deliberação exarada em acórdão do TCU esta discriminada na tabela abaixo. No exercício de 2015, não houve novas ocorrências. Adicionalmente informamos que não existem Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.

**Quadro 19 – Última Deliberação do TCU Atendida**

Deliberações do TCU Atendidas					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-029.601/2013-4	439/2014 – 1ª CÂMARA	1.7.	Prestação de Contas	Acórdão
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
1.7. Dar ciência ao Sebrae/PI que a falta de formalização de alvarás de funcionamento de seus prédios, ou a não atualização da validade dos mesmos, bem assim, a ausência de projetos de prevenção e combate a incêndios dos imóveis sob sua responsabilidade, dificultam a adoção de providência ante possíveis acidentes decorrentes de incêndios, além de constituir motivo para a determinação da paralisação das atividades da instituição em função de interdição dos prédios por parte dos órgãos de fiscalização competentes.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação:</b>					
Unidade de Gestão Administrativa					
<b>Síntese da Providência adotada</b>					
Inicialmente foram atualizados e regularizados todos os Alvarás de Funcionamento dos prédios onde funcionam unidades do SEBRAE/PI. Adicionalmente foram contratados os planos de combate incêndio. A Sede em Teresina, maior ponto de operação do SEBRAE/PI, teve seu plano de combate a incêndio concluído e aprovado pelo Corpo de Bombeiros. As adaptações físicas no prédio do SEBRAE/PI estão sendo concluída por empresa de engenharia contratada através da Concorrência nº 05/2014 destinada a Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de Instalação de Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, no Edifício Sede, do SEBRAE/PI.					

### 8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015 foram atendidas todas as solicitações de informações da Controladoria Geral da União, foram ainda realizadas duas reuniões de busca conjunta de soluções. Foi emitido o Relatório nº: 201504020 e o SEBRAE/PI elaborou plano de ação que está em curso para atendimento das respectivas recomendações.

O plano de ação está sendo monitorado pela Unidade de Controle Interno que insere no Sistema Monitor da CGU a evolução do andamento das ações. Abaixo os quadros com a descrição de cada ponto do relatório e seu atual estágio de atendimento.

## Quadro 20 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	2.2.1.2	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Elaborar rotina que discipline o processo de planejamento das aquisições de bens e contratações de obras e serviços a serem efetuados durante o exercício, em especial quanto à verificação dos contratos firmados pela Entidade, de modo a evitar que haja mais de um contrato em vigência simultânea para um mesmo objeto ou interpretação duvidosa sobre as contratações de serviços.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno e Núcleo de Processos		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

### Quadro 20.1 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	2.2.1.2	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Apurar a responsabilidade do(s) empregado(s) responsável(is) que ocasionou(aram) o dano aos cofres da Entidade, adotando as medidas cabíveis com vistas ao ressarcimento dos valores superfaturados.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria e Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI		
Estágio do atendimento		
Não se aplica.		

### Quadro 20.2 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	2.2.1.3	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Instituir, por meio de normatização interna, que, quando constatada a inviabilidade de licitar, o processo seja instruído com parecer ou outro documento similar que demonstre e comprove a inviabilidade de competição, de maneira clara e bem fundamentada, além de realizar ampla pesquisa de preços de modo a verificar a compatibilidade do valor contratado diretamente com os preços praticados no mercado.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno e Presidente da CPL		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		



### Quadro 20.3 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	2.2.1.4	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Elaborar procedimento e/ou fluxograma para conferência das notas fiscais, de forma a garantir que seja verificada a discriminação clara e precisa dos serviços prestados/bens locados, bem como os respectivos valores de cada item, apondo o atesto com a correspondente data.		
Justificativa para o não atendimento		
O SEBRAE/PI solicitou através do Sistema Monitor da CGU extensão do prazo em 60 dias, pois a implementação da ação será mais efetiva se aplicada após a formalização do normativo de regulamentação de aquisições.		
Área Responsável pela Implementação		
Núcleo de Processos		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento: estudos preliminares concluídos, aguardando aprovação do manual de aquisições para ajustes e finalização.		

### Quadro 20.4 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.1.2.1	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Instituir, por meio de normativo interno, a formalização em processos administrativos, das aquisições de bens e contratações de serviços e/ou obras, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, fazendo constar, em páginas numeradas e sequenciais, conforme o caso: - a solicitação de aquisição e/ou contratação; - a justificativa para o enquadramento da contratação direta; - a pesquisa prévia de preço; - a autorização para a aquisição e/ou contratação; - a comprovação da regularidade fiscal da contratada; - o contrato ou termo equivalente, se houver; - o atestado da execução dos serviços e/ou obras ou fornecimento dos bens; e - as notas fiscais e outros documentos pertinentes ao pagamento.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

### Quadro 20.5 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.2.1.1	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Incluir no normativo interno aplicável à gestão de compras e contratações que se submetam previamente, de acordo com a complexidade do objeto licitado, as minutas dos editais de licitação, anexos e contratos para apreciação da assessoria jurídica, de forma a contemplar todos os aspectos básicos essenciais à realização do certame, inclusive cláusulas que restringem a competitividade do certame.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

### Quadro 20.6 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.2.1.2	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Incluir no normativo interno aplicável à gestão de compras e contratações que se submetam previamente, de acordo com a complexidade do objeto licitado, as minutas dos editais de licitação, anexos e contratos para apreciação da assessoria jurídica, de forma a contemplar todos os aspectos básicos essenciais à realização do certame, inclusive cláusulas que restringem a competitividade do certame.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

### Quadro 20.7 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.2.1.3	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Elaborar normativo interno que preveja a exigência de inclusão, nos instrumentos convocatórios, de cláusula exigindo a apresentação de declaração, por parte da licitante, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.		
Justificativa para o não atendimento		
O normativo foi elaborado e finalizado e sua implementação já foi executada.		
Área Responsável pela Implementação		
Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação concluído: o documento foi devidamente inserido no Sistema Monitor da CGU. Aguardando validação.		

### Quadro 20.8 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.1.1	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Incluir regra no normativo interno aplicável à gestão de pessoas que preveja a exigência de divulgação prévia, nos editais de seleção de pessoal, da quantidade de questões, bem como da pontuação máxima de cada fase do processo seletivo, para que os interessados tenham amplo conhecimento das regras estabelecidas.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento: o manual de seleção de pessoal está em fase de reformulação e será submetido a aprovação do CDE.		

### Quadro 20.9 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.1.2	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Atualizar o Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, incluindo vedação à nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes e conselheiros do Sebrae/PI, para o exercício de funções de confiança, em observância aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento: as alterações na versão atual do SGC estão sendo preparadas e serão submetidas à aprovação do CDE.		

### Quadro 20.10 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.1.2	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Rescindir o contrato de trabalho da empregada de CPF nº ***.214.373-**, ocupante do cargo de Assessora do CDE.		
Justificativa para o não atendimento		
O CDE informou à Diretoria Executiva do SEBRAE/PI que o Ex-Presidente do CDE, CPF ***.062.453-** não é mais integrante do Conselho Deliberativo desde 23/09/2015.		
Área Responsável pela Implementação		
Não se aplica		
Estágio do atendimento		
Não se aplica		

### Quadro 20.11 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.2.1	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Elaborar e implementar controles internos administrativos para a verificação periódica de possível acumulação de cargos, empregos e funções, com incompatibilidade de carga horária e/ou de turnos de trabalho, pelos empregados da Entidade, tais como o estabelecimento de rotinas, manuais, entre outros.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas		
Estágio do atendimento		
Plano de ação concluído: a Unidade de Gestão de Pessoas elaborou formulário de atualização de informações cadastrais dos empregados e adotou como prática a exigência de assinatura da declaração de inexistência de acúmulo de cargos incompatíveis para novos empregados. As informações do atendimento foram inseridas no sistema Monitor da CGU. Aguardando validação.		

### **8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

No exercício de 2015 não foram identificadas situações que demandassem adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário ou situações que viessem a demandar a instauração de tomada de contas especial.

O SEBRAE/PI possui na Unidade de Controle Interno equipe composta por um Gerente e dois analistas, dotados de recursos suficientes para tratar tais questões. A Unidade de Controle Interno possui o auxílio da Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI, para eventuais ocorrências. A Assessoria Jurídica conta com 02 Advogados em seus quadros.

### **8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Este item não se aplica ao SEBRAE/PI.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ  
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## **9. Anexos e Apêndices**

## **9      ANEXOS E APÊNDICES**

- Resolução CDE 002/2016
- Parecer do Conselho Fiscal
- Parecer da Auditoria Interna
- Parecer da Auditoria Independente
- Demonstrações Financeiras



## RESOLUÇÃO CDE nº 002/2016

**“Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2015”.**

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

**CONSIDERANDO** o Parecer do Conselho Fiscal datado de 26 de fevereiro de 2016, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2015 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

**CONSIDERANDO** que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 148ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

### RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2015, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Teresina, 29 de fevereiro de 2016



**CARLOS AUGUSTO MELO CARNEIRO DA CUNHA**  
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria KPMG Auditores Independentes, datado de 04 de fevereiro de 2016, procederam ao exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, Livros e demais Documentos de Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

Teresina, 26 de fevereiro de 2016



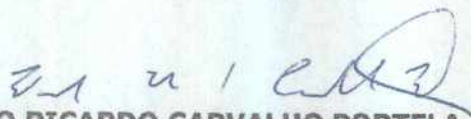
**PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA**

Membro Efetivo



**FRANCISCO DE SOUSA NETO**

Membro Efetivo



**PAULO RICARDO CARVALHO PORTELA**

Membro Suplente



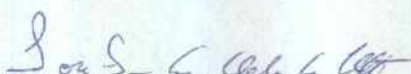
#### **Parecer da Unidade de Auditoria Interna**

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 147 de 11 de novembro de 2015 – DN nº 147/2015 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2015 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 147/2015 não se aplica ao SEBRAE/PI.

A exigência de apresentação de **Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item II do art. 2º da DN 147/2015 e seu respectivo anexo II**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista que à luz do próprio comando, a exigência refere-se a “Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão”, o que não é o caso desta Unidade de Auditoria.

Esse fato foi corroborado pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão proferida mediante acórdão 8512/2013 – 1ª Câmara, que julgou as contas do Sebrae Nacional do exercício de 2007, retirou a exigência de apresentação do referido parecer pela Unidade de Auditoria do Sebrae.

Teresina(PI), 19 de fevereiro de 2016.

  
JOSE FERNANDES ALMEIDA NETO  
Gerente da Unidade de Controle Interno

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas  
Empresas do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2015**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa– método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10





KPMG Auditores Independentes  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil

Telefone 55 (81) 3414-7950  
Fax 55 (81) 3414-7951  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Conselheiros do  
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI  
Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

Adriana Rodrigues Pereira da Silva  
Contador CRC PE-017400/0-8



**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
do Piauí - SEBRAE/PI**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.361	6.351
Aplicações financeiras	5	5.344	3.454
Numerários vinculados a convênios e programas		-	261
Valores a receber	6	129	153
Adiantamentos concedidos		229	216
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	798	103
Outros créditos	7	1.310	3
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.171</b>	<b>10.541</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	8.787	5.536
Imobilizado	9	13.240	10.189
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>22.027</b>	<b>15.725</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>35.198</b>	<b>26.266</b>

Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Passivo circulante</b>			
Benefícios a empregados de curto prazo	10	377	345
Obrigações tributárias	11	760	563
Obrigações com convênios e contratos		-	261
Contas a pagar a fornecedores e outras	12	457	100
Obrigações sobre a folha de pagamento	13	1.505	1.434
Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	3.925	1.288
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7.024</b>	<b>3.991</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	9.010	5.925
Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	2.855	481
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>11.865</b>	<b>6.406</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18.889</b>	<b>10.397</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Superávits acumulados	15	12.008	11.467
Ajustes de avaliação patrimonial		4.301	4.402
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>16.309</b>	<b>15.869</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>35.198</b>	<b>26.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações dos resultados**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2015	2014
<b>Receitas</b>			
Receitas com contribuição social (CSO)	16	40.740	38.493
Receitas com contribuição social do Sebrae Nacional (CSN)	16	16.554	12.935
Receitas de empresas beneficiadas	17	1.883	1.624
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	425
Outras receitas operacionais	18	1.819	253
Total das receitas		<u>60.996</u>	<u>53.730</u>
<b>Despesas</b>			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(20.338)	(15.862)
Despesas com serviços profissionais e contratados	20	(27.994)	(24.369)
Custos e despesas de operacionalização	21	(12.629)	(13.046)
Encargos diversos		(585)	(440)
Despesas com programas e convênios		(398)	-
Despesas com provisões		(59)	(407)
Despesas com depreciação e amortização		(734)	(794)
Outras		-	(80)
Total de despesas		<u>(62.737)</u>	<u>(54.998)</u>
<b>Superávit antes do resultado financeiro líquido</b>		<u>(1.741)</u>	<u>(1.268)</u>
Receitas financeiras		2.996	1.913
Despesas financeiras		<u>(815)</u>	<u>(446)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	22	<u>2.181</u>	<u>1.467</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>440</u>	<u>199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	2015	2014
Superávit do exercício	<u>440</u>	<u>199</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>440</u></u>	<u><u>199</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Ajustes de avaliações patrimoniais</b>	<b>Total Patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	11.088	4.582	15.670
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	(180)	-
Superávit do exercício	199	-	199
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	11.467	4.402	15.869
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	440	-	440
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>12.008</u>	<u>4.301</u>	<u>16.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	440	199
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	734	794
Provisão para perdas com clientes	-	(57)
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.085	2.741
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	80
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas	(2.173)	(256)
	<b>2.086</b>	<b>3.501</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Valores a receber	24	81
Numerários vinculados a convênios e programas	261	157
Adiantamentos concedidos	(13)	70
Créditos com o Sistema SEBRAE	(695)	(100)
Outros créditos circulantes	(1.307)	7
Depósitos judiciais	(3.251)	(2.449)
Subtotal	<b>(4.981)</b>	<b>(2.234)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Benefícios a empregados	229	199
Obrigações com convênios e contratos	(261)	(157)
Contas a pagar a fornecedores e outras	357	(211)
Obrigações sobre a folha de pagamento	71	216
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.248	618
Subtotal	<b>2.644</b>	<b>665</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(251)</b>	<b>1.932</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(3.785)	(1.120)
(Aplicações) resgates financeiros	283	(1.040)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.502)</b>	<b>(2.160)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captações obrigações com o Sistema SEBRAE	3.017	606
Amortizações de obrigações com o Sistema SEBRAE	(254)	(39)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento</b>	<b>2.763</b>	<b>567</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(990)</b>	<b>339</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.351	6.012
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>5.361</b>	<b>6.351</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, 1046/Centro 64000-300 - Teresina/PI.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense;
- Associação Industrial do Piauí - AIP;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI;



- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI;
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; e
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

### **Isenções tributárias**

O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.



## **2 Base de apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados pelo custo atribuído na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 10), instrumentos financeiros classificados como ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 24).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de fevereiro de 2016.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota Explicativa nº 7); ii) revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10); iii) provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15); e iv) ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 24).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:



**a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego***

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

**b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

**c. *Depreciação de ativos tangíveis***

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 10).

**3 Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.



**a. Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

**b. Instrumentos financeiros não derivativos**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo e recebíveis.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo*

Os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Recebíveis*

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem as rubricas contas a receber e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos



a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 5).

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

*Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13).

**(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**c. Classificação entre Circulante e Não circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 10).



(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo foram apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

e. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 10).

f. **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 15).

g. **Benefícios a empregados**

**Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O



passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 11).

#### **Benefícios pós-emprego**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PI reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PI contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 24).

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2015	31/12/2014
Descrição		
Contas bancárias	250	162
Aplicações financeiras (i)	5.111	6.189
<b>Total</b>	<b>5.361</b>	<b>6.351</b>

São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas, que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, cuja posição, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme demonstrado a seguir:

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	BB Milênio 10	5.111	6.189
<b>Total</b>		<b>10.455</b>	<b>6.189</b>

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade do Banco do Brasil do ano de 2015 foi de 13,1647% (no ano de 2014 foi de 10,8771%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2015	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2015	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2015
Banco do Brasil	263.975.745	737.763	0,27%	6,92	Não	Renda fixa	5.111

## 5 Aplicações financeiras

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	5.344	3.454
<b>Total</b>		<b>5.344</b>	<b>3.454</b>

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal no ano de 2015 foi de 12,5159% (no ano de 2014 foi de 10,0336%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2015	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2015	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2015
Caixa Econômica Federal	453.939.204	385.874	0,08%	13,84	Não	Renda fixa	5.344

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

## 6 Valores a receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a receber (i)	2	172
Cheques e cartão (ii)	128	92
(-) Provisão para crédito de liquidação (iii)	(1)	(111)
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>153</b>

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos, cursos e consultorias.
- (ii) Refere-se a cheques e cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro a partir de 180 dias de atraso da data de vencimento.

### Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	111	54
Constituição	63	116
Baixas	(173)	(59)
<b>Saldo final</b>	<b>(1)</b>	<b>111</b>



## 7 Outros créditos a receber

O grupo é formado por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior e outros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos de INSS (i)	1.284	-
Outros créditos	26	3
<b>Total</b>	<b>1.310</b>	<b>3</b>

- (i) Valor referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE PI, junto à Receita Federal relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei n. 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. A apelação cível n. 2009.40.00.001357-9/PI de numeração única 0001333-35.2009.4.01.4000 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE PI de utilizar este crédito por meio de compensação diretamente na GFIP para competências vincendas.

## 8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

### a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos CSO a Receber (i)	4	1
Recursos de CSN a receber (ii)	794	102
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>103</b>

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2015 foi recebido no início do exercício de 2016 conforme IN 37/16 Sebrae Nacional. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2014 a 2017 e do orçamento de 2015 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

- (ii) Créditos de CSN a receber mediante comprovação dos gastos com projetos vinculados.

**b. Obrigações com o Sistema SEBRAE**

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	3.163	-	3.163	1.201	-	1.201
Outros débitos (ii)	156	130	286	-	-	-
Empréstimos captados (iii)	606	2.725	3.331	87	481	568
<b>Total</b>	<b>3.925</b>	<b>2.855</b>	<b>6.780</b>	<b>1.288</b>	<b>481</b>	<b>1.769</b>

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-16, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

Valores referem-se à aquisição de licenças de uso de softwares, as quais foram pagas pelo SEBRAE Nacional e repassadas para cada unidade com seu respectivo valor por meio do contrato 538/14 e resolução Direx 1931/2014, a ser pago em 24 parcelas, sem correção e com previsão de término em outubro/2017.

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com previsão de término em junho de 2021.

**Detalhamento dos empréstimos**

Fonte	Contrato	Data da assinatura	Juros	Último vencimento
SEBRAE Nacional	086/2014	01/04/2014	100% TJLP a.m.	Jun/2021

**Cronograma de pagamento**

	31/12/2015	31/12/2014
2016	606	87
2017	617	87
2018	617	87
2019	617	87
2020	617	87
2021	257	46
	<b>3.331</b>	<b>481</b>



**c. Transações de resultado – Receitas**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição Social Ordinária (CSO)	40.740	38.493
Contribuição Social Nacional (CSN)	16.554	12.935
<b>Total</b>	<b>57.294</b>	<b>51.428</b>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**d. Operações com pessoal-chave da Administração**

*Empréstimos para diretores*

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

*Remuneração de pessoal-chave da Administração*

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social do SEBRAE/PI é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. Demonstramos a seguir, os valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	2015	2014
Remuneração	1.315	973
Benefícios	139	125
<b>Total</b>	<b>1.454</b>	<b>1.098</b>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 24.

**9 Ativo imobilizado**

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo contábil</b>					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Obras em andamento	-	946	3.328	-	4.274
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.568	32	-	1.600
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	700	124	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.096	40	-	1.136
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.015	261	-	2.276
Instalações	10%	17	-	-	17
<b>Total do custo</b>		<b>16.085</b>	<b>3.785</b>	<b>-</b>	<b>19.870</b>
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(5.870)</b>	<b>(734)</b>	<b>-</b>	<b>(6.604)</b>
<b>Provisão p/perdas-veículos</b>		<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>10.189</b>	<b>3.051</b>	<b>-</b>	<b>13.240</b>

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
<b>Custo contábil</b>					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.585	168	(185)	1.568
Obras em andamento	-	211	735	-	946
Veículos e Acessórios	11 a 27,5%	682	92	(74)	700
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.130	77	(111)	1.096
Equipamentos de Informática	6,6 a 50%	2.100	48	(133)	2.015
Instalações	10%	17	-	-	17
<b>Total do custo</b>		<b>15.468</b>	<b>1.120</b>	<b>(503)</b>	<b>16.085</b>
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(5.499)</b>	<b>(794)</b>	<b>423</b>	<b>(5.870)</b>
<b>Provisão p/ perdas - veículos</b>		<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>9.943</b>			<b>10.189</b>

## 10 Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Encargos sociais a recolher	367	332
Consignações da folha de pagamento	10	13
<b>Total</b>	<b>377</b>	<b>345</b>

## 11 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
ISS sobre serviços pessoa jurídica a recolher	171	179
IRRF sobre salários a recolher	236	177
PIS/COFINS/CSLL Retenção sobre serviço pessoa jurídica a recolher	197	78
INSS retido sobre serviços pessoa jurídica a recolher	57	55
IRRF sobre pessoa jurídica a recolher	48	39
PIS a recolher	18	15
Outros	33	20
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>563</b>

## 12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	456	100
Outras obrigações	1	-
<b>Total</b>	<b>457</b>	<b>100</b>



### 13 Obrigações sobre a folha de pagamento

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias	1.138	1.080
INSS sobre férias	236	229
FGTS sobre férias	91	87
Salário educação sobre férias	28	27
PIS sobre férias	12	11
<b>Total</b>	<b>1.505</b>	<b>1.434</b>

Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

### 14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Riscos trabalhistas	24	33	-	-
Riscos cíveis	19	19	18	18
Riscos fiscais	8.744	5.484	8.992	5.907
<b>Total</b>	<b>8.787</b>	<b>5.536</b>	<b>9.010</b>	<b>5.925</b>

A Entidade, fundamentada pelos seus consultores jurídicos, formalizou pedido com as instituições financeiras com as quais mantém recursos aplicados, requerendo, a partir do exercício de 2003, a não retenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos. Entretanto, em janeiro de 2010, a Entidade, conservadoramente, passou a reconhecer tais retenções dentro do período de sua competência e efetuou provisão para os rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras incidentes, em montante suficiente às exigibilidades correspondentes aos anos ainda não prescritos. Em dezembro/2015 a Entidade realizou a reversão destas provisões em razão da decadência, prevista no artigo 173 do CTN: “representa a perda do direito da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, constituir, através do lançamento, o crédito tributário, em razão do decurso do prazo de 5 anos”.

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos ao processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos) referente a 5 (cinco) Notificações de Lançamento de Débito - NFLD do período de 1991 a 2001 sobre INSS sobre pagamento de autônomos, INSS sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLD's foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remota a perda da Entidade na referida ação.



Em relação às obrigações fiscais - INSS, a partir da competência de abril/2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador, através de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3, Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 8.691 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI, relativo a data-base de 31 de dezembro de 2015.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Riscos Trabalhistas	140	140
Riscos Cíveis	50	50
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>190</b>

## 15 Patrimônio líquido

### e. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

### f. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

### g. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

## 16 Receitas com contribuição social

Descrição	2015	2014
Contribuição Social - CSO	40.740	38.493
Contribuição Social do Nacional - CSN	16.554	12.935
<b>Total</b>	<b>57.294</b>	<b>51.428</b>

**a. Contribuição Social Ordinária (CSO)**

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**b. Contribuição Social Nacional (CSN)**

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI( IN.37.16)

**17 Receitas de empresas beneficiadas**

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2015	2014
<b>Descrição</b>		
Treinamentos	401	407
Consultoria	1.016	818
Feiras/locação de espaços	319	209
Elaboração de projetos	-	34
Livros e prospectos	3	4
Palestras	16	8
Empretec	128	144
<b>Total</b>	<b>1.883</b>	<b>1.624</b>

São alocadas as receitas provenientes da prestação de serviços para terceiros.

**18 Outras receitas operacionais**

São registradas as receitas com alugueis, recuperações e restituições e reversões. Destaca-se no ano de 2015 o processo nº 0001333-35.2009.4.01.4000 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região - INSS Cooperativas - relativo a recuperação de valores pagos de contribuição previdenciária do período de 03/2004 a 05/2014 no valor de R\$ 1.619, a serem compensados na GFIP/SEFIP em períodos posteriores.

	2015	2014
<b>Descrição</b>		
Recuperação e restituições	23	129
Aluguéis e arrendamentos	10	9
Reversão de provisões	122	-
Receitas exercícios anteriores	1.619	3
Outras	45	112
<b>Total</b>	<b>1.819</b>	<b>253</b>



## 19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2015	2014
Salários	(8.725)	(7.106)
INSS e FGTS salários	(2.881)	(2.341)
Férias	(1.306)	(1.162)
INSS e FGTS férias	(272)	(342)
13º salário	(911)	(779)
INSS e FGTS 13º	(253)	(218)
Assistência médica e odontológica	(1.320)	(1.190)
Auxílios alimentação e transporte	(1.680)	(1.351)
Gratificações	(1.072)	(959)
Indenizações trabalhistas	(1.466)	(24)
Outros benefícios sociais	(120)	(104)
Previdência privada	(312)	(260)
Seguro de vida em grupo	(20)	(26)
<b>Total</b>	<b>(20.338)</b>	<b>(15.862)</b>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

## 20 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	2015	2014
Advocacia	(729)	(384)
Capacitação e treinamento de pessoal	(206)	(135)
Consultoria	(13.877)	(12.304)
Elaboração e gestão de projetos	(120)	(153)
Estagiários	(985)	(803)
Gastos com manutenção	(686)	(514)
Gastos com publicidade	(4.564)	(4.668)
Gastos com software	(999)	(178)
Instrutoria	(3.119)	(2.751)
Limpeza e Conservação	(87)	(104)
Outros serviços contratados	(2.099)	(2.101)
Serviços de apoio administrativo	(62)	(27)
Vigilância	(461)	(247)
<b>Total</b>	<b>(27.994)</b>	<b>(24.369)</b>

## 21 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Água e luz	(507)	(349)
Aluguéis	(2.537)	(3.389)
Combustíveis e lubrificantes	(270)	(211)
Contribuições e auxílios	(382)	(137)
Material de uso e consumo	(887)	(864)
Serviço de transmissão de dados em rede	(184)	(169)
Telefonia	(251)	(265)
Custos gerais	(218)	(585)
Diárias	(2.151)	(1.812)
Passagens	(1.648)	(1.638)
Propaganda	(2.063)	(2.397)
Serviços gráficos	(1.227)	(938)
Outros custos	(304)	(292)
<b>Total</b>	<b>(12.629)</b>	<b>(13.046)</b>

## 22 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	1.427	1.004
Rendimentos Recursos Próprios	746	503
Variações monetárias ativas	823	406
<b>Subtotal</b>	<b>2.996</b>	<b>1.913</b>
Despesas financeiras	(46)	(446)
Variações monetárias passivas	(769)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(815)</b>	<b>(446)</b>
<b>Total receita financeira líquida</b>	<b>2.181</b>	<b>1.467</b>

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

## 23 Benefícios a empregados pós-emprego

### 23.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais.

O plano possui as seguintes características:

- Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:
- Aposentadoria normal.



- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.
- Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:
  - Projeção de contribuição em caso de invalidez.
  - Projeção de contribuição em caso de morte.
- O referido plano não inclui:
  - Benefícios de demissão;
  - Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
  - Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras, a qual concluiu que observada a avaliação atuarial do exercício de 2015 em conformidade com o CPC 33 R1 e verificando a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador o SEBRAE/PI não necessita de manter provisionamento em 31/12/2015 para o Plano de Benefícios SEBRAEPREV referente a benefícios pós-emprego a empregados.

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 monta R\$ 312, conforme demonstrado a seguir:

<b>Contribuições</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Participantes	434	405
Básica	320	268
Serviços passados	21	89
Voluntárias	93	48
Patrocinador	312	260
Básica	301	250
Benefícios de Risco	11	10
<b>Total</b>	<b>746</b>	<b>665</b>

## 23.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

### *Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido*

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	( 46)	(23)
Custos do serviço corrente	( 4)	(3)
Custo de juros	( 5)	(3)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	8	(16)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de alterações premissas financeiras	4	(1)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	( 43)	(46)

### *Movimentação no valor justo dos ativos do plano*

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	93	43
Receitas de juros	14	8
Ganhos (perdas) sobre ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(5)	33
Contribuições do empregador	11	9
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>113</u>	<u>93</u>

### *Despesa reconhecida no resultado*

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente	(4)	2
Ganhos (perdas) sobre o ativo	(5)	33
Ganho (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	8	(16)
Efeito do teto do ativo	(13)	(23)
Retorno esperado dos ativos do plano	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>

### *Premissas atuariais*

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2015	31/12/2014
Taxa real anual de juros	12,76 % a.a.	11,22% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,16 % a.a.	2,18% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00 a.a.	5,00 a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76 % a.a.	11,22% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - 50% UPM M + 50% UPF (MÉDIA)
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M&F



- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

#### *Instrumentos financeiros - Gestão de riscos*

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

#### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

#### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento



que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

#### **Exposição a risco de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	250	197
Aplicações financeiras	6	10.455	9.608
Contas a receber de clientes	7	129	153
Outros créditos	8	1.310	3
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	798	103

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2015	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	1.137	1.137	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	457	457	-	-
Obrigações trabalhistas	1.505	903	526	76
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.780	381	3.544	2.855

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

#### **Risco de mercado (taxa de juros)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nº 5 e 6, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que



efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

#### **Análise de sensibilidade**

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PI desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas SELIC, relativo às aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio e CEF Institucional. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, as taxas CDI, será de 14,25% respectivamente. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Cenários projetados - Base 31/12/2016				
Alta da variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)	Provável 14,25%	Possível - 25% 17,81%	Remoto - 50% 21,38%
	10.455	1.490	1.862	2.235
Efeito da variação da taxa SELIC		12,96%	16,20%	19,43%

Cenários projetados - Base 31/12/2015				
Alta da variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)	Provável 12,50%	Possível - 25% 15,63%	Remoto - 50% 18,75%
	9.643	1.205	1.507	1.808
Efeito da variação da taxa SELIC		12,96%	16,20%	19,43%

Impactos no resultado	31/12/2016	31/12/2015
Cenário possível - Cenário provável SELIC	373	301
Cenário remoto - Cenário provável SELIC	745	603